

**PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

JANEIRO – 2004



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Marcelo de Carvalho Miranda - Governador

Raimundo Nonato Pires dos Santos – Vice-Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Lívio William Reis de Carvalho – Secretário

Nilton Claro Costa - Subsecretário

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Belizário Franco Neto - Diretor

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Humberto de Campos - Naturatins

Rosa Antônia Rodrigues Monteiro – Seplan

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

Luiz Carlos Alves de Queiroz

EQUIPE LOCAL DE COORDENAÇÃO

Paulo Sérgio Medeiros Mascarenhas - **Coordenador**

Edigar José dos Santos A. Filho

Neivaldo Rodrigues Castro

Vilmar Mascarenhas Turíbio

ELABORAÇÃO:

ca & co – camargo & cordeiro consultores associados s/c ltda.

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Alberto Cordeiro – Planejamento e Gestão Urbana

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Sônia Helena Taveira de Camargo Cordeiro – Planejamento Territorial e Urbano

EQUIPE TÉCNICA

Ademilton Pereira Lima

Aspectos socioeconômicos

Cláudia Martins Dutra

Aspectos jurídico-institucionais

Gunter Kohlsdorf Spiller

Aspectos urbanísticos

Janaína Domingos Vieira

Aspectos físico-ambientais

Yara Camargo Cordeiro

Programação visual

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE FIGURAS.....	7
RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS.....	10
ABREVIATURAS E SIGLAS.....	13
APRESENTAÇÃO.....	16
RESUMO EXECUTIVO.....	19
I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO.....	26
1. Aspectos Históricos.....	26
2. Inserção Regional.....	28
3. Aspectos Físico-ambientais.....	30
3.1. Meio Ambiente Natural.....	30
3.1.1. Aspectos Geofísicos.....	30
3.1.2. Aspectos Bióticos.....	49
3.1.3. Unidades de Conservação.....	52
3.1.4. Áreas de Preservação Permanente.....	52
3.2. Território Municipal.....	55
3.2.1. Estrutura Fundiária.....	55
3.2.2. Acessibilidade e Transporte.....	56
3.2.3. Utilização da Terra.....	57
3.3. Estrutura Urbana.....	60
3.3.1. Configuração Urbana.....	60
3.3.2. Usos e Ocupação do Solo.....	62
3.3.3. Habitação.....	68
3.3.4. Comunicações.....	70
3.3.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública.....	71
3.3.6. Saneamento Ambiental.....	73
3.3.7. Sistema Viário e Transporte Urbano.....	75
4. Aspectos Sociais.....	79
4.1. Demografia.....	79
4.2. Cultura.....	86
4.3. Educação.....	88
4.4. Esporte e Lazer.....	98
4.5. Justiça e Segurança Pública.....	98
4.6. Promoção Social.....	99
4.7. Saúde.....	100
5. Aspectos Político-institucionais.....	103
5.1. Estrutura da Gestão Municipal.....	103
5.2. Legislação Municipal.....	105
5.3. Finanças Municipais.....	106

5.4. Participação Social.....	108
6. Dinâmica Econômica.....	108
6.1. Pecuária.....	108
6.2. Agricultura.....	109
6.3. Indústria, Comércio e Serviços.....	110
7. Potencialidade Turística.....	111
8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos.....	120
II. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	123
1. Cenários Prospectivos.....	123
2. Construção e Seleção do Cenário Desejável.....	124
3. Cenários Alternativos de Desenvolvimento.....	124
3.1. Cenário Tendencial.....	127
3.2. Cenário de Degradação Turístico-ambiental.....	128
3.3. Cenário de Desenvolvimento Local.....	129
3.4. Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional (de referência para o PDDS).....	130
3.5. Contextualização Econômica do Turismo – local x regional.....	135
3.6. Aspectos Urbanísticos do Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional.....	138
III. PROPOSTA.....	141
1. Desenvolvimento Municipal.....	141
1.1. O Plano Diretor como Instrumento da Política de Desenvolvimento Sustentável e de Expansão Urbana.....	141
1.2. Objetivo Central para o Município de Ponte Alta.....	145
1.3. Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal.....	145
2. Ordenamento Territorial.....	146
2.1. Macrozoneamento.....	146
2.2. Cidade Desejada.....	149
2.3. Sistema Viário Urbano.....	154
2.4. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano.....	157
2.5. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana.....	157
3. Ações para o Desenvolvimento.....	158
3.1. Conceituação das Linhas Estratégicas e Inter-relacionamento das Ações de Desenvolvimento... ..	158
4. Indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão.....	174
4.1. Concepção.....	174
4.2. Os Instrumentos de Planejamento e Gestão.....	177
4.3. Estrutura Organizativa.....	177
4.3.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento.....	177
4.3.2. Gabinete do Prefeito.....	178

4.3.3. Secretarias Municipais e Demais Órgãos da Administração Direta e Indireta ou Fundacional.....	178
4.4. Sistema Municipal de Informações.....	178
4.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação.....	179
4.6. Participação Popular.....	179
BIBLIOGRAFIA.....	180

RELAÇÃO DE FIGURAS

Figura 01	
Inserção regional do município e cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	29
Figura 02	
Regionalização climática no município de Ponte Alta do Tocantins.....	32
Figura 03	
Os ambientes geológicos no município de Ponte Alta do Tocantins.....	34
Figura 04	
Tipos de solos no município de Ponte Alta do Tocantins.....	36
Figura 05.	
O gradiente de declividades no município de Ponte Alta do Tocantins.....	41
Figura 06	
As formas de relevo no município de Ponte Alta do Tocantins.....	43
Figura 07	
Compartimentação geoambiental do município de Ponte Alta do Tocantins..	44
Figura 08	
Erodibilidade potencial dos solos no município de Ponte Alta do Tocantins...	46
Figura 9	
A hidrografia do município de Ponte Alta do Tocantins.....	48
Figura 10	
Regiões fitoecológicas do município de Ponte Alta do Tocantins.....	50
Figuras 11 a 13	
Registros fotográficos da vegetação no município de Ponte Alta do Tocantins..	51
Figura 14	
Unidades de Conservação no município de Ponte Alta do Tocantins.....	53
Figuras 15 a 17	
Registros fotográficos da situação das Áreas de Preservação Permanente no município e na cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	54
Figura 18	
Potencialidades de uso da terra no município de Ponte Alta do Tocantins....	58
Figura 19	
Planta da cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	61
Figura 20	
Planta de usos da cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	63
Figuras 21	
Usos comerciais na cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	64
Figuras 22 e 23	
Entradas da cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	64
Figura 24	
Vista aérea da área central.....	66

Figura 25	
Rua da área central.....	66
Figura 26	
Barreiras criadas pela topografia íngreme.....	66
Figura 27	
Ponte velha, de madeira, e praia urbana.....	66
Figura 28	
Ocupações na área central.....	66
Figura 29	
Vegetação entre a área central e o rio.....	67
Figura 30	
Avenida Joana Medeiros.....	67
Figura 31	
Avenida Dr. Albeny Ferraz Machado.....	67
Figura 32	
Ocupações nas áreas periféricas.....	67
Figura 33	
Ocupações com recursos de programas sociais.....	67
Figura 34 e 35	
Construções em adobe e taipa, rebocadas.....	69
Figura 36	
Construções “modernizadas”.....	69
Figura 37	
Construções com telhados de palha.....	69
Figura 38	
Reboco trabalhado.....	69
Figura 39	
Tipo de habitação dos programas sociais.....	69
Figura 40	
O sistema viário da cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	78
Figura 41	
Atrativos turísticos.....	113
Figura 42	
Ponte velha, de madeira.....	115
Figura 43 a 45	
Pedra Furada.....	115
Figura 46	
Cachoeira da Pedra Furada.....	116
Figura 47	
Cachoeira do Talhado do Brejo do Boi.....	116
Figura 48	
Morro da Cruz.....	116

Figura 49 e 50	
Cachoeira do Rio Soninho.....	117
Figura 51	
Cachoeira do Fumaça.....	117
Figura 52	
Cachoeira do Brejo da Cama.....	117
Figura 53 e 54	
Cachoeira do Lajeado.....	118
Figura 55	
Lagoa dos Caldeirões.....	118
Figura 56	
Lagoa Anzolão.....	119
Figura 57	
Lagoa Azul.....	119
Figura 58	
Vegetação da região.....	119
Figura 59	
Macrozoneamento municipal.....	148
Figura 60	
Perímetro urbano da cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	151
Figura 61	
Cidade desejada.....	152
Figura 62	
Hierarquização do sistema viário.....	156

RELAÇÃO DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	
Distâncias e acessos de Ponte Alta do Tocantins a cidades da região.....	30
Tabela 2	
Estrutura fundiária.....	55
Tabela 3	
Uso da terra.....	59
Tabela 4	
Domicílios particulares permanentes, moradores e média de moradores por domicílio.....	70
Tabela 5	
Domicílios por condição de ocupação.....	70
Tabela 6	
População residente, por espécie e tipo de domicílio.....	70
Tabela 7	
Estrutura de consumo de energia elétrica (MW/hora).....	71
Tabela 8	
Número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo.....	71
Tabela 9	
Taxas médias anuais de crescimento do consumo.....	72
Tabela 10	
Taxas de crescimento do número de consumidores.....	72
Tabela 11	
Consumo médio anual de energia elétrica no Município por tipo de consumidor....	72
Tabela 12	
Domicílios e formas de abastecimento de água.....	73
Tabela 13	
Ligações de água por tipo de consumidor.....	74
Tabela 14	
Domicílios existentes, banheiro/sanitário, tipo de esgotamento sanitário...	74
Tabela 15	
Domicílios por destino do lixo.....	75
Tabela 16	
Transporte intermunicipal de passageiros.....	77
Tabela 17	
Densidade demográfica da região.....	89
Tabela 18	
Região de Novo Acordo - Taxas de crescimento populacional.....	81
Tabela 19	
Região de Novo Acordo – Distribuição da população por situação de domicílio ...	82

Tabela 20	
Razão de sexo na população.....	83
Tabela 21	
População residente por grupos de idade.....	83
Tabela 22	
Percentual de população por domicílio e por grupos de idade 1991, Município, Região e Estado.....	85
Tabela 23	
Percentual de população por domicílio e por grupos de Idade.....	85
Tabela 24	
Razão de dependência demográfica.....	86
Tabela 25	
Docentes de 1ª a 4ª série do ensino fundamental segundo o grau de escolaridade e vínculo empregatício – 2002 / 2003.....	90
Tabela 26	
Evolução da matrícula, repetência e evasão na Escola Estadual Joana Medeiros.	92
Tabela 27	
Evolução da matrícula, repetência, evasão e defasagem idade / série na Escola Estadual Alcides Rufo.....	93
Tabela 28	
Evolução da matrícula, aprovação, repetência, evasão e transferência na Escola Municipal Sabino Medeiros.....	93
Tabela 29	
Evolução da matrícula, aprovação, repetência, evasão e transferência nas Escolas Rurais Municipais.....	94
Tabela 30	
Evolução da matrícula, aprovação, repetência, evasão e transferência consolidado de todas as escolas.....	94
Tabela 31	
Percentual de aprovação, repetência e evasão.....	95
Tabela 32	
Alunos nas creches segundo a faixa etária – 2002 e 2003.....	96
Tabela 33	
Matrículas iniciais e professores nas escolas municipais – 2004.....	96
Tabela 34	
População residente maior de 5 anos alfabetizada.....	96
Tabela 35	
Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo.....	97
Tabela 36	
Ações de saúde - 2003.....	102
Tabela 37	
Receita total do município.....	107

Tabela 38	
Receitas arrecadadas, orçadas e estimadas.....	107
Tabela 39	
Despesas realizadas e estimadas.....	107
Tabela 40	
Propriedades rurais com rebanho bovino 2003.....	109
Tabela 41	
Propriedades e rebanhos existentes.....	109
Tabela 42	
Produção agrícola, safras 1999, 2000 e 2001.....	110
Tabela 43	
Número de estabelecimentos e empregos gerados – 2000.....	111
Tabela 44	
Número de estabelecimentos formais e informais – 2000.....	111
Tabela 45	
Projeção da População de Ponte Alta do Tocantins - 2001/2010.....	125
Tabela 46	
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - Ponte Alta do Tocantins – 2000.....	125
Quadro 01	
Pontos Forte/ Oportunidades versus Pontos fracos / Riscos.....	120
Quadro 02	
Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional do Município e Cidade de Ponte Alta do Tocantins.....	131

ABREVIATURAS E SIGLAS

< - Menor que

> - Maior que

A – Ação

ad hoc – Locução latina que significa “para isto”

ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário

Alfab. - Alfabetização

APA – Área de Proteção Ambiental

APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

APP – Área de Preservação Permanente

aprov. - Aprovação

Art. – Artigo

Av. – Avenida

canal. - Canalização

CAT – Centro de Apoio ao Turista

CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

cm - Centímetros

DAC – Departamento de Aviação Civil

Dens. – Densidade

DETTINS – Departamento de Estradas de Rodagem do Tocantins

DIPEQ – Divisão de Pesquisa

DLIS – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

DPI – Diretoria de Pesquisa e Informação

Dr. – Doutor

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EDUCON – Programa de Educação Continuada

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

Evas. - Evasão

F. Rust. – Fossa Rústica

F.S. – Fossa Séptica

Fig. – Figura

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

h – Horas

ha - Hectare

hab. - Habitantes

hab/km² – Habitante por quilômetro quadrado

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal

IDHM-E – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação
IDHM-L – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Longevidade
IDHM-R – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda
inst. - Instrução
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis
kg – Quilograma
kg/ha – Quilograma por hectare
km – Quilômetro
km² – Quilômetro quadrado
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LE – Linha Estratégica
LOA – Lei do Orçamento Anual
m – Metro
m² – Metro quadrado
mat. - Matrícula
MEC – Ministério da Educação
mm – Milímetros
MW – Mega Watts
MW/h – Mega Watts por hora
MZA – Macrozona Ambiental
MZR – Macrozona Rural
MZU – Macrozona Urbana
NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins
Nº - Número
°C – Graus centígrados
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PDDS – Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PSF – Programa de Saúde da Família
R\$ - Reais
repet. – Repetência
Ret. - Retidos
RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
S – Sul
S.L. – Serviço de Limpeza
SANEATINS – Companhia de Saneamento do Estado do Tocantins

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente

SETAS – Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social

Sr. – Senhor

SUS – Sistema Único de Saúde

t - Tonelada

TO – Tocantins

Trans. - Transferidos

UHE – Usina Hidroelétrica

urb. - Urbano

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta os resultados finais do trabalho de elaboração do **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins**, objeto do Contrato nº 201/2003, firmado em 18 de dezembro de 2003 entre a **Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins - SEPLAN** e a **ca & co camargo e cordeiro consultores associados s/c Ltda.**

Ponte Alta do Tocantins está inserido no Corredor Ecoturístico do Jalapão, uma das regiões estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Tocantins. Sua sede municipal, localizada em uma das “entradas” para a região do Jalapão, pela facilidade de acesso rodoviário, está incluída entre as cidades selecionadas pelo Governo Estadual para serem preparadas, com vistas a se criar uma rede urbana equilibrada e desenvolvida no Estado, a partir da qual se irradie o desenvolvimento para os demais núcleos urbanos.

Em razão disto, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, estabeleceu um Termo de Cooperação com a Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins para a elaboração do Plano Diretor desse Município, utilizando recursos do Convênio nº 2000CV000158, firmado entre a SEPLAN e o Ministério do Meio Ambiente, com contrapartida estadual.

Nas diferentes etapas de sua elaboração participaram o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade organizada, analisando coletivamente a situação atual do Município e da Cidade e definindo, estrategicamente, os rumos do desenvolvimento municipal e urbano, em direção a um cenário futuro desejável, selecionado pelos atores socioeconômicos interessados no desenvolvimento de Ponte Alta do Tocantins. Os resultados deste trabalho coletivo estão consubstanciados no **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins**, em conformidade com o que estabelecem a Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município de Ponte Alta do Tocantins.

O presente documento apresenta um Resumo Executivo, com a síntese de seu conteúdo, e se estrutura em três partes distintas:

I – Realidade Atual do Município, como uma verificação analítica da situação atual do município e da cidade de Ponte Alta do Tocantins, para a identificação dos

fatores favorecedores e limitantes ao seu desenvolvimento, seja no âmbito interno do Município, seja em relação à sua inserção regional.

A primeira parte do documento contém:

- um estudo da evolução do Município e da Cidade, a partir do surgimento do povoado original, passando pelos diferentes ciclos de desenvolvimento, a elevação à condição de Distrito até a sua emancipação;
- uma avaliação da inserção regional de Ponte Alta do Tocantins e as relações de dependência ou complementaridade com os demais municípios da região;
- um exame dos aspectos físico-ambientais do Município, considerando o meio ambiente natural, a estrutura fundiária e a utilização das terras, a acessibilidade e os transportes, a estrutura e configuração urbana, os usos e ocupações do solo urbano, a questão habitacional e a infra-estrutura básica, sistema viário e transportes;
- o exame dos aspectos sociais, analisando a evolução demográfica e a oferta de equipamentos públicos à população;
- uma análise da dinâmica econômica do Município, identificando as atividades econômicas existentes, facilidades de abastecimento, a força de trabalho, o nível de emprego e a distribuição de renda;
- uma avaliação da capacidade de planejamento e gestão da Administração Municipal de Ponte Alta do Tocantins, sua estrutura administrativa, os instrumentos de planejamento e gestão disponíveis e o grau de participação da sociedade nas decisões quanto ao desenvolvimento municipal e urbano;
- uma verificação da potencialidade e da atividade turística do Município e do papel que ele desempenha no turismo do Jalapão.

A primeira parte do documento se encerra com uma consolidação da análise das questões mencionadas, identificando **pontos fortes** e **pontos fracos** e **oportunidades** e **riscos**, como vantagens e limitações ao desenvolvimento municipal e urbano, próprias do Município, nos dois primeiros casos, ou resultantes de sua inserção regional, nos dois últimos.

II – Cenários de Desenvolvimento, quando são apresentados o conceito e a importância dos cenários prospectivos para a formulação do Plano Diretor e se comenta o processo de construção dos cenários alternativos e de seleção do cenário futuro desejável, por parte dos atores envolvidos. Em seguida, apresenta os cenários alternativos construídos para o Município e a Cidade, fundamentados em diferentes combinações das variáveis da realidade atual. Dentre eles, foi feita a seleção do **Cenário Futuro Desejável**, tomado, a partir de então, como referência

para as definições do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins e para o qual foi elaborada uma proposta urbanística, também apresentada na parte II deste documento.

III – Proposta, preparada a partir da escolha coletiva do cenário futuro desejado, define o objetivo central para o Município e as linhas estratégicas com as correspondentes ações, que irão viabilizar o alcance do objetivo estabelecido.

Esta parte do documento se inicia com considerações sobre a conceituação e importância do Plano Diretor, de acordo com a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade. Apresenta, em seguida, a proposta de ordenamento territorial para o Município e a Cidade, diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano e para seu parcelamento, o objetivo central para o Município, as linhas estratégicas para o alcançar, as ações relacionadas a cada linha estratégica e o seu encadeamento seqüencial. Termina com indicações básicas para o Sistema de Planejamento e Gestão a ser estruturado para a implementação do Plano Diretor. Faz indicações quanto à sua estrutura organizativa, ao Sistema Municipal de Informações, ao monitoramento e avaliação da implementação do Plano Diretor e à participação popular, elementos fundamentais ao sucesso do processo de planejamento e gestão.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins respeita os princípios da sustentabilidade econômica, social, cultural, urbanística e ambiental e fundamenta o Anteprojeto de Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins.

Além destes dois documentos, são também apresentados, conforme estabelecido no contrato mencionado, o Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo na Macrozona Urbana do Município de Ponte Alta do Tocantins e o Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Município de Ponte Alta do Tocantins.

Este conjunto de documentos deve orientar as ações públicas e privadas com vistas a preparar Ponte Alta do Tocantins para que possa assumir o papel que lhe está reservado no desenvolvimento sustentável da região.

Janeiro de 2004

ca & co - camargo & cordeiro consultores associados s/c Ltda.

RESUMO EXECUTIVO

Ponte Alta do Tocantins surgiu no final do século XIX, com um único morador e sua família, às margens do rio Balsas. No início do século XX, chegou à região um fazendeiro piauiense, com sua família. Comprou as terras do antigo morador e, com a vinda de outros fazendeiros para as vizinhanças, surgiu o povoado que deu origem ao Distrito de Bom Jesus de Ponte Alta (1912) e, posteriormente, ao município de Ponte Alta do Norte (1958), ainda no estado de Goiás. Com a criação do estado do Tocantins, o Município passou a se chamar Ponte Alta do Tocantins (1989).

Com quase 6.500 km², o Município situa-se na Meso-região Oriental do Tocantins, Micro-região de Porto Nacional, de acordo com o IBGE. A Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN, inclui o município na Área-Programa Leste e Região Administrativa XII – Novo Acordo, onde se situam, ainda, os municípios de Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.

Esta região hoje, conhecida como Jalapão, nome derivado de uma planta típica local, chamada Jalapa do Brasil (*Operculiona macrocarpa*), insere-se no Pólo Ecoturístico do Jalapão, uma das áreas estratégicas para o desenvolvimento do ecoturismo no Tocantins. A cidade de Ponte Alta do Tocantins, por sua localização geográfica ao sul dos principais atrativos turísticos regionais, é uma das “entradas” naturais para a região e se auto intitulou como o “portal do Jalapão”.

O Município e a cidade, no entanto, não estão preparados para o incremento dos fluxos turísticos esperados com a implementação do Corredor Ecoturístico do Jalapão. Com vistas a criar as condições para que Ponte Alta do Tocantins possa, de fato, desempenhar o papel de “portal do Jalapão”, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal celebraram um Termo de Cooperação para, com recursos provenientes do Convênio nº 2000CV000158, firmado entre a SEPLAN e o Ministério do Meio Ambiente, com contrapartida estadual, elaborarem o **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins**.

Este Plano é o resultado do trabalho realizado com a participação do Poder Público, da iniciativa privada e da sociedade organizada, em um processo de planejamento participativo desenvolvido em todas as etapas de sua formulação. Representa, conforme estabelecem a Constituição Federal, regulamentada pelo Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município, o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana de Ponte Alta do Tocantins.

Dentre as diversas diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade para a formulação da política urbana, todas elas respeitadas nas propostas do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins, cabe destacar:

- A garantia do direito às cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- A gestão democrática por meio da participação da sociedade na formulação, execução monitoramento e avaliação de planos, programas e projetos de desenvolvimento;
- A cooperação entre os governos, a iniciativa privada e a sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- O planejamento do desenvolvimento da cidade, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- A ordenação e controle do uso do solo, para evitar a utilização inadequada de imóveis urbanos, a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes e o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;
- A integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;
- A proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, assim como do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- A regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas brasileiras.

O trabalho de formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins teve início com uma análise da realidade atual do Municipal e de sua sede, tendo sido examinados:

- os aspectos internos do Município e os relativos à sua inserção regional, com vistas à identificação dos fatores facilitadores e limitantes ao desenvolvimento sustentável de Ponte Alta do Tocantins;
- as principais tendências de desenvolvimento do Município e da região;
- o papel a ser desempenhado por Ponte Alta do Tocantins no desenvolvimento ecoturístico regional;

- as demandas atuais e potenciais apresentadas ao Município por parte dos diferentes segmentos, particularmente resultantes da implantação dos empreendimentos mencionados.

As análises desenvolvidas coletivamente deixam claro que:

1. A cidade de Ponte Alta do Tocantins ocupa uma posição privilegiada em relação à região do Jalapão, com facilidade de acesso por estrada pavimentada. Mesmo assim, o transporte intermunicipal ainda é insuficiente para a ligação com vários municípios vizinhos e as estradas vicinais são poucas em relação à extensão territorial do Município e nem sempre bem conservadas;
2. O Município conta com água em abundância e com áreas agricultáveis, na sua parte leste, em quantidade suficiente para permitir a implantação de projetos de agricultura de grãos, particularmente a soja, com o emprego de tecnologia avançada. É preciso, entretanto, cuidar para que este avanço do plantio de grãos não se estenda para as áreas ambientalmente mais sensíveis do território municipal;
3. A principal atividade econômica do Município é a pecuária de cria e recria de bovinos, praticada extensivamente, com pouco emprego de tecnologia avançada. As terras férteis e baratas e a existência de eletrificação rural em quase todo o território municipal poderiam permitir melhor aproveitamento da área rural. Entretanto, há pouco incentivo às atividades agropecuárias e a assistência técnico-financeira aos produtores rurais é precária. É freqüente a aquisição de terras no Município por pessoas de fora, que as adquirem apenas para apresentá-las como garantia de financiamentos diversos em outras regiões;
4. Mesmo contando com água abundante, há pouco esclarecimento quanto à legislação ambiental e à proteção dos recursos hídricos. É reclamada a necessidade de criação comitês de bacias hidrográficas;
5. O crescimento significativo do ecoturismo e do interesse pela região do Jalapão tem feito com que aumente o afluxo de turistas sem o devido controle. São numerosos e bastante diversificados os pontos turísticos na região, distribuídos entre os diferentes municípios. A indefinição da capacidade de suporte dos atrativos turísticos e a pouca articulação entre os municípios para a gestão turística e ambiental pode levar a que o crescimento desordenado dos fluxos resulte em degradação desses atrativos. É facilmente perceptível o pouco incentivo ao turismo por parte do Poder Público local. Não há na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal um único organismo que cuide do desenvolvimento turístico no Município;
6. Parte do território do Município está inserido em Unidades de Conservação criadas pelos governos estadual e federal. Estas Unidades, entretanto, não têm, ainda, Planos de Manejo, o que dificulta a sua implementação definitiva e a

definição das áreas de uso público, inclusive aquelas a serem exploradas com fins turísticos;

7. A produção artesanal, feita com o capim dourado, exclusivo da região, tem crescido, havendo uma organização incipiente, com a criação de uma Associação de Artesãos. Entretanto, o controle de qualidade do desenho e da execução das peças ainda precisa avançar bastante para garantir diversidade e excelência ao produto;
8. A situação fundiária da área rural não apresenta qualquer problema. Na área urbana, a maioria dos imóveis encontra-se em situação irregular. A Administração Municipal concede verbalmente autorização para as construções, uma vez que os terrenos são de sua propriedade. A Prefeitura conta, ainda, com uma área de 90 alqueires junto à rodovia TO 255, na saída para Monte do Carmo. Não há Lei de Perímetro Urbano, o que dificulta a delimitação da área urbana e da rural;
9. O Município conta com 6 (seis) Distritos, criados legalmente, mas sem ter o território ou o perímetro urbano de sua sede delimitados;
10. A proximidade do rio Ponte Alta torna o sítio onde se situa a cidade de Ponte Alta do Tocantins bastante aprazível. Apesar disto, o espaço urbano e a aparência visual das edificações são mal cuidados. O matadouro municipal apresenta-se com estrutura de escoamento dos dejetos inadequada, contribuindo para a poluição do curso d'água e do lençol freático;
11. A educação infantil, o ensino fundamental e médio estão razoavelmente estruturados, com quadros profissionais satisfatoriamente capacitados. Há uma preocupação com a educação continuada dos profissionais de educação;
12. Comunicação, iluminação pública, pavimentação das vias urbanas, saneamento básico, saúde, segurança pública e transporte escolar são insuficientes ou precários;
13. Os estabelecimentos comerciais são diversificados. Não há agências bancárias ou instituições financeiras e escolas de nível superior na Cidade. Registram-se poucas oportunidades de trabalho, fazendo com que os jovens deixem a Cidade para estudar ou trabalhar. Também são reduzidas as alternativas de esporte e lazer;
14. O interesse da população pelo desenvolvimento municipal faz com que sejam questionadas as decisões sem se ouvir a população. A sociedade se ressentida da falta de Políticas Públicas, da ingerência política nas decisões e da pouca vontade política para implementar as ações de desenvolvimento.

Foram identificadas como tendências mais significativas para o desenvolvimento de Ponte Alta do Tocantins;

1. Turismo, em especial o turismo de natureza, de aventura e o ecoturismo. De forma complementar, o turismo rural, uma vez que grande parte dos atrativos turísticos encontra-se na área rural, em terras de propriedade particular.
2. Agropecuária, com destaque para a cria e recria de bovinos, tradicional na região, com possíveis ganhos de qualidade, a ovino caprino cultura, a apicultura e a piscicultura que começam a se organizar no Município, a fruticultura e a cultura da mandioca. A produção de grãos poderá ocupar parte do território, mas não deverá ter papel preponderante na estruturação da base econômica do Município.
3. Agroindústria, com o aproveitamento e a verticalização da produção resultante da agropecuária. Deve ser dado destaque para um entreposto de mel, casa de farinha, processamento de frutas como atividades agroindústrias possíveis no Município.
4. Artesanato, principalmente com a utilização do capim dourado e do buriti. Podem ainda ser considerados a madeira, o barro e os bordados e crochê.

A identificação dos fatores facilitadores ou limitantes ao desenvolvimento municipal e urbano permitiu a construção de quatro cenários futuros alternativos para Ponte Alta do Tocantins. Em todos eles foram consideradas as dimensões econômica, social, físico-ambiental, urbanística e institucional:

- um **Cenário Tendencial**, segundo o qual Município prossegue sujeito às tendências atualmente existentes, o que fará com que o ritmo de desenvolvimento não se altere em relação ao que vem sendo observado ao longo do tempo;
- um **Cenário de Degradação Turístico-ambiental**, resultante do aumento desordenado dos fluxos turísticos, sem que o Município se estruture para os receber. Como consequência, é provável a deterioração dos atrativos e do meio ambiente no qual eles estão inseridos;
- um **Cenário de Desenvolvimento Local**, caracterizado pela busca isolada do Município da exploração racional do turismo, o que levará a algum sucesso, mas com poucas possibilidades de desenvolvimento sustentável;
- um **Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional**, que considera o turismo e a proteção ambiental como os dois principais aspectos do desenvolvimento sustentável para a região do Jalapão. Cada um dos diferentes municípios nela inseridos terá papéis bem definidos no seu planejamento e gestão. Neste caso, Ponte Alta do Tocantins deve articular-se efetivamente com os municípios de Mateiros e São Félix do Jalapão, com vistas ao estabelecimento de objetivos comuns para o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento, levando em conta as características e peculiaridades de cada um deles, o que pode potencializar as oportunidades de desenvolvimento sustentável para todos eles.

Este último cenário foi coletivamente escolhido como o cenário futuro desejável e passou a ser considerado como referência para as propostas apresentadas neste

documento. Assim, foi definido o objetivo central para o município de Ponte Alta do Tocantins:

Ponte Alta do Tocantins reconhecida como o “portal do Jalapão”, com desenvolvimento turístico e proteção ambiental compartilhados com os demais municípios inseridos no Corredor Ecoturístico do Jalapão, em uma visão regional de sustentabilidade.

Em seguida, definiu-se o ordenamento territorial do Município, tendo sido estabelecidas 3 (três) categorias de Macrozonas específicas:

1. Macrozona Urbana, composta pela cidade de Ponte Alta do Tocantins e pelas sedes dos Distritos, todas elas a serem demarcadas;
2. Macrozona Ambiental, constituída pelas terras do Município inseridas na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins e pelas áreas de proteção integral da Área de Proteção Ambiental Estadual do Jalapão;
3. Macrozona Rural, constituída pelas terras restantes do Município, destinadas às atividades agropecuárias e extrativistas.

Para o alcance do objetivo central estabelecido neste Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, são propostas 7 (sete) Linhas Estratégicas como eixos prioritários de ação. São elas:

LE 1 - Desenvolver o turismo de forma sustentável e compartilhada com os demais municípios integrantes do Corredor Ecoturístico do Jalapão.

LE 2 - Proteger e valorizar o meio ambiente e os atrativos turísticos naturais.

LE3 - Favorecer a modernização e verticalização da produção agropecuária.

LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade, promovendo a integração da Cidade com o rio.

LE 5 – Oferecer moradia digna e acesso aos equipamentos urbanos a toda a população, inclusive dos Distritos.

LE 6 – Garantir educação e saúde de qualidade e favorecer o acesso à cultura, ao esporte e lazer a todos os moradores da sede urbana municipal e dos Distritos.

LE 7 – Implantar um processo de planejamento e gestão eficaz e compartilhada entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade.

Por fim, foram feitas as indicações para a estruturação do Sistema de Planejamento e Gestão, comentando sua finalidade, estrutura organizativa desejável, sistema de informações para a tomada de decisão, instrumentos necessários ao monitoramento e avaliação dos resultados e para a gestão democrática do processo de desenvolvimento a ser instaurado com o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins.

I – REALIDADE ATUAL DO MUNICÍPIO

1. Aspectos Históricos

Datam dos finais do século XIX as informações mais antigas sobre a origem da cidade de Ponte Alta do Tocantins. Conta-se que vivia às margens do rio Balsas, em rancho de palha, Pedro Taca, ou “Velho Preto”, e sua família, canoeiro, pescador e caçador.

Por volta de junho de 1909, chegam ao local o fazendeiro piauiense Antônio Mascarenhas, seus filhos, genros, sogros e cunhados. Compram as posses de Pedro Taca e constroem suas moradias. Com a chegada de outros fazendeiros, acabam fundando um pequeno arraial ao qual deram o nome de Ponte Alta do Norte.

A 18 km do local foi encontrado o tronco de uma árvore caída, atravessado de um lado ao outro do rio, numa região de desfiladeiro, formando uma ponte sobre o rio naquela altura, daí o nome do povoado.

Logo foi construída uma capela no povoado, tendo como padroeira Nossa Senhora. Em 07 de julho de 1909 é celebrado o primeiro casamento civil, do Sr. Eliontino Pinto Magalhães Francisco Costa de Sousa. Em 06 de agosto do mesmo ano, Frei Domingão celebra a primeira missa na Capela de Nossa Senhora. Em seguida, é realizada uma festa em ritmo de sanfona, tambor e reque-reque, na qual se dançavam o lundu, a quadrilha e outras danças folclóricas.

Os primeiros professores particulares do povoado foram o Major Silvério, Manoel Martins de Sousa e Francisco Gabriel de Sousa, até a chegada da primeira professora nomeada, Helena Rodrigues, vinda de Porto Nacional. A segunda professora nomeada foi Joana Mascarenhas Medeiros, que prestou seus serviços ao Município por mais de 40 anos.

A transferência da escola primária da fazenda Mata Nova e, posteriormente, do juizado e do Cartório de Registro Civil para o povoado deu um bom impulso ao seu desenvolvimento. Em 17 de maio de 1912, através da Lei Municipal nº 67, da Câmara Municipal de Porto Nacional, o povoado é elevado à categoria de Distrito com a denominação de Bom Jesus da Ponte Alta. No dia 23 de agosto é instalado o Distrito, servindo de Casa Pública a residência do Capitão Antônio Mascarenhas, com a presença do Subintendente João da Fonseca Galvão, como agente fiscal por impedimento do agente Antônio Luiz de Sousa, de Tomaz Mascarenhas e Benício

Salviano Milhomem. Os limites do Patrimônio sede do Distrito foram demarcados, tendo como base um marco de vinhático lavrado, fincado no meio do largo denominado largo Mascarenhas.

Em 1918 foi construída uma igreja sob a direção do Sr. João da Fonseca Galvão, quando se decidiu, por sorteio, o padroeiro do lugar, tendo sido escolhida Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

No período de 1919 a 1921, o povoado passou por uma fase de decadência, tendo sido alvo de invasões de jagunços, estabelecendo-se a paz somente em 1922.

Em 1935, foi elevado à categoria de vila, sendo nomeado, pelo prefeito de Porto Nacional, o sub-prefeito Manoel Messias dos Santos, seguido de Ana Angélica Turíbio Paiva, em 1937, e depois Deocleciano Barbosa, Sebastião Magalhães Fontoura, Vermundes Gonçalves dos Santos, Aniceto Soares e Manoel Monteiro Neto.

Em 1944, foi mudado o nome de Bom Jesus da Ponte Alta para Iabetê. Em 1949, foi construído o primeiro estabelecimento de ensino, com duas salas de aula, sendo os primeiros professores Imelda Medeiros Galvão, Sabino Ferreira de Medeiros e Eva Mascarenhas de Sousa Costa. Neste mesmo ano, rodou pelas ruas da vila o primeiro veículo motorizado, um jipe, e aconteceu o primeiro pouso de um avião, ambos do Sr. João Pires Querido.

Em 22 de fevereiro de 1958, a Resolução nº 03 da Câmara Municipal de Porto Nacional concedeu ao Distrito autorização para pleitear sua autonomia político-administrativa. O pleito foi feito por José Ribamar da Silva Costa, eleito vereador de Porto Nacional pela Vila. O Município foi criado, por desmembramento de Porto Nacional, pela Lei do Estado de Goiás nº 2.126, de 14 de novembro de 1958, com o nome de Ponte Alta do Norte. Foi instalado solenemente em 1º de janeiro de 1959, tendo sido nomeado pelo Governador do Estado de Goiás, como prefeito interino, o Dr. Albeny Ferraz Machado, que exerceu o mandato por um ano. Nesta época, foi construído o 1º Grupo Escolar, com 5 salas de aula, batizado de Joana Medeiros em homenagem à antiga professora.

O primeiro prefeito eleito, em outubro de 1960, foi o Sr. Odolfo Soares, tendo governado até janeiro de 1965, quando suicidou, tendo sido eleito pela Câmara o Sr. Idelfonso Barreira Parente para concluir o mandato.

Através do Decreto Legislativo nº 01, artigo 4º, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 01, do dia 1º de janeiro de 1989, o Município passou a denominar-se Ponte Alta do Tocantins.

2. Inserção Regional

O município de Ponte Alta do Tocantins, com 6.491,089 km², situa-se na Meso-região Oriental do Tocantins, Micro-região de Porto Nacional, de acordo com a regionalização do Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para efeito de planejamento regional no Estado do Tocantins, a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN inclui o Município na Área-Programa Leste e Região Administrativa XII – Novo Acordo, onde se situam, ainda, os municípios de Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins.

Esta região hoje é mais conhecida como Jalapão, nome derivado de uma planta típica local, chamada Jalapa do Brasil (*Operculionia macrocarpa*), e pertence ao Pólo Ecoturístico do Jalapão. A cidade sede do Município, por sua localização geográfica ao sul dos principais atrativos turísticos regionais, auto intitulou-se como o portal do Jalapão.

Localizado entre os paralelos 10° S e 11° S, Ponte Alta do Tocantins limita-se ao norte com Novo Acordo, Santa Tereza do Tocantins e Lagoa do Tocantins; a leste, com Mateiros; ao sul, com Pindorama do Tocantins e Almas e, a oeste, com Monte do Carmo e Silvanópolis.

A sede municipal está localizada nas coordenadas geográficas 10°44'38" de latitude sul e 47°32'10" de longitude oeste, a uma altitude de 294 m acima do nível do mar. A distância rodoviária até Palmas, capital do Estado, é de 198 km. (Fig. 01)

Fig. 01 - Inserção regional do município e cidade de Ponte Alta do Tocantins

O acesso ao Município é feito pelas rodovias TO-255, a partir de Porto Nacional, e BR-010, para quem vem de Pindorama e Novo Acordo. As distâncias de Ponte Alta do Tocantins às principais cidades da região são as seguintes:

Tabela 1 – Distâncias e acesso de Ponte Alta do Tocantins a cidades da região

Cidade	Distância (Km)	Vias de Acesso
Palmas	198	TO 255 / TO 050
Porto Nacional	132	TO 255
Araguaína	690	TO 255 / TO 050 / TO 342 / BR 153
Gurupi	318	TO 255/ BR 153
Natividade	298	TO 255 / TO 050
Cristalândia	268	TO 255
Brasília	1.000	TO 255/TO 050/GO 118
Goiânia	980	TO 255/ BR 153

Fonte: SEPLAN

A cidade de Ponte Alta do Tocantins, como sede de Comarca de 1ª Entrância, exerce certo papel de centro micro-regional, em termos de serviços e comércio, mas, assim como toda a região, é polarizada por Porto Nacional e Palmas. Sedia o Cartório da 26ª Zona Eleitoral, compreendendo o próprio Município, Pindorama e Mateiros.

Apesar de as condições de acesso à região e a prestação de serviços, como educação e saúde, terem melhorado depois da criação do Estado de Tocantins, a infra-estrutura econômica regional ainda é bastante precária. Esta região esteve sempre isolada do restante do antigo Estado de Goiás, reconhecida com uma das mais pobres e endêmicas. Caracteriza-se ainda por um grande vazio demográfico (0,78 hab./km²), no qual a maior população urbana é de Ponte Alta do Tocantins, com 3.276 habitantes. No cômputo geral, a região é eminentemente rural, de práticas tradicionais, com baixíssima produtividade, apoiada na exploração da terra e dos recursos naturais.

3. Aspectos Físico-ambientais

3.1. Meio Ambiente Natural

3.1.1. Aspectos Geofísicos

A região do Jalapão caracteriza-se pela vegetação baixa e rala, paisagem árida, grande fragilidade do solo e abundância de água, com nascentes cristalinas, lagoas

e lagos, ribeirões, rios e numerosas cachoeiras e corredeiras, espalhados por uma extensão de 34.194,745 km².

Clima

O clima de Ponte Alta do Tocantins, de acordo com o Atlas do Tocantins, produzido pela SEPLAN, é de 02 (dois) tipos. Ao trecho ocidental do Município corresponde um clima do tipo C2wA'a' - clima úmido subúmido, com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial média anual de 1.500 mm, distribuindo-se no verão em torno de 420 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada. Ao trecho oriental do Município corresponde um clima do tipo C1dA'a' – clima subúmido seco com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial média anual de 1.300 mm, distribuindo-se no verão em torno de 360 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada.

As temperaturas médias anuais giram entre 27°C e 28°C. As mínimas ocorrem nos meses de junho e julho e as máximas entre setembro e novembro.

A precipitação pluviométrica média anual é de cerca de 1.500 mm e a umidade relativa do ar, de 65%. As chuvas estendem-se de outubro a abril.

O Município participa do clássico esquema climático do Brasil Central, com 02 (duas) estações bastante marcantes: uma, de estiagem, ao longo dos meses de inverno (maio a setembro), com temperaturas algo inferiores, e outra, de chuvas (outubro a abril), com temperaturas mais altas (Fig. 02).

Fig. 02 - Regionalização climática no município de Ponte Alta do Tocantins

Ambientes Geológicos

O Município de Ponte Alta do Tocantins encontra-se inserido em 02 (dois) ambientes geológicos diferentes, que caracterizam o mesmo de forma bastante diferenciada. O primeiro, correspondendo a aproximadamente a metade ocidental do Município, é conhecido como Bacia Sedimentar do Parnaíba. O segundo, equivalendo aproximadamente à metade oriental do Município, é conhecido como Bacia Sedimentar do São Francisco. O primeiro resulta em solos diversos, desde litólicos a concrecionários, passando por trechos de latossolos. O segundo caracteriza-se univocamente pela presença de areias quartzosas, responsáveis pela vegetação típica do cerrado de campo limpo, tão marcante em toda a área do Jalapão (Fig. 3).

Fig. 03 - Os ambientes geológicos no município de Ponte Alta do Tocantins

Tipos de Solos

O território municipal é formado por solos litólicos, a sudoeste da cidade de Ponte Alta do Tocantins, manchas esparsas e isoladas de solos concrecionários, podzólicos e latossolos ao oeste, noroeste e norte do Município; alguns trechos isolados de solos hidromórficos ao norte, e extensões bastante significativas de areias quartzosas, na metade leste do município, correspondendo, como já mencionado, ao ambiente geológico da Bacia Sedimentar do São Francisco (Fig. 04).

Fig. 04 - Tipos de solos no município de Ponte Alta do Tocantins

Os tipos de solos encontrados no Município podem ser descritos esquematicamente nos termos que se seguem:

a) Solos litólicos

São solos rasos, muito pouco evoluídos. Normalmente, caracterizam-se por uma fina camada arenosa orgânica que recobre diretamente a rocha pouco o moderadamente alterada. Estes solos aparecem em áreas de montanha, serras e escarpas, sendo, portanto, áreas críticas, geotecnicaamente susceptíveis a escorregamentos e quedas de blocos. São solos pouco evoluídos em via de formação, seja pela reduzida atuação dos processos pedogenéticos ou por características inerentes ao material originário. Estes solos litólicos, em função da constituição apontada (que tende a caracterizar os mesmos como solos ácidos), são propensos a fornecer o substrato para vegetações do tipo campo sujo e campo rupestre. A denominação campo rupestre é utilizada para os campos em terreno rupestre com afloramentos rochosos. Este tipo é bastante comum nas encostas e altos de morros ou trechos de chapada. O tipo de vegetação encontrada é decorrência da existência de solos rasos, com areias puras ou misturadas, derivadas de quartzitos (Eiten, 1993), com espécies das famílias *Velloziaceae* (canelas de ema) e *Orchidaceae* (orquídeas), assim como das *Lychnophora salicifolia* e *ericoides* (arnicas).

b) Solos concrecionários

São solos com composições semelhantes aos dos cambissolos, com a grande diferença na sua formação. Enquanto os cambissolos ocorrem por camadas, os solos concrecionários são cascalhentos, justamente aglutinados em torno de concreções ferruginosas. Apresentam-se, portanto, com formas amorfas, na forma de cascalho. Eles são constituídos por solos pouco desenvolvidos, com presença de minerais primários facilmente intemperizáveis e texturas bastante variáveis, tendendo a ser fortemente granulares. Estão situados geralmente em relevo ondulado, fortemente ondulado, escarpado e montanhoso. São solos impermeáveis, de pouquíssima espessura (< 10 cm o horizonte A e horizonte B câmbico entre solo e rocha decomposta), declividades mais acentuadas (> 10%) a fortemente acentuadas (< 45%), apresentando cobertura vegetal rala, constituída geralmente por gramíneas, cujo enraizamento não ultrapassa o horizonte A. Desenvolvem-se principalmente a partir da decomposição de filitos, ardósias, metasiltitos e quartzitos, que geralmente configuram seu substrato. São pouco profundos e pouco aptos para agricultura, em função de sua deficiência em fertilidade, dificuldade para se trabalhar mecanicamente, e suscetibilidade à erosão, uma vez mexida sua camada superior. A cobertura natural verificada para este tipo de solos é o campo cerrado, fitofisionomia que se adapta bem a tais condições.

c) Solos podzólicos

São solos com perfil profundo e desenvolvido. Diferenciam-se dos latossolos (descritos a seguir) por apresentar uma nítida divisão em horizontes na parte superficial.

O perfil clássico de um solo podzólico apresenta um horizonte superficial (A) arenoso que passa abruptamente para um horizonte subsuperficial (B) argiloso e deste para um horizonte profundo (C) argilo-silto-arenoso. O que distingue principalmente este solo é a diferença de características entre o horizonte superficial e o horizonte subsuperficial, subjacente. A transição entre estes horizontes, denominados A e B, pode ser gradual ou abrupta. Normalmente, a diferença mais marcante entre estes horizontes é o teor de argila, muito maior no B do que no A, o que leva a uma cor e um comportamento diferentes dos dois horizontes.

Nas áreas de morros onde o embasamento é de rochas, os solos podzólicos são argilosos, e a diferenciação entre os horizontes existe, porém é menos nítida. Os solos podzólicos são, portanto, solos heterogêneos, com clara diferenciação em camadas. Esta diferenciação pode ser tão grande que, vez por outra, são erroneamente interpretadas como camadas de depósitos coluvionares, aluviões etc.. Um detalhado estudo do perfil normalmente mostra que existe uma filiação entre os horizontes, com transições de um para o outro, mostrando que a diferenciação em horizontes é também o produto da evolução pedogenética *in situ*, além da contribuição dos coluvionamentos.

Este caráter de heterogeneidade e de transição dos horizontes A e B dos solos podzólicos confere a eles um comportamento geotécnico diferenciado dos latossolos. Os solos podzólicos aparecem na paisagem, em áreas de colinas médias, morrotes e morros, geralmente nas encostas. São, portanto, áreas de média a alta declividade (6 a 20%), onde os processos erosivos são mais intensos.

Os solos podzólicos, em geral, são mais frágeis que os latossolos, revelando médio a alto potencial de desenvolvimento de processos erosivos tão logo é retirada a cobertura vegetal.

d) Latossolos

São solos forte a moderadamente drenados, com pequenas variações de argila, areias e cascalhos; ausência de minerais primários (cálcio e magnésio, principalmente); presença de óxidos de alumínio (Al) e ferro (Fe), garantindo uma textura granular relativamente porosa em relação à infiltração da água e, conseqüentemente, baixa capacidade de suporte nos níveis mais rasos. São solos

espessos, portanto, com perfis de alteração de dezenas de metros, homogêneos, porosos, com aspecto maciço, porém friável quando seco. São solos típicos de áreas planas ou de colinas suaves e dos topos dos morrotes com declividades entre 1 e 10%. Dependendo da rocha-mãe, terão diferentes texturas e cores: argilosas e avermelhadas (latossolos vermelho-escuros), se forem basaltos; arenosas e amareladas (latossolos vermelho-amarelos), se forem arenitos.

Os principais problemas geotécnicos desses solos advêm do uso inadequado, provocando a concentração de água em grandes volumes no solo. Se atingida a saturação total, os latossolos perdem a estrutura e sofrem colapso, provocando abatimentos nos terrenos.

Se a concentração de água gerar sulcos na superfície do solo, rapidamente eles podem evoluir, formando grandes ravinas que, ao atingir o lençol freático, formam voçorocas de grande porte, caracterizando-se um intenso processo erosivo de difícil controle.

Os latossolos argilosos apresentam como principal problema a compactação, que diminui os poros de maneira acentuada, comprometendo a capacidade de infiltração de água e gerando processos de degradação permanentes.

Os latossolos são, portanto, solos naturalmente estáveis e pouco susceptíveis aos problemas geotécnicos. No entanto, sob condições intensas de uso, desenvolvem graves processos de degradação.

e) Solos hidromórficos

Compreendem solos mal drenados, com lençol freático próximo à superfície durante todo ano. São pouco desenvolvidos e geralmente apresentam seqüência de horizontes A e Cg ou A(B)g e Cg, sendo o subscrito **g** indica a presença de gleização. O horizonte A apresenta espessura variada, cores escuras e em alguns casos cinzento muito escuro e bruno-avermelhado-escuro, com matiz 10YR a 5YR, valores de 2 a 5 e cromas normalmente variando de 1 a 3, com textura da classe argila e estrutura granular. Os horizontes subsuperficiais, com espessura variando de 55 a 130 cm, ou pouco mais, apresentam mosqueados de coloração avermelhada ou amarelada ou coloração variada. Geralmente possuem textura argilosa e muito argilosa e estrutura maciça. O teor de carbono orgânico no horizonte A é geralmente mais elevado do que nos subjacentes, em virtude de acumulação de matéria orgânica, proveniente da decomposição dos vegetais. São originados de sedimentos argilo-siltosos e ocorrem em áreas planas das várzeas dos rios de maior expressão.

f) Areias quartzosas

Solos com origem em rochas quartzosas, pouco desenvolvidos em virtude da própria natureza refratária do material quartzoso, resultante em pouca evolução pedogenética.

g) Minerais

Não há estudos mais detalhados sobre os recursos minerais do Município. As poucas investigações realizadas indicam a presença de calcáreo e turfa.

Geomorfologia

A geomorfologia de um sítio, município e/ou região pode ser apreciada a partir do gradiente de sua declividade e da caracterização de seu relevo e correspondentes unidades geomorfológicas.

Gradiente de Declividade

Os gradientes de declividade são variados no Município com a predominância de declives suaves, iguais ou inferiores a 5%. Entretanto, em algumas porções do território municipal existem declives entre 5% e 10%, na parte central e oriental, e entre 10% e 15%, a oeste e no centro. No trecho mais oriental, no limite com o município de Mateiros, existem áreas fortemente íngremes com declividades em torno de 45% (Fig. 05).

Fig. 05 - O gradiente de declividades no município de Ponte Alta do Tocantins

Relevo

O Município apresenta relevo variado que vai de formas erosivas, na sua porção central e ocidental, passando por formas estruturais ao sul do território, até atingir tipos de dissecação na parte leste, divisa com Mateiros (Fig. 06).

As formas erosivas são superfícies de pediplanos, planaltos e terraços fluviais, constituídas a partir de processos predominantemente erosivos, onde houve um rebaixamento das saliências, tendendo ao nivelamento do relevo. A cidade de Ponte Alta do Tocantins encontra-se inserida nestas formas erosivas. Do ponto de vista da compartimentação geoambiental, este trecho do Município com tal relevo faz parte dos Planaltos de Ponte Alta do Tocantins (Fig. 07).

As formas estruturais são superfícies cuja topografia é condicionada pela estrutura. Neste caso, processos morfodinâmicos geram formas de relevo em conformidade com a estrutura geológica. As camadas mais resistentes sobressaem no relevo, criando acidentes, formas aguçadas e patamares na paisagem. Este tipo de relevo ocorre ao sul do Município.

Os tipos de dissecação são formas de relevo entalhadas pelos agentes erosivos, havendo uma dissecação diferencial do relevo, principalmente ao longo da rede hidrográfica, quando ela existe. A paisagem apresenta-se com cristas e maciços, colinas, mesas, patamares, chapadas e vales encaixados. É a paisagem típica do Jalapão e ocorre no extremo oriental do Município, até a fronteira com o município de Mateiros. Do ponto de vista da compartimentação geoambiental, este trecho participa dos Patamares da Região do Rio do Sono e das Chapadas do Jalapão.

Fig. 06 - As formas de relevo no município de Ponte Alta do Tocantins.

Fig. 07 – Compartimentação geoambiental do município de Ponte Alta do Tocantins.

Erodibilidade Potencial dos Solos

O cruzamento dos dados e informações colhidas em relação aos tipos de solos e declividades permite montar um quadro da erodibilidade potencial dos solos no Município de Ponte Alta do Tocantins.

A erodibilidade dos solos municipais varia de ligeira a muito forte (Fig. 08)

A erodibilidade ligeira ocorre em áreas formadas por solos variando entre bem e fortemente drenados. São solos profundos e ocorrem em relevos suavemente ondulados (declividades em torno de 5%). Os processos de escoamento superficial são muito difusos e lentos. Eles ocorrem no trecho central e norte do Município.

A erodibilidade moderada a forte compreende áreas formadas por solos pouco profundos, com relevos bastante ondulados (declividades entre 5 e 20%), com drenagem moderada. Os processos de escoamento superficial são difusos até rápidos, concentrados, podendo ocorrer movimentos de massa do tipo rastejamento e solifluxão. Ocorrem na área central do Município e ao sul da cidade de Ponte Alta do Tocantins.

A erodibilidade muito forte compreende áreas formadas por solos muito rasos, com presença de afloramentos rochosos. O relevo predominante vai de montanhoso a escarpado, com declives entre 30 e 45%. Os processos de escoamento superficial são concentrados e os movimentos de massa, quando ocorrem, são do tipo deslizamento e desmoronamento. Estas áreas ocorrem ao sudoeste do Município e em alguns trechos centrais e correspondem aproximadamente às áreas de solos litólicos, já assinalados.

Fig. 08 - Erodibilidade potencial dos solos no município de Ponte Alta do Tocantins

Hidrografia

Os rios do Município fazem parte das sub-bacias hidrográficas dos rios Balsas, Mulato e Ponte Alta, todos na bacia / sistema hidrográfico do rio Tocantins (Fig. 9). Trata-se de um sistema hidrográfico abundante, característico não só do Município como de todo o Estado do Tocantins. Esta abundância de águas, aliada a uma situação geomorfológica particular, cria um potencial de geração energética muito grande no Estado. No Município de Ponte Alta do Tocantins, particularmente, foi construída a Usina Hidroelétrica Isamu Ikeda, no limite com o município de Monte do Carmo, com um potencial de produção de 27,60 MW e uma área do lago represado de 13,16 km². Está em construção a UHE Fumaça, com um potencial de produção de 5,00 MW.

Fig. 9 - A hidrografia do município de Ponte Alta do Tocantins

3.1.2 Aspectos Bióticos

Os aspectos bióticos são vinculados à vegetação e respectivas fitofisionomias e à fauna.

Vegetação

Ponte Alta do Tocantins apresenta vegetação típica do cerrado, com predominância de vegetação xeromorfa aberta, estrato arbóreo de 4,8 m, arbustivo, de 1,0 m a 2,0 m e herbáceo, de gramíneas (Fig. 10). Dentre as espécies arbóreas mais comuns estão o pequi, buriti e caju.

A maior parte do território é formada por campos (limpos ou sujos, com vegetação predominantemente herbácea, com arbustos e árvores ocasionais), campo cerrado (vegetação predominantemente arbustiva e árvores ocasionais), cerradão (vegetação tipo floresta, com predominância arbórea, presença de árvores com alturas superiores a 7 m) e campo parque, além de algumas áreas de pastagem plantada ou natural (Fig. 11 a 13):

Fig. 10 – Regiões fitoecológicas do município de Ponte Alta do Tocantins



Fig. 11 a 13 - Registros fotográficos da vegetação no município de Ponte Alta do Tocantins (vegetação de campo cerrado na área do Jalapão; vegetação na área da lagoa do Anzolão; vegetação na área da cachoeira do Talhado do Brejo do Boi)

Fauna

A fauna da região é bem diversificada, com a presença de capivara, tamanduá bandeira, onça, paca e veado campeiro. A seriema, arara-canindé, urubu-rei, tucano-toco, mutum-do-sudeste e a águia chilena estão entre os principais pássaros da região. Na ictiofauna, destacam-se o piau, jaú, piabanha, a caranha e a traíra.

3.1.3. Unidades de Conservação

A porção leste do Município está inserida na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins. No extremo nordeste, a APA do Jalapão absorve uma pequena faixa territorial de Ponte Alta do Tocantins. A primeira é altamente restritiva a qualquer tipo de uso, que não científico e preservacionista. Já na APA, os usos ficam condicionados ao seu Plano de Manejo (Fig. 14).

3.1.4. Áreas de Preservação Permanente

Em função do grande número de córregos, ribeirões e rios que permeiam o Município, a quantidade de Áreas de Preservação Permanente é bastante significativa. Um sobre-vôo permitiu apreciar que, na área do Município, todas elas estão bastante bem conservadas, oferecendo todas as condições de potencializar a sua preservação. Na área urbana, a Área de Preservação Permanente do rio Ponte Alta encontra-se, também, bastante bem conservada, a não ser no trecho utilizado como praia, onde inexistente vegetação de mata e a praia ocorre a partir de intensas intervenções antrópicas (Fig. 15 a 17)

Fig. 14 – Unidades de conservação no município de Ponte Alta do Tocantins



Fig.15 a 17 - Registros fotográficos da situação das Áreas de Preservação Permanente no município e na cidade de Ponte Alta do Tocantins (APP junto à lagoa dos Caldeirões; APP junto ao Talhado do Brejo do Boi e APP às margens do rio Ponte Alta, na área urbana)

3.2. Território Municipal

3.2.1. Estrutura Fundiária

Apesar de os dados sobre a estrutura fundiária do Município serem muito defasados no tempo, mas ainda assim os últimos disponíveis (o Censo Agropecuário de 1995/96), permitem um entendimento sobre esta estrutura, que não deve ter se alterado tanto, principalmente nos extratos superiores, que correspondem às terras situadas nas chapadas e chapadões, hoje dentro da Reserva Biológica, de baixa fertilidade e alta fragilidade. Não houve em Ponte Alta do Tocantins qualquer desmembramento para efeito de assentamento ou colonização, nem remembramentos significativos. Assim, é possível que a estrutura fundiária não tenha se modificado significativamente.

O Município é constituído de fazendas tradicionais de criação de gado, com agricultura de subsistência, e não está localizado nos eixos e pólos de expansão da fronteira agrícola do país. Dados da Agência de Desenvolvimento Agropecuário – ADAPEC - apontam a existência de 737 propriedades e uma área de 53.734 ha, enquanto pelo Censo Agropecuário de 1995/96 eram 555 propriedades e uma área de 277.321 ha.

Percebe-se uma forte concentração nos extratos superiores a 1.000 ha, no qual 9,73% dos estabelecimentos respondiam por 58,97% do total da área. O extrato médio, de 100 a 499 ha, representava 23,72% da área total e 53,71% dos estabelecimentos. É importante salientar que 80,36% dos estabelecimentos estavam localizados nos extratos abaixo de 500 ha, mas só representavam 26,77% da área total (Tabela 2).

Tabela 2 - Estrutura fundiária

Grupos de áreas (ha)	Estabelecimentos		Área Total	
	nº	%	ha	%
Menos de 10	5	0,9	22	0,01
10 a 49	71	12,79	2.330	0,84
50 a 99	83	14,96	6.082	2,20
100 a 499	287	51,71	65.794	23,72
500 a 999	55	9,91	39.552	14,26
1000 a 4999	51	9,19	96.589	34,83
5.000 a 9.999	-	-	-	-
10.000 a 99.999	3	0,54	66.952	24,14
Total	555	100	277.321	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96

A área rural do Município é formada por propriedades com a situação fundiária regularizada. Apenas cerca de 20 famílias ainda ocupam pequenas glebas como posseiros, na Fazenda Jataí, região do Palmeiras, propriedade registrada em 1982, sem que o proprietário tenha estado no Município desde então.

A maioria das propriedades tem entre 100 e 400 ha, muitas delas sem produção nem geração de emprego e renda. Estas terras, na grande maioria de proprietários não residentes no Município ou na região, são utilizadas para especulação imobiliária ou como garantia para a obtenção de financiamentos diversos.

Na área urbana, grande parte das construções não está regularizada. Nos loteamentos de Água Limpa e Zezinho, feitos pela Prefeitura, as construções são feitas após uma autorização verbal da Administração Municipal, sem qualquer registro oficial.

O Município dispõe de 90 alqueires de terra desocupada, próximos à pista de pouso de aviões, logo depois da área conhecida como Cooperativa.

Não há Lei de Perímetro Urbano para a sede municipal nem delimitação do território e do perímetro urbano da sede dos seis distritos existentes: Extrema, Palmeiras, Gato, Paraná, Barreiro e Água Suja.

3.2.2. Acessibilidade e Transportes

As rodovias de acesso ao Município são de boa qualidade. A TO-255 foi recentemente pavimentada no trecho entre Ponte Alta do Tocantins e Monte do Carmo e apresenta boa sinalização. A ligação até Mateiros ainda não está pavimentada, mas as condições de trafegabilidade são satisfatórias, embora não haja sinalização. A BR-010, em fase de implantação, mesmo passando por fora da cidade, deve ligar Ponte Alta do Tocantins a Pindorama. Atualmente a via existente não é pavimentada e apresenta estado de conservação regular.

Há cerca de 2.000 km de estradas vicinais municipais, a maioria delas bem conservada.

A Prefeitura Municipal conta com uma patrulha moto mecanizada, formada por 3 tratores de roda, uma carreta, 1 motoniveladora e 2 camionetes alugadas para a prestação de serviços diversos.

Um dos tratores puxa a carreta, enquanto os outros dois também são utilizados para o transporte de cargas pesadas e para apoiar os proprietários rurais, com serviços de gradação das terras, sendo o óleo fornecido pelos interessados.

A motoniveladora faz a manutenção das estradas vicinais, numa extensão de aproximadamente 2.000 km, consumindo cerca de 200 l de óleo/dia.

Existe uma pista de pouso em Ponte Alta do Tocantins, com 1.000 m de extensão, sem terminal de passageiros nem equipamentos de controle de vôos. Uma biruta sinaliza a direção dos ventos.

3.2.3. Utilização da Terra

O Município de Ponte Alta do Tocantins apresenta, a partir dos tipos de solo descritos e maior/menor presença de águas, uma potencialidade de uso das terras bastante diversificada. De acordo com o Atlas do Tocantins, os terrenos de Ponte Alta do Tocantins classificam-se entre as áreas para pecuária extensiva, áreas para silvicultura e/ou pecuária extensiva e áreas de conservação ou com alta limitação natural para uso (Fig. 18)

Fig. 18 - Potencialidades de uso da terra no município de Ponte Alta do Tocantins

As áreas de conservação ou com alta limitação natural para o uso (solos litólicos, bastante íngremes, com alto grau de erodibilidade potencial) ocorrem no entorno imediato à cidade de Ponte Alta do Tocantins. A leste da cidade existem alguns trechos do território aptos para silvicultura e/ou pecuária extensiva ou semi-intensiva. O restante do Município apresenta aptidões relativas para a pecuária extensiva, devendo-se levar em consideração que nas áreas de areias quartzosas a retirada da cobertura vegetal original (cerrado) propicia o aparecimento de processos de desertificação.

Grande parte das terras rurais do Município são inaproveitadas, pois pertencem a proprietários de fora da região que as adquirem apenas como estoque patrimonial para servir de garantia a financiamentos bancários destinados a outros empreendimentos.

Os pequenos proprietários mantêm algum gado e praticam a agricultura de subsistência, sem grandes excedentes para comercialização. Nesse sentido, áreas significativas de terras agricolamente exploradas (agricultura de sequeiro, irrigadas com pivô central etc.) praticamente inexistem no Município. O uso efetivo do solo se dá com pastagens plantadas ou naturais. Parte considerável encontra-se ainda em estado original, com os tipos de cerrado descritos quando da apreciação dos aspectos bióticos do Município.

Pelos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, as matas naturais e plantadas representavam 22,1% da área total, enquanto as pastagens plantadas (pouco significativas naquela época) e naturais representavam 61,6%. O avanço da pecuária nos últimos anos deve ter aumentado a área de pastagens plantada e reduzido o percentual de matas naturais. (Tabela 3).

Tabela 3 - Uso da terra

Uso da Terra	Área	
	ha	%
Área Total (*)	277.321	
Lavouras Permanentes e Temporárias	1.607	0,6
Pastagens Naturais e Artificiais	170.697	61,6
Matas Naturais e Plantadas	61.091	22,1
Lavouras em Descanso/Produtivas/não Utilizadas	29.599	10.7

* Inclusive terras improdutivas

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1995/96

Começa a haver o interesse de alguns proprietários rurais pela exploração turística dos atrativos naturais em suas propriedades, particularmente as cachoeiras.

Nas Unidades de Conservação, a terra é inexplorada.

3.3. Estrutura Urbana

3.3.1. Configuração Urbana

A Cidade está localizada às margens do rio Ponte Alta, ocupando ambas as margens. A maior concentração situa-se à margem esquerda, primeiramente ocupada e melhor consolidada. É deste lado que estão os principais equipamentos urbanos e comunitários, a Igreja Matriz, a Prefeitura Municipal e suas Secretarias, a Câmara de Vereadores, os estabelecimentos de comércio e prestação de serviços. Esta área encontra-se montada numa colina alongada no sentido noroeste-sudeste, com impedimentos para a sua expansão à exceção da direção sudeste, na saída para Pindorama.

Apresenta fortes declividades nos seus trechos a nordeste (no sentido do Rio Ponte Alta), a noroeste (também no sentido do Rio Ponte Alta, já que este dá uma virada de 90°) e no sentido sudoeste, para o vale encaixado do ribeirão Piabanha Pequeno. As ruas transversais a estas encostas apresentam alta declividade e trechos ocupados com habitação; nesta periferia, apresentam riscos de deslizamento. Um cinturão destinado a chácaras faz a transição entre a parte mais alta da Cidade e os trechos junto aos rios e ribeirões. Os loteamentos mais novos ocorreram justamente na direção sudeste, única área passível de ser ocupada sem grandes investimentos.

A margem direita, de ocupação mais recente, ainda não dispõe de pavimentação, a não ser em duas ruas, nem de calçadas ou arborização nas vias. Os estabelecimentos comerciais e de serviços são raros e os espaços vazios ainda são bastante numerosos. Do ponto de vista do relevo, apresenta áreas menos íngremes, apesar de as declividades serem, também, bastante acentuadas, com exceção do trecho de acesso à cidade pela Avenida Palmas / Estrada para Porto Nacional, que também se apresenta como eixo natural de expansão da Cidade (Fig.19)

A Câmara de Vereadores aprovou uma lei autorizando o Executivo Municipal a promover a doação não onerosa de lotes de propriedade do Município para propiciar a moradores de baixa renda “o direito social à habitação”, sendo este benefício concedido uma única vez a reais ocupantes desses terrenos. Também é permitida, por lei municipal, a doação de materiais de construção a famílias carentes.

Fig. 19 - Planta da cidade de Ponte Alta do Tocantins

3.3.2. Usos e Ocupação do Solo

Trata-se de uma cidade eminentemente residencial, que funciona como ponto de apoio a uma área rural ocupada com baixas densidades. A Praça Capitão Antônio Mascarenhas e seu entorno imediato, no Setor Central, representam a parte mais antiga da Cidade, onde se encontram localizadas áreas institucionais (APAE, Programa Portal da Alvorada, Delegacia do IBAMA), a Igreja Matriz, além de estabelecimentos de comércio e serviços diversificados (supermercados, pousadas etc.).

A Avenida Joana Medeiros, que estrutura este trecho na sua parte sudoeste, em uma primeira aproximação, estrutura a Cidade como um todo, já que apresenta a situação de entrada / saída no seu extremo noroeste equacionada com um mini trevo e representa, no seu extremo sudeste, a saída para Pindorama. Não obstante isso, uma segunda via, a Dr. Albeny Ferraz Machado, paralela à primeira, passou a concentrar, aparentemente numa fase posterior, uma série de equipamentos (posto de abastecimento, mercado, hotéis, farmácias, posto telefônico etc.) que a transformaram em uma via de importância tão grande quanto a Joana Medeiros, se não maior.

Ao longo destas duas vias e de algumas transversais no trecho do Setor Central, ocorrem, de forma dispersa, os diversos equipamentos institucionais, comerciais e de serviços, tal como registrado na Fig. 20.

A ocupação à direita do Rio Ponte Alta é eminentemente residencial, com uma escola e uma creche localizadas no bairro Boa Esperança e algum comércio (basicamente bares) nas quadras vizinhas à praia, de apoio às atividades de lazer que aí ocorrem.

A relação da Cidade com o Rio Ponte Alta é bastante problemática e indefinida, com duas áreas públicas / de preservação ambiental separando a mesma do rio. A exceção ocorre na área da ponte velha e da praia, onde existe uma espécie de subcentro comercial e de diversão. A relação funcional e visual deste subcentro com a área central da Cidade não é muito clara, gerando situações de dubiedade e falta de orientabilidade. O fato de se chegar à Cidade (seja pela ponte velha, de madeira, seja pela nova, de concreto) pela sua periferia a noroeste e se ter que virar 90° para chegar à área central, colabora para esta dubiedade e falta de orientabilidade (Fig 21 a 23).

Próxima a este subcentro, às margens do rio, há uma área na qual a Prefeitura implantou um viveiro de mudas. Esta área, na qual ainda residem 3 famílias de antigos moradores, foi doada ao IBAMA, sem que tivesse sido dado qualquer tratamento a ela.

Fig. 20 – Planta de usos da cidade de Ponte Alta do Tocantins



Fig. 21 – Usos comerciais na cidade de Ponte Alta do Tocantins



Fig.22 e 23 – Entradas da cidade de Ponte Alta do Tocantins

Do ponto de vista dos tipos de ocupação (Fig. 24 a 33), verifica-se que os lotes na parte mais antiga da Cidade são maiores, com dimensões que giram em torno de 11 a 16 metros de frente por 35 a 40 metros de fundo (600 a 800 m^2), portanto com frentes tendendo a estreitas e fundos tendendo a profundos, com formas muitas vezes irregulares. Geralmente as construções ocupam a testada do lote, de modo a delimitar e alimentar de forma mais direta o espaço público da rua. Existem afastamentos laterais, bastante estreitos, dando a sensação de uma frente de fachadas relativamente compacta e contínua. Nos loteamentos posteriores, basicamente naqueles que ocorreram nas periferias a sudeste, os lotes são menores, muito mais regulares, com frentes de 15 metros e fundos de 30 metros (450 m^2). As edificações são menores, por se tratar de população de renda menor, e ocorrem no meio dos lotes, com afastamentos na frente, fundos e laterais.



Fig. 24 – Vista aérea da área central



Fig. 25 - Rua da área central



Fig. 26 - Barreiras criadas pela topografia íngreme



Fig. 27 - Ponte velha, de madeira, e praia urbana



Fig. 28 – Ocupações na área central

Fig. 29 – Vegetação entre a área central e o rio



Fig. 30 – Avenida Joana Medeiros



Fig. 31 – Avenida Albeny Ferraz Machado



Fig. 32 – Ocupações nas áreas periféricas



Fig. 33 – Ocupações com recursos de programas sociais

3.3.3. Habitação

Como se trata de uma cidade antiga, grande parte das edificações, construídas com adobes e taipa e cobertas com telha cerâmica feita no próprio Município, encontra-se bastante deteriorada, deixando a impressão de que o problema habitacional não se restringe às famílias de baixa renda e da periferia. Ainda é muito utilizado o adobe nas construções habitacionais, sem qualquer tipo de revestimento, o que compromete sua durabilidade. Existem também as unidades que foram “modernizadas” ao longo do tempo, com a inclusão de platibandas e revestimentos em reboco. Construções mais recentes assumem a clássica técnica de paredes em alvenaria, rebocadas (existe um estilo local de reboco, interessante, feito na “ponta da colher”), com formas simples e coberturas de telhas de fibro-cimento, expostas ou escondidas por platibandas (Fig. 34 a 39). A elas somam-se as resultantes dos programas habitacionais, tanto estaduais quanto federais.

As edificações são, em sua quase totalidade, térreas. Há apenas 4 sobrados dispersos na Cidade. Segundo levantamentos realizados pela equipe do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável - PDDS, existem na zona urbana 139 habitações de adobe em situação precária e 50 de palha, madeira ou taipa em situação muito precária. O programa estadual Casa Nova Dignidade e Saúde construiu ultimamente 92 casas.

De acordo com o Cadastro Fiscal do Município, existem na cidade de Ponte Alta do Tocantins 989 edificações e 438 lotes vagos.



Fig. 34 e 35 - Construções em adobe e taipa, rebocadas



Fig. 36 - Construções "modernizadas"



Fig. 37 - Construções com telhados de palha

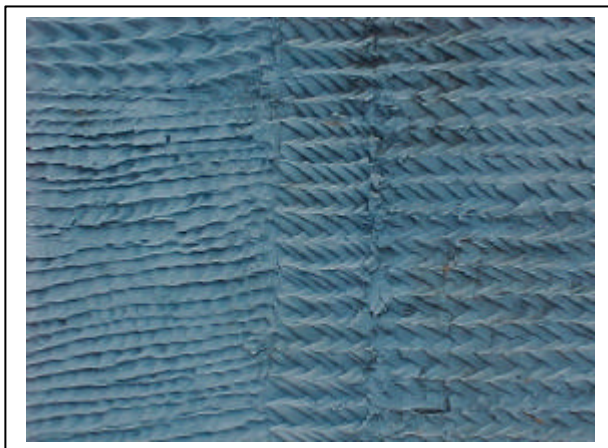


Fig. 38 - Reboco trabalhado



Fig. 39 - Tipo de habitação dos programas sociais

Segundo o Censo de 2000, 70,55% dos domicílios particulares permanentes eram próprios e quitados, enquanto 4,33% eram alugados, com uma média de 4,29 habitantes por domicílio (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 - Domicílios particulares permanentes, moradores e média de moradores por domicílio

Domicílios			Moradores			Média de Moradores por Domicílio		
Total	Situação		Total	Situação		Total	Situação	
	Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural
1.430	737	693	6.130	3260	2.870	4,29	4,42	4,14

Fonte – IBGE – Censo Demográfico - 2000

Tabela 5 - Domicílios por condição de ocupação

Total	Próprio		Alugado	Cedido		Outra
	Quitado	Não quitado		p/empregador	Outra forma	
1.430	1.009	4	62	188	134	33

Fonte: IBGE Censo 2000

A quase totalidade da população vive em casas, com uma minoria em cômodos (5 habitantes) ou em moradias improvisadas (31 habitantes). O Censo Demográfico de 2000 registrou, ainda, 10 habitantes em domicílios coletivos (Tabela 6).

Tabela 6 - População residente, por espécie e tipo de domicílio

Total	Espécie de Domicílio						
	Domicílio Particular						Coletivo
	Total	Permanente				Improvisado	
		Total	Casa	Apartamento	Cômodo		
6.172	6.162	6.131	6.126	-	5	31	10

Fonte – IBGE – Censo Demográfico - 2000

3.3.4. Comunicações

O Município conta uma agência de Correio, onde funciona um Banco Postal.

Não existem emissoras de rádio ou TV nem jornais ou revistas locais. Há, entretanto, um jornal regional mensal, Folha do Jalapão, que divulga as notícias dos diferentes municípios da região. As rádios mais ouvidas são a Tocantins, de Porto Nacional, a Brasil Central, de Goiânia, e a Nacional da Amazônia, de Brasília.

Quando se quer divulgar uma notícia ou acontecimento importante, é utilizado um carro de som existente na cidade.

As principais redes de televisão são captadas por meio de antenas parabólicas, existente em grande parte das residências. Há duas antenas repetidoras na cidade, uma da TV Anhanguera (vinculada à rede Globo) e outra da TV Cultura.

A rede de telefonia fixa atende a aproximadamente 50% da sede municipal. Não há telefonia móvel.

3.3.5. Energia Elétrica e Iluminação Pública

A energia elétrica é fornecida pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, empresa estadual, e o consumo tem registrado crescimento crescente nos últimos anos, tanto nas edificações residenciais quanto pelos estabelecimentos comerciais ou industriais. A partir de 1988, registra-se o consumo rural (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 - Estrutura de consumo de energia elétrica (MW / h)

Anos	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
1996	425	4	68	-	436	934
1997	425	2	76	-	372	875
1998	467	3	95	1	1.735	2.301
1999	516	5	102	3	3.032	3.658
2000	581	8	149	3	566	1.307
2001	548	21	152	7	579	1.887

Fonte: Celtins

Tabela 8 - Número de consumidores de energia elétrica por tipo de consumo

Anos	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
1996	483	3	49	1	29	565
1997	484	2	54	1	31	572
1998	502	2	57	1	31	593
1999	553	3	61	2	31	650
2000	632	3	63	2	33	733
2001	674	3	76	5	34	826

Fonte: Celtins

Os dados levantados pela SEPLAN-TO indicam que as taxas médias de crescimento do consumo foram mais acentuadas no setor industrial e na área rural. Entretanto, como o número de indústrias é bem pequeno e a eletrificação rural é muito recente, esses dados devem ser tomados com alguma reserva (Tabelas 9 e 10).

Tabela 9 - Taxas médias anuais de crescimento do consumo

Anos	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
1996/1997	-	-50,0	11,8	-	-14,7	-6,3
1997/1998	9,9	50,0	25,0	-	366,4	163,0
1998/1999	10,5	66,7	7,4	200,0	74,8	59,0
1999/2000	12,6	60,0	46,1	-	-81,3	-64,3
2000/2001	-5,7	162,5	2,0	133,3	2,3	44,4

Fonte: SEPLAN/DPI

Tabela 10 - Taxas de crescimento do número de consumidores

Anos	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros	Total
1996/1997	0,2	-33,3	10,2	-	-14,7	-6,3
1997/1998	3,7	-	5,6	-	366,4	163,0
1998/1999	10,2	50,0	7,0	100,0	74,8	59,0
1999/2000	14,3	-	3,3	-	-81,3	-64,3
2000/2001	6,6	-	20,6	150,0	2,3	44,4

Fonte: SEPLAN/DPI

A iluminação pública é instalada e mantida pela Prefeitura Municipal e cobre toda a sede municipal.

Em 2003, a CELTINS registrou o seguinte consumo médio no Município (Tabela 11).

Tabela 11 – Consumo médio anual de energia elétrica no município por tipo de consumidor

Tipo de consumo	Consumo médio anual (MW/h)
Residencial	600,5
Industrial	20,4
Comercial	194,6
Rural	63,2
Poder Público	115,5
Iluminação Pública	293,8
Serviço público	105,4
Consumo próprio	455,2
Total	1.848,6

Fonte: CELTINS - 2003

O número total de consumidores aumentou para 1.028. A inadimplência chegou a 30%.

Está concluída a rede de energia elétrica para os distritos de Palmeiras e Paraná. As redes para atendimento aos demais distritos está sendo concluída.

O município tem uma usina hidroelétrica, a Isamu Ikeda, localizada no Rio Balsas entre Monte do Carmo e Ponte Alta do Tocantins. É composta por 6 geradores, capazes de produzir 29,65 MW, para alimentar Palmas e a região.

3.3.6. Saneamento Ambiental

a) Abastecimento de água

O abastecimento de água é feito pela concessionária Empresa de Saneamento do Estado do Tocantins - SANEATINS, através de poço profundo, com vazão de 24m³/h, tendo um reservatório de distribuição de 150.000 litros. Interrupções no fornecimento de energia elétrica causam problemas para o funcionamento das bombas e provocam falta de água, principalmente nas residências sem reservatório.

A água é clorada antes da distribuição. Na sede municipal existem 1.100 ligações, onde incluem 30 ligações públicas e uma industrial (cerâmica). Há 15 residências não ligadas ao sistema, por opção dos moradores, que usam outro tipo de abastecimento, e 5 outras não estão ligadas por falta de rede no local. 300 famílias pagam a taxa social. O sistema opera com uma taxa de 20% de inadimplência.

Nos povoados da zona rural, a captação de água é feita em poços ou nos córregos e nascentes. O esgotamento sanitário se dá por meio de fossa negra ou a céu aberto.

Segundo dados do último Censo Demográfico, 35,8% dos domicílios contavam com água encanada da rede geral em pelo menos um cômodo. Considerando apenas a área urbana, este percentual sobe para 69,47%. Utilizavam poço ou nascente, 49,02% dos domicílios (Tabela 12).

Tabela 12 - Domicílios e formas de abastecimento de água

Domicílios Particulares Permanentes											
Total	Rede Geral			Poço ou Nascente				Outra			
	Total	Canal pelo menos em 1 cômodo	Canal só no terreno	Total	Canal.pelo menos em 1 cômodo	Canal. só no terreno	Não canal	Total	Canal.pelo menos em 1 cômodo	Canal. só no terreno	Não canal
1.430	696	512	184	701	106	159	436	33	2	5	26

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

De acordo com a SANEATINS, o número de ligações da rede de água tratada na área urbana passou de 845, em 1999 para 1.020, em 2003 (Tabela 13). A quase totalidade dessas ligações é residencial.

Tabela 13 - Ligações de água por tipo de consumidor

Tipo de ligação	Número de ligações				
	1999	2000	2001	2002	2003
Residencial	815	850	895	930	986
Comercial	01	01	01	02	02
Industrial	01	01	01	01	01
Utilidade Pública	-	-	-	-	-
Poder Público	28	28	29	29	31
Total	845	880	926	962	1020

Fonte: SANEATINS

b) Esgotamento sanitário e drenagem pluvial

A Cidade não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Segundo dados do Censo de 2000, 46% dos domicílios utilizavam fossas rústicas e apenas 0,3% dispunham de fossa séptica. 46,5% tinham banheiro ou sanitário, enquanto 53,5%, não (Tabela 14).

Tabela 14 - Domicílios existentes, banheiro/sanitário, tipo de esgotamento sanitário

Total	Tinham banheiro ou sanitário							Não tinham
	Total	Tipo de esgotamento						
1.430	665	Rede	F.S.	F.Rust.	Vala	Rio/Lago	Outro	765
		1	4	658	1	-	1	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Através do programa de melhoria das instalações sanitárias foram construídos, em 2003, 292 banheiros na Cidade.

A drenagem pluvial é superficial, mesmo nas ruas pavimentadas, à exceção de três delas, o que é muito pouco. Em dias de chuvas fortes ocorrem alagamentos nas ruas e casas da parte baixa da Cidade.

c) Resíduos sólidos

O Município não conta com aterro sanitário. O lixo é coletado por caminhão e jogado a céu aberto (lixão) em terreno próximo à Cidade. Segundo o Censo Demográfico de 2000, 36,8% dos domicílios tinha o lixo coletado pelo serviço de

limpeza pública, enquanto em 26,7%, ele era queimado no quintal e em 35,24%, jogado em terreno baldio ou em logradouro (Tabela 15).

Tabela 15 - Domicílios por destino do lixo

Total	Destino do Lixo							
	Coletado			Queimado no quintal	Enterrado no quintal	Jogado em terreno baldio	Jogado no lago, rio	Outro destino
	Total	Por serviço de limpeza	Em caçamba do S.L.					
1.430	526	525	1	382	18	504	-	-

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000

A limpeza pública, tanto de varrição das ruas quanto de capina em áreas públicas, não é regular, sendo feita na medida da necessidade. Nos lotes baldios, a limpeza é de responsabilidade dos proprietários e o Ministério Público os notifica para que a façam.

O matadouro municipal apresenta condições precárias de funcionamento. Não tem telas para impedir a entrada de insetos e roedores na sala de abate, a iluminação é insuficiente, a tubulação é subdimensionada, provocando o refluxo para a sala de abate. Não se utiliza roupa apropriada para o abate nem se observa o jejum hídrico e sólido estabelecido pela legislação. Os dejetos são levados em caçamba para o “lixão”, enquanto o esterco e sangue ficam na área do matadouro e acabam escorrendo diretamente para o rio Ponte Alta.

3.3.7. Sistema Viário e Transporte Urbano

Foi registrado, quando da descrição geral da Cidade, que a mesma apresenta um sistema viário estruturado em torno de 02 (duas) vias principais transversais (Fig. 40).

- a primeira, Avenida Joana Medeiros, estrutura a Cidade desde sua chegada pela TO-255, a noroeste, até a saída para Pindorama, no seu extremo sudeste. Ela define o setor mais tradicional da Cidade, acessando a Praça Capitão Antônio Mascarenhas no Setor Central, e representa a parte mais antiga da Cidade;
- a segunda, a Avenida Dr. Albeny Ferraz Machado, paralela à primeira, também cruza a Cidade e concentra uma série de estabelecimentos de comércio e serviços que lhe conferem importância pela dinâmica comercial.

As restantes vias longitudinais são parciais, quer dizer, desenvolvem-se paralelamente às anteriores, mas o fazem por trechos urbanos, são interrompidas, apresentam soluções de continuidade, quebras etc. sem atravessar a Cidade toda.

As vias transversais dos bairros mais tradicionais também são entrecortadas, com exceção da rua Manoel Monteiro que, passando pela lateral da Praça Capitão Antônio Mascarenhas, liga o centro da Cidade com a área rural, Distrito de Palmeira, passando pela Estação Rodoviária. A maioria destas vias transversais apresenta gradientes de declividade altos. Particularmente a rua Manoel Cavalcante apresenta uma declividade acima dos padrões viários aceitáveis, exigindo tanto de veículos como de pedestres um esforço particularmente intenso para a percorrer.

Nos bairros mais recentes, Setor Aeroporto e loteamentos periféricos, a trama do sistema viário é mais regular, com as ruas atravessando o parcelamento de um extremo ao outro.

Um eixo interessante a destacar é o da rua Manoel Cavalcante / ponte velha de madeira / Avenida Ponte Alta que, sem dúvida, estruturava o acesso à cidade em tempos idos. Com a construção da nova ponte em concreto, já que a ponte velha não suportava o tráfego de veículos mais pesados, este eixo perdeu sua força. Era pela Avenida Ponte Alta que se fazia a ligação com a rodovia de acesso a Mateiros. A outra via de referência da cidade com seu entorno é a Avenida Palmas, por onde se faz a saída para as cidades de Santa Tereza, Monte do Carmo, Porto Nacional e Palmas.

Como já mencionado, o sistema viário da cidade de Ponte Alta do Tocantins não apresenta clareza e fácil orientabilidade. As ligações dos acessos à Cidade com o sistema viário local são mal solucionadas. A intenção de se criar um circuito de contorno (a Avenida de Contorno, a sudoeste, e as Avenidas Boiadeira e Continental a nordeste) foi implantada apenas parcialmente e onde inexistem há dificuldades sérias para sua implantação, em razão da declividade e das ocupações já existentes. A hierarquização do sistema viário local é um dos grandes desafios do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins.

Inexiste transporte coletivo local. A Cidade pode ser facilmente percorrida por bicicletas e motocicletas, que existem em grande quantidade, ou até a pé. Em casos emergenciais, 02 (duas) camionetes particulares fazem fretes ou transportam pessoas, de graça ou a partir de um pequeno aluguel.

A relação de Ponte Alta do Tocantins com as cidades próximas, principalmente Porto Nacional e Palmas, ocorre a partir de linhas de ônibus e de um serviço particular alternativo de vans. Estas saem às 7h30' para Palmas e chegam de lá em torno das 17h30'. Os ônibus saem às 6h30' para Palmas e chegam às 18h30'. Uma outra linha de ônibus sai às 16 horas para Porto Nacional e chega de Porto Nacional às 9 horas da manhã (Tabela 16).

Existe um serviço de transporte escolar no Município, estruturado a partir de 05 (cinco) camionetes, 02 (dois) ônibus e 02 (duas) vans.

Tabela 16 – Transporte intermunicipal de passageiros

Empresa	Itinerário	Frequência	Horário
Viação Ponte Alta	Ponte Alta do Tocantins / Porto Nacional / Palmas	diária	6h30'
	Ponte Alta do Tocantins / Porto Nacional	diária	16h
	Ponte Alta do Tocantins / Porto Nacional (por Palmeiras)	2 vezes por semana	7h
	Palmas / Ponte Alta do Tocantins	diária	16h
	Porto Nacional / Ponte Alta do Tocantins	diária	7h40'
	Porto Nacional / Mateiros (passa por Ponte Alta do Tocantins)	2 vezes por semana	7h40'
Transporte alternativo - van	Ponte Alta do Tocantins / Porto Nacional / Palmas	diária	7h30'
	Palmas / Porto Nacional / Ponte Alta do Tocantins	diária	15h
Alternativo - Camionete	Ponte Alta do Tocantins / Paraná	Duas vezes por semana	7h30'

Fonte: Terminal Rodoviário de Ponte Alta do Tocantins

O transporte para os distritos é precário ou inexistente. Com frequência é feito por particulares que transportam as pessoas para a Cidade duas vezes por semana. Também é muito utilizada a carona no transporte escolar ou de particulares.

Fig. 40 - O sistema viário da cidade de Ponte Alta do Tocantins

4. Aspectos Sociais

4.1. Demografia

A região de Novo Acordo, constituída pelos municípios de Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins, com 12,31% do território estadual, caracteriza-se por um grande vazio demográfico, com densidade populacional de 0,78 hab/km², bem inferior à média do Estado de 4,17 hab/km² (Tabela 17).

Tabela 17 - Densidade demográfica da região

Municípios	Área* (Km ²)	População 2000 (hab)	Dens. Demográfica (hab/km ²)
Lagoa do Tocantins	911,336	2.530	2,77
Lizarda	5.723,201	3.787	0,66
Mateiros	9.591,543	1.646	0,17
Novo Acordo	2.671,882	3.057	1,14
Ponte Alta do Tocantins	6.491,089	6.172	0,95
Rio Sono	6.357,117	6.089	0,96
Santa Tereza do Tocantins	539,908	2.114	3,91
São Félix do Tocantins	1.908,669	1.269	0,66
Total	34.194,745	26.664	0,78

Fonte: SEPLAN/DPI

Nos últimos 30 anos, a população total da região cresceu a taxa de 0,75%, enquanto a taxa de crescimento do Estado foi de 2,70%. Neste mesmo período, a região teve um acréscimo de 5.368 habitantes, sendo que a população urbana aumentou em 10.456 pessoas e a população rural perdeu 4.747. Na última década, 1991/2000, a população do Estado cresceu à taxa de 2,58%, maior do que o crescimento do Brasil (de 1,6%), enquanto a população regional registrou uma taxa de crescimento de 0,40% (Tabelas 18 e 19).

A participação da população regional no total do Estado vem decrescendo continuamente. Representava 4,08%, em 1970, baixou para 3,2%, em 1980, 2,8%, em 1991 e 2,3%, em 2000.

Entre 1980 e 1993, houve uma redistribuição populacional interna na região, com a criação de cinco novos municípios, sem representar mobilidade espacial, o que refletiu nas altas taxas negativas de crescimento da população total e rural dos municípios que cederam território e população (Lizarda, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e Santa Tereza do Tocantins). Observa-se, entretanto, que os municípios recém criados também mantiveram a tendência de queda da população rural, com

exceção de São Félix do Tocantins, no período 1991/96, quando este município experimentou taxa de crescimento de 5,70%, passando a perder população rural entre 1996/2000, com taxa de -3,27%.

A mobilidade espacial mais significativa da população refere-se à sua progressiva urbanização: em 1970, a população urbana representava 10,56% do total, passando a 15,13%, em 1980, 29,92%, em 1991 e 47,65%, em 2000. Mesmo assim, trata-se de uma região essencialmente rural, não só pela participação ainda majoritária da população rural, mas também porque as cidades são pequenos povoados com características ainda de núcleos rurais. Apenas Ponte Alta do Tocantins ultrapassa os dois mil habitantes na zona urbana, com 3.276 habitantes.

A população urbana regional, no período de 1991/2000, cresceu num ritmo semelhante ao do Estado, com taxas de 5,73% e 4,97%, respectivamente. O mesmo ocorreu com o decréscimo da população rural, a taxas de -2,53% e -2,24% para a região e o Estado, respectivamente. Mesmo com pequena diferença, a população regional está urbanizando-se em ritmo mais rápido do que a do Estado (Tabelas 18 e 19).

Ponte Alta do Tocantins, o primeiro município dentre os oito da região em tamanho de população, tinha 7.325 habitantes em 1970, passando a 6.172, em 2000, com a perda de 1.153 habitantes em 30 anos. O núcleo urbano tinha 1.069 habitantes, passando para 3.276, com o incremento de 2.207 pessoas, enquanto a zona rural passou de 6.256 habitantes para 2.896, com uma perda de 3.360 pessoas. A taxa de crescimento da população total na última década, 1991/2000, foi de 0,07%, inferior à média regional, de 0,40%, e muito abaixo da média do Estado, de 2,58%. A população urbana cresceu a taxa de 5,89%. A perda de população rural deu-se em ritmo mais rápido do que na região e no Estado: -3,98%, -2,53% e -2,24%, respectivamente.

Ponte Alta do Tocantins reduziu sua participação no total da população regional de 34,4%, em 1970, para 23,14%, em 2000. Da mesma forma, a sua população urbana, que representava 44,53% do total da população urbana regional, passou para 25,8%, e a rural de 32,84% para 20,25%.

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 18 - Região de Novo Acordo - Taxas de crescimento populacional

Municípios	1970			1980			1991			1996			2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Lagoa do Tocantins	-	-	-	-	-	-	5,25	17,06	-1,75	-1,14	5,71	-9,02	2,5	11,87	-5,04
Lizarda	1,24	3,21	1,14	-7,23	6,46	-9,04	-7,57	8,59	-3,95	-1,87	-0,64	-2,60	-1,04	4,38	-3,35
Mateiros	0,12	0,04	0,14	2,05	5,07	1,16	1,63	5,20	0,16	2,52	7,34	-0,05	2,03	6,15	-0,6
Novo Acordo	0,93	6,24	-0,30	-7,93	-2,93	-10,38	3,75	12,08	-5,38	0,78	0,67	0,99	2,42	6,86	-0,5
Ponte Alta do Tocantins	0,85	3,94	0,22	-2,36	2,00	-3,81	1,42	8,84	-2,97	-1,58	2,32	-5,23	0,07	5,89	-3,98
Rio Sono	-	-	-	-	-	-	-1,33	3,55	-3,00	-1,73	-0,63	-0,29	-1,51	1,67	-1,80
Santa Tereza do Tocantins	-	-	-	-	-	-	4,44	7,63	0,52	-0,48	0,82	-2,54	2,20	4,54	-0,85
São Félix do Tocantins	-	-	-	-	-	-	6,83	10,31	5,70	2,38	14,22	-3,27	4,83	12,03	1,61
Total	1,03	4,73	0,50	0,79	7,23	-0,95	1,41	9,05	-2,50	-0,83	1,72	-2,57	0,40	5,73	-2,53

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991 e 2000 e Contagem Populacional de 1966

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 19 - Região de Novo Acordo – Distribuição da população por situação de domicílio

Municípios	1970			1980			1991			1996			2000		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural
Lagoa do Tocantins	-	-	-	-	-	-	2.027	594	1.433	2.618	1.306	1.312	2,530	1.631	899
Lizarda	8.400	360	8.040	9.503	494	9.009	4.163	984	3.179	4.085	1.486	2.599	3.787	1.448	2.339
Mateiros							1.374	374	1.000	1.490	640	1.008	1.646	640	1.006
Novo Acordo	5.571	820	4.751	6.114	1.502	4.612	2.464	1.083	1.381	2.963	1.916	1.047	3.057	1.968	1.089
Ponte Alta do Tocantins	7.325	1.069	6.256	7.972	1.574	6.398	6.132	1.957	4.175	6.579	2.989	3.590	6.172	3.276	2.896
Rio Sono	-	-	-	-	-	-	6.984	1.612	5.372	6.531	1.919	4.612	6.089	1.871	4.559
Santa Tereza do Tocantins	-	-	-	-	-	-	1.734	898	836	2.155	1.297	858	2.114	1.340	774
São Félix do Tocantins	-	-	-	-	-	-	830	191	639	1.155	312	843	1.269	531	738
Total	21.296	2.249	19047	23.589	3.570	20019	25708	7.693	18015	27576	11.865	15869	26.664	12.705	14300

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991e 2000 e Contagem Populacional de 1966

Em termos de distribuição da população por sexo, percebe-se que o município de Ponte Alta do Tocantins, assim como a região do Jalapão, acompanha o padrão tocantinense de maior peso relativo dos homens, ao contrário do perfil nacional, de predominância feminina. A razão de sexo no Município é de 1,19, no Estado, de 1,05 e no Brasil, de 0,97, ou seja 119, 105 e 97 homens para 100 mulheres, respectivamente. Na zona rural, a razão de sexo no Município é maior do que as médias regional, estadual e do Brasil, com 136 homens para 100 mulheres (Tabela 20).

Tabela 20 - Razão de sexo na população

Área geográfica	2000		
	Total	Urbana	Rural
Ponte Alta do Tocantins	1,19	1,05	1,36
Região	1,05	1,08	1,19
Estado	1,05	0,99	1,23
Brasil	0,97	0,94	1,10

Fonte: IBGE. - Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

A distribuição etária da população de Ponte Alta de Tocantins revela uma população bastante jovem, assim como no Estado, com uma participação relativa da faixa de 0 a 14 anos de 36,26% contra 40,13 na região e 35,20% no Estado. Em 1991 o Município contava com 44% de sua população na faixa de 0 a 14 anos, o que significa que nos anos 90 houve uma significativa redução dos padrões de fecundidade de suas mulheres, superiores à média do Estado e do Brasil (Tabela 21).

A população acima de 65 anos, que representava 4,06%, em 1991, passou a representar 5,53% do total, em 2000, enquanto o estrato de 0 a 4 anos passou de 14,86% para 10,74%, contra 13,33% na região e 11,60% no Estado (Tabelas 22 e 23).

Tabela 21 - População residente por grupos de idade

Grupos de Idade	Total	Urbana	Rural	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
0 a 4	715	352	363	10,74	12,53	10,74
5 a 9	777	395	382	12,06	13,19	12,06
10 a 14	797	441	356	13,46	12,29	13,46
15 anos	168	113	55	3,45	1,90	3,45
16 e 17	279	182	97	5,56	3,35	5,56
18 e 19	257	171	86	5,22	2,97	5,22
20 a 24	512	291	221	8,88	7,63	8,88
25 a 29	385	206	179	6,29	6,18	6,29

continua

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

continuação

Grupos de Idade	Total	Urbana	Rural	Total (%)	Urbana (%)	Rural (%)
30 a 34	431	219	212	6,68	7,32	6,68
35 a 39	323	170	153	5,19	5,28	5,19
40 a 44	316	158	158	4,82	5,46	4,82
45 a 49	247	124	123	3,79	4,25	3,79
50 a 54	212	97	115	2,96	3,97	2,96
55 a 59	213	96	117	2,93	4,04	2,93
60 a 64	193	80	113	2,44	3,90	2,44
65 a 69	132	60	72	1,83	2,49	1,83
70 a 74	90	51	39	1,56	1,35	1,56
75 a 79	60	34	26	1,04	0,90	1,04
80 e mais	65	36	29	1,10	1,00	1,10
TOTAL	6.172	3.276	2.896	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000

Em termos absolutos, o Município contava em 2000, com 715 crianças de 0 a 4 anos, 777 de 5 a 9 e com 346 pessoas acima de 65 anos.

Tabela 22 - Percentual de população por domicílio e por grupos de idade 1991, município, região e estado

Área Geográfica	População Total				População Urbana				População Rural			
	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais
Ponte Alta do Tocantins	14,86	29,13	51,95	4,06	12,74	30,11	52,78	4,37	15,08	28,69	52,32	3,91
Região do Jalapão	16,57	26,33	52,80	4,30	13,93	29,33	52,04	4,70	17,59	25,16	53,10	4,15
Tocantins	13,58	28,12	54,52	3,78	12,47	27,54	56,16	3,83	15,10	28,89	52,29	3,72

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991

Tabela 23 - Percentual de população por domicílio e por grupos de idade

Área geográfica	População Total				População Urbana				População Rural			
	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais	0 a 4	5 a 14	15 a 64	65 e mais
Ponte Alta do Tocantins	10,74	25,52	58,21	5,53	12,53	25,48	56,25	5,74	10,74	25,52	58,21	5,53
Região do Jalapão	13,33	26,80	54,41	5,46	12,15	26,90	55,32	5,63	14,27	26,72	53,70	5,31
Tocantins	11,60	23,60	60,26	4,53	11,18	25,70	61,15	4,40	12,82	23,26	57,67	4,90

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2000

A razão de dependência demográfica é de 74, ou seja, 74 pessoas dependentes (de 0 a 14 anos e acima de 65 anos) para cada 100 potencialmente produtivas (de 15 a 65 anos). Na população urbana, esta razão é de 72, e na rural, de 77. A razão de dependência média do Estado é de 66 para a população total, 64 na população urbana e 73 na rural. O que significa que apesar de estar diminuindo o peso relativo da população jovem no total da população do Município, que já é menor do que a média regional, ela ainda é bem superior às médias do Estado e do País (Tabela 24).

Tabela 24 - Razão de dependência demográfica

Área Geográficas	Total	Urbana	Rural
Ponte Alta do Tocantins	74	72	77
Região	83	80	86
Tocantins	66	64	73
Brasil	55	52	68

Fonte: DPI/SEPLAN

4.2. Cultura

A ponte de madeira sobre o rio Ponte Alta é expressiva na paisagem e na história do Município, um patrimônio histórico e arquitetônico.

A cidade conta com uma biblioteca municipal com acervo de 3.162 livros, administrada por uma Auxiliar de Biblioteca, e uma ambulante, da Expedição Vaga-lume, com 137 livros de literatura infantil. Apesar de aberta à população, os maiores freqüentadores da Biblioteca Municipal são os alunos da rede de ensino.

É desenvolvido o artesanato com o capim dourado, além de bordados em ponto cruz, crochê e flores de tecido. A população se ressentida da falta de espaço cultural, sala de cinema, museu municipal e de uma casa para os artesãos.

Existe uma Associação dos Artesãos em Ponte Alta do Tocantins. O SEBRAE tem realizado oficinas de capacitação dos profissionais que trabalham com o capim dourado. Atualmente a associação conta com 81 associados, a maioria mulheres.

Os produtos são vendidos para outras regiões do país. A última feira de que a Associação participou, no final de 2003, em Belo Horizonte, rendeu aos artesãos cerca de R\$10.000,00.

Há também o artesanato da palha do buriti, antigo e pouco valorizado, pois era considerado como produção de utensílios (tipitis) para escorrer e secar a massa da

mandioca e, em seguida, utilizá-la no preparo da farinha. Dessa palha são feitas, ainda, esteiras, cestos, chapéus, quibanes, peneiras e muitos outros utensílios.

Os doces de buriti e caju são tradicionais na cidade.

A principal festa municipal é a comemoração do aniversário do Município, em 14 de novembro, com vários eventos e atrações artísticas, como *shows*, rodeios, corridas de cavalos, vaquejada e festa do peão.

Além dos festejos tradicionais como o carnaval e festas juninas, diversas manifestações religiosas são realizadas, como a celebração católica do Padroeiro do Município, Bom Jesus de Ponte Alta. Trata-se de festa que coincide com o final da temporada de praia, a partir de 28 de julho, comemorada com realização de novenas, missas, alvoradas com fogos de artifício, comidas, música e reencontro dos filhos da terra, procissões, levantamento e derruba de mastros. Dia 3 de agosto é o dia do mastro de Bom Jesus; dia 4, do mastro do Divino Espírito Santo e dia 5, do mastro de Nossa Senhora do Socorro e missa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Este período culmina com a missa campal no dia 6 de agosto - missa do Padroeiro, Bom Jesus de Ponte Alta, e no dia 7, a missa do Divino Espírito Santo, a derrubada dos mastros e escolha dos capitães de mastros para o ano seguinte.

Acontece, nas proximidades da lagoa Azul, a celebração católica no Santuário Dom Alano, na fazenda da Lagoa, a 52 km da zona urbana.

São também tradicionais as celebrações de Terços:

06/01 – Santos Reis, com reza, comida e festa.

20/01 – São Sebastião, com reza, café com bolo, leilões e festa;

11/02 – São Lázaro, com reza e comida – dá-se de comer a 11 cachorros, depois as pessoas comem; aqueles que fizeram promessas, para pagar, comem junto com os cães, pelo menos um bocado do prato deles;

19/03 – São José, com reza e café com bolo;

13/06 – Santo Antônio, com reza e comes e bebes;

24/06 – São João, com comes e bebes;

29/06 – São Pedro, padroeiro da Vila;

28 a 31 de julho – Novenas.

São ainda celebradas as seguintes Folias:

Santos Reis – giro durante a noite. A folia passa cantando, as pessoas abrem suas portas, a folia canta e o dono da casa oferece uma esmola;

Divino Espírito Santo – vem de Almas, com um giro de quarenta dias, iniciado após o Domingo de Páscoa, feito por 12 pessoas representando os apóstolos de Cristo. Segue aproximadamente o mesmo ritual da festa dos Santos Reis.

Na fazenda Emenda, é celebrada com grande movimentação a Festa de São Sebastião.

A cidade de Ponte Alta do Tocantins é sede da paróquia. Seu padroeiro é o Senhor Bom Jesus de Ponte Alta, celebrado no dia 06 de agosto. O pároco, Padre Alano, é o primeiro e único padre na cidade.

A Secretaria Municipal de Educação, também encarregada das ações no campo da cultura, desporto e turismo, promove anualmente, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, uma Feira Cultural nas escolas e um Festival de Talentos, quando são realizados concursos de poesia, teatro, redação, música e dança. Também em parceria, celebram o Dia da Criança, Dia do Idoso, aniversário da cidade e Natal nas creches e em praça pública.

Anualmente é realizado um torneio esportivo entre as escolas, para intercâmbio entre a área rural e a urbana, com provas de atletismo, futebol de salão e de campo e voleibol.

Já é tradicional a Corrida de Rua de Ponte Alta do Tocantins, durante a temporada de praia, em julho, com percurso de 7 km, para a qual acorrem atletas de todo o estado do Tocantins.

Há, ainda, na cidade um curso de Caratê, funcionando nas instalações da edificação inicialmente destinada a uma feira coberta, que se transformou em centro comunitário, a cargo da Promoção Social.

4.3. Educação

A rede municipal de educação conta com 12 escolas, sendo 2 urbanas e 10 rurais, nas localidades de Extrema, Barreiros e Gato. Duas das escolas rurais que funcionam, respectivamente em um galpão com cobertura de palha e uma construção de adobe também coberta de palha, tendem a ser extintas pelo reduzido número de alunos.

No total, são 48 salas de aula, para o Ensino Fundamental, de 1ª à 8ª série. O Município oferece também a alfabetização na pré-escola e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, na área urbana.

São 48 professores, todos com o curso normal, de magistério a nível médio. Quinze deles estão cursando o normal superior e 1 tem 3º grau completo. Dez dos professores atuam na área rural, onde as turmas são multisseriadas.

As escolas urbanas funcionam em 3 turnos, com 2 Coordenadores, um deles cursando o nível superior e o outro já o tendo concluído.

Além dos professores, a Secretaria Municipal de Educação conta com uma Supervisora, um Coordenador da Merenda Escolar, um Coordenador da Administração do Ensino na zona rural, um Coordenador da Educação Infantil, um Assistente Administrativo, um Auxiliar, um responsável pelo Almoxarifado e uma Auxiliar de Biblioteca.

A Prefeitura dispõe de 2 ônibus e 2 vans para fazer o transporte escolar, insuficientes, segundo a Secretaria Municipal de Educação. Esses veículos já são velhos e exigem permanente manutenção. Na área rural são utilizadas, inadequadamente, mais 5 camionetes para o transporte de alunos. O transporte escolar consome a maior parte das verbas de custeio da Secretaria. Outras dificuldades, apontadas pela Secretaria, na rede municipal de ensino são a falta de mobiliário e equipamentos nas escolas rurais, a escassez de material didático para pesquisa por parte dos professores, a não existência de laboratórios de ciências e de informática. Na área urbana, há necessidade de se construir mais salas de aula, pois as existentes já se mostram insuficientes para atender toda a demanda.

A Administração Municipal participou do Programa de Capacitação Permanente do MEC até dezembro de 2003. Funciona no Município uma faculdade telepresencial do Programa de Educação Continuada -EDUCON. Para este semestre, há previsão de capacitação para os professores de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental. Aderiu, ainda, ao Programa Gestar, patrocinador do Fundo para a Bolsa-Escola, oferecendo como contra-partida uma Escolinha de Futebol, na qual os alunos aprendem e praticam futebol de salão, voleibol e noções de handebol, além do futebol de campo.

O Município participa, ainda, dos Programas da Merenda Escolar e do Livro Didático, já tendo recebido, em janeiro deste ano, quase todo o material didático necessário para o funcionamento das atividades curriculares de 2004.

O Programa dos Pioneiros Mirins e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI estão implantados no Município que cede um professor para orientar os alunos participantes. Também são cedidos 3 professores para a APAE local.

A Secretaria Municipal de Educação vem desenvolvendo um programa de caráter ambiental denominado Escola Florida, por meio do qual os alunos participam do

plantio de flores, árvores frutíferas e ornamentais e de madeira de lei nas proximidades das escolas e na orla do rio, para recuperação da mata ciliar. Além disto, promove, 4 vezes ao ano, reuniões com os pais dos alunos e as comunidades das escolas, em um programa denominado Construção da Cidadania.

As datas cívicas e as festas tradicionais como Dia das Mães, Festas Juninas, Dia do Folclore, Dia dos Pais, Dia das Crianças e Natal são comemorados nas escolas.

O Município conta com 3 escolas estaduais: a Alcides Rufo, de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, com 8 professores de nível médio cursando o normal superior; a Joana Medeiros, de 1ª à 8ª série do Ensino Fundamental e Ensino Médio, com 17 professores, sendo que 7 possuem o normal superior, 5 o estão cursando, 4 completaram o 3º grau e 1 cursa pedagogia; e a Odolfo Soares, com o ensino fundamental e médio, ministrados por 14 professores, todos com o 3º grau, mas sem licenciatura (Tabela 25). Uma das escolas recebeu um laboratório de ciências que deve ser instalado ainda neste ano e tem uma edificação concluída para a instalação de um laboratório de informática, aguardando os equipamentos.

Tabela 25 – Docentes da 1ª à 4ª série do ensino fundamental segundo o grau de escolaridade e vínculo empregatício – 2002 / 2003

Rede de ensino / escola		Docentes						
		Grau de escolaridade					Vínculo	
		Total	2º Grau Magistério	2º Grau completo	3º Grau completo sem Licenciatura	Especialização	Concursados	Contratados
Estadual	Joana Medeiros	17	0	02	15	0	14	03
	Odolfo Soares	14	0	0	14	0	11	03
	Alcides Rufo	09	01	0	08	0	09	00
Municipal	Escolas Urbanas	40	28		12	0	-	-
	Escolas Rurais	20	16	0	04	0	-	-
Total		100	45	02	53	0	34	06

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - 2004

Em termos gerais, da alfabetização à 8ª série e EJA, houve um aumento de matrículas entre 2000 e 2001, de 1.589 para 1.733, e um decréscimo para 2002 de 193 matrículas. Apenas as 7ª e 8ª séries e o EJA tiveram crescimento do número de

matrículas neste período. Da alfabetização até a 4ª série, houve uma redução de 139 matrículas.

Pelo Censo Demográfico de 2000, havia 777 crianças de 5 a 9 anos e 797 de 9 a 14 anos, num total de 1.574 crianças de 5 a 14 anos, enquanto dados escolares demonstram a realização de 1.589 matrículas entre a alfabetização e a 6ª série. Mesmo considerando possíveis erros de recenseamento, a diferença sugere um considerável índice de distorção idade série e/ou matrículas de alunos de outros municípios.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação, em 2003 foram realizadas 2.519 matrículas na rede de ensino do Município, sendo 237 na Pré-escola, 127 na Alfabetização na zona rural, 1.609 no Ensino Fundamental, 232 no Ensino Médio, 164 no Ensino de Jovens e Adultos e 150 no ABC da Cidadania.

Em termos de rendimento escolar, percebe-se que houve uma melhora sensível dos indicadores entre 2000 e 2001, quando o índice de aprovação passou de 64,26% para 74,03%, no total da alfabetização até a 6ª série. Os retidos diminuíram de 18,0% para 10,39% e a evasão caiu de 17,81% para 10,62%. No período seguinte, de 2001 a 2002, percebe-se um aumento do percentual de retidos de 10,39% para 21,10%, havendo queda apenas nas 6ª, 7ª e 8ª séries. O índice de evasão permanece no mesmo patamar de 10,91%, com redução na etapa de alfabetização até a 4ª série e aumentos expressivos da 5ª à 8ª série. Registram-se as taxas de 50,77% de aprovação na 8ª série, 15,38% de reprovação e 26,15% de evasão.

As Tabelas 26 a 33 informam a situação educacional no Município.

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 26 – Evolução da matrícula, repetência e evasão na Escola Estadual Joana Medeiros

Série	2000				2001				2002			
	Mat. Inicial	Mat. Final	Repetência	Evasão	Mat. Inicial	Mat. Final	Repetência	Evasão	Mat. Inicial	Mat. Final	Repetência	Evasão
1ª	34	32	11	03	59	48	13	10	49	46	14	06
2ª	59	48	11	08	41	35	08	05	52	45	06	03
3ª	53	42	07	08	46	52	05	04	31	29	02	01
4ª	66	63	05	05	62	59	02	08	72	65	09	05
5ª	141	104	02	32	135	123	02	12	97	87	05	09
6ª	107	88	01	09	109	103	03	06	117	109	02	06
Total	460	377	37	65	452	420	33	45	418	381	38	30
Ensino de Jovens e Adultos - EJA												
5ª					42	30				51	31	
6ª					41	32				36	28	
7ª										45	33	
8ª										30	26	
Total					83	62				162	118	

Fonte: Escola Estadual Joana Medeiros, 2003

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 27 – Evolução da matrícula, repetência evasão e defasagem idade / série na Escola Estadual Alcides Rufo

Série	2000					2001					2002				
	Mat. Inicial	Mat. Final	Repet.	Evasão	Idade Série *	Mat. Inicial	Mat. Final	Repet.	Evasão	Idade Série *	Mat. Inicial	Mat. Final	Repet.	Evasão	Idade Série *
1ª	68	53	21	11	22	81	69	27	12	29,6	69	62	29	05	31,8
2ª	60	42	16	13	45	71	60	12	08	46,4	58	50	06	08	39,6
3ª	32	27	03	03	65,6	35	30	07	05	60	58	53	08	01	50
4ª	40	27	04	10	50	54	35	01	12	53,7	32	26	01	02	56
Total	200	149	44	37	41,5 %	241	194	47	37	44,4 %	217	191	44	16	42,4

*Distorção Idade/Série, % das matrículas Iniciais.

Fonte: Escola Estadual Alcides Rufo, 2003

Tabela 28 – Evolução da matrícula, aprovação, repetência, evasão e transferência na Escola Municipal Sabino Medeiros

Série	2000						2001						2002					
	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Ret	Evas	Trans	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Ret	Evas	Trans	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Ret	Evas	Trans
1ª	106	87	65	22	14	5	93	81	52	29	11	01	66	56	35	21	04	06
2ª	94	67	52	15	22	5	81	70	56	14	09	02	68	64	44	20	01	03
3ª	71	48	47	47	16	7	59	55	52	03	03	01	68	63	57	06	02	03
4ª	57	50	48	48	6	1	45	41	39	02	03	01	52	47	47	-	01	04
5ª							39	37	36	01	02	-	66	51	42	09	13	02
6ª							58	50	45	05	06	02	38	25	20	05	13	-
7ª							39	34	30	04	05	-	52	40	38	02	11	01
8ª							11	09	07	02	02	-	65	43	33	10	17	05
EJA							33	19	13	06	14	-						
Total	328	252	212	132	58	18	458	396	330	66	55	7	475	389	316	73	62	24

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2003

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 29 – Evolução da matrícula, aprovação, repetência, evasão e transferência nas Escolas Rurais Municipais

Séries	2000						2001						2002					
	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Ret	Evas	Trans	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Ret	Evas	Trans	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Ret	Evas	Trans
Alfab.	111	63	57	06	43	05	99	68	55	13	17	14	56	44	35	09	09	03
1ª	128	89	62	27	28	11	98	74	65	09	16	08	109	81	61	20	19	09
2ª	143	117	95	22	17	09	95	80	73	08	09	05	66	57	52	05	06	03
3ª	101	83	73	10	11	07	94	85	81	04	06	03	76	62	56	06	11	03
4ª	69	50	48	02	12	07	77	66	63	03	07	04	69	60	57	03	02	07
5ª	40	28	22	06	11	01	36	23	20	03	06	07	45	34	34	-	11	-
6ª	09	07	07	-	01	01	-	-	-	-	-	-	09	07	07	-	02	-
Total	601	437	364	73	123	41	499	396	357	40	61	41	430	345	302	43	60	25

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2003

Tabela 30 – Evolução da matrícula, aprovação, repetência e evasão e transferência consolidado de todas as escolas

Séries	2000					2001					2002				
	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Repet	Evas	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Repet	Evas	Mat. Inicial	Mat. Final	Aprov	Repet.	Evas
Alfab.	111	63	57	06	43	99	68	55	13	17	56	44	35	09	09
1ª	336	261	180	81	56	331	272	194	78	49	293	245	161	84	34
2ª	356	274	210	64	60	288	245	204	42	31	244	216	179	37	18
3ª	257	200	179	67	38	234	222	203	19	18	233	207	185	22	15
4ª	232	190	177	59	33	238	201	193	08	30	225	198	184	22	10
5ª	181	132	124	08	43	210	183	177	06	20	208	172	158	14	33
6ª	116	95	94	01	10	167	153	145	08	12	164	141	134	07	21
7ª						39	34	30	04	05	52	40	38	02	11
8ª						11	09	07	02	02	65	43	33	10	17
EJA						116	81	75	-	-	-	162	-	118	-
Total	1.589	1.215	1.021	286	283	1.733	1.468	1.283	180	184	1.540	1.468	1.107	325	168

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins
Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Tabela 31 - Percentual de aprovação, repetência e evasão

Séries	2000			2001			2002		
	Aprovação	Repetência	Evasão	Aprovação	Repetência	Evasão	Aprovação	Repetência	Evasão
Alfab.	51,35	5,41	38,74	55,55	13,13	17,17	62,5	16,07	16,07
1 ^a	53,57	24,11	16,74	58,61	23,13	14,80	54,95	28,67	11,60
2 ^a	58,99	17,98	16,67	70,83	14,58	10,76	73,36	15,16	7,38
3 ^a	69,65	26,07	16,85	86,75	8,12	7,69	79,40	9,44	6,44
4 ^a	76,29	25,43	14,79	81,09	3,36	12,61	81,78	9,78	4,44
5 ^a	68,51	4,42	14,22	84,29	2,86	9,52	75,96	6,73	15,87
6 ^a	81,03	0,86	23,76	86,83	4,79	7,19	81,71	4,27	12,80
7 ^a				76,92	10,26	12,82	73,08	3,85	21,25
8 ^a				63,64	18,18	18,18	50,77	15,38	26,15
EJA				64,66					
Total	64,25	18,00	17,81	74,03	10,39	10,62	71,88	21,10	10,91

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 32 – Alunos nas creches segundo a faixa etária - 2002 e 2003

Faixa etária	2002	2003
0 a 3 anos	35	73
4 anos	8	24
5 anos	13	18
6 anos	8	11
Total	64	126

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 33 – Matrículas iniciais e professores nas escolas municipais- 2004

Tipo de escola	Matrícula inicial	Professores
Urbanas	434	21
Rurais	290	20
Creches	120	06
APAE	139*	03
PETI		01
Total	844	51

* Apesar deste número de matrícula, a APAE funciona apenas com 22 alunos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Em termos de alfabetização, segundo o Censo Demográfico de 2000, 74,33 % da população acima de 5 anos era alfabetizada, com uma taxa de analfabetismo de 25,67%, inferior à média da região, de 29,10%, e superior a do Estado, de 22,43%.

Considerando a população acima de 7 anos, correspondente ao início da idade escolar, 73,52% do seu total era alfabetizada, com uma taxa de analfabetismo de 26,48%. Em termos absolutos, havia, em 2000, 1.357 pessoas acima de 7 anos analfabetas (Tabela 34).

Levando em conta a faixa etária adotada pelo IBGE para medir o analfabetismo, o Município contava com 79,8% de sua população acima de 10 anos de idade alfabetizada. A taxa de analfabetismo era de 20,2%, contra 17,2% registrada para o Estado. Em termos absolutos, havia no Município, em 2000, 943 pessoas acima de 10 anos analfabetas.

Tabela 34- População residente maior de 5 anos alfabetizada

Grupos de idade	Total	Alfab.	% / Total	Urbana			Rural		
				Total	Alfab.	%	Total	Alfab.	%
5 anos	155	12	7,74	73	4	5,48	82	8	9,75
6 anos	151	32	21,19	79	17	21,52	72	15	20,83
7 a 9	471	275	58,39	243	154	63,37	228	121	53,07
10 a 14	797	713	89,46	441	409	92,74	356	304	85,39
15 anos	168	161	95,83	113	110	97,35	55	51	92,73
16 e 17	279	256	91,76	182	175	96,15	97	81	83,51

Continua

continuação

Grupos de idade	Total	Alfab.	% / Total	Urbana			Rural		
18 e 19	257	240	93,39	171	165	96,49	86	75	87,21
20 a 24	512	456	89,06	291	274	94,16	221	182	82,35
25 a 29	385	328	85,19	206	188	91,26	179	140	78,21
30 a 34	431	349	80,97	219	183	83,56	212	166	78,30
35 a 39	323	255	78,95	170	140	82,35	153	115	75,16
40 a 49	563	429	76,20	282	226	80,14	281	198	70,46
50 a 59	425	285	67,06	193	136	70,47	232	149	64,22
60 e mais	540	265	49,07	261	125	47,89	279	140	50,18
TOTAL	5.457	4.056	74,33	2.924	2.306	78,86	2.533	1.745	68,89
Região	23.274	16.501	70,90	11.196	7.739	69,12	12.078	7.792	64,51
Estado	1.022853	793.467	77,57	763816	622944	81,55	259037	170523	65,83

Fonte: IBGE - Censo 2000

Nota-se que em nenhuma das faixas etárias consideradas há 100% de alfabetização. A faixa etária com menor taxa de analfabetismo é a de 15 anos na área urbana, com 2,65%. A maior taxa de analfabetismo encontra-se no grupo etário de 60 anos e mais e na zona urbana (52,11%).

Em relação às pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, chefes de domicílios, por grupos de anos de estudo, observa-se que 29,44% não tinham qualquer instrução ou tinham menos de um ano, contra 30,98% na região e 24,25% no Estado. Entre os chefes de domicílios do Município, 30,48% possuíam de 1 a 3 anos de estudo. Observa-se que a situação do Município, em termos de anos de estudo dos chefes de domicílios, é menos precária do que a média da região e pior que a do Estado, ao se considerar que 59,92% não possuíam instrução alguma ou tinham apenas de 1 a 3 anos de estudo, contra 64,39% na região e 48,62% no Estado (Tabela 35).

Tabela 35 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo

Grupos de anos de estudo							
Chefes de Domicílio	Sem inst. ou menos de 1	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 e mais	Indeterminado
Ponte Alta do Tocantins							
1.430	421	436	383	88	90	9	3
%	29,44	30,48	26,78	6,15	6,29	0,63	0,21
Região							
5.858	1.815	1.957	1.284	404	363	29	6
%	30,98	33,41	21,92	6,90	6,19	0,49	0,10
Tocantins							
280.281	67.979	68.318	73.431	27.997	33.753	8.486	317
%	24,25	24,37	26,20	9,99	12,04	3,03	0,11

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

4.4. Esporte e Lazer

O principal ponto de lazer da Cidade é o rio Ponte Alta, utilizado para banho e pesca, com um ponto de concentração na praia do Tamburi, onde foram construídas quadras de areia e bares, com funcionamento mais intenso no mês de julho, mas que podem ser usadas em todo o período de seca.

A Cidade conta com apenas uma praça gramada e arborizada, a da Igreja Matriz.

Em relação aos equipamentos para esportes, a Cidade conta com 2 quadras poliesportivas descobertas e um campo de futebol de terra, com vestiário em estado precário.

São realizados 2 campeonatos de futebol de campo por ano, com a participação de 360 atletas; 4 torneios da escolinha esportiva de futebol de salão, masculino e feminino; um torneio anual anti-drogas de futebol de salão e voleibol, com a participação de 280 atletas. O colégio estadual Odolfo Soares patrocina a realização de 2 torneios anuais interativos com 14 equipes por modalidade e 2 torneios semestrais inter classes com 12 equipes por modalidade.

4.5. Justiça e Segurança Pública

Ponte Alta do Tocantins é sede de comarca de 1ª Entrância, assistida por 1 juiz substituto e 1 promotor de justiça substituto, de Ponto Nacional, visitando Ponte Alta do Tocantins 2 vezes ao mês. Dispõe de 1 defensor público, 1 escrivã cível, 1 escrivão criminal, 1 contador distribuidor, 2s oficiais de justiça, 2 escreventes, 2 assistentes de serviços gerais e 1 porteiro.

A jurisdição da comarca cobre os municípios de Pindorama e Mateiros. Possui 3 cartórios de registro de imóveis e 3 cartórios de registro civil distribuídos nos municípios de Ponte Alta do Tocantins, Mateiros e Pindorama.

O Município conta com uma Delegacia de Polícia Civil e uma cadeia pública, cujos prédios encontram-se deteriorados. Tem 1 delegado de polícia de carreira, 1 escrivão *ad hoc* e 1 viatura. A corporação militar é composta por 1 sargento, 6 soldados e 1 viatura.

São registradas, em média, cerca de 2 ocorrências mensais, sendo que as principais referem-se a brigas, lesões corporais, ameaças e atentados de homicídio.

4.6. Promoção Social

Funcionam no Município os principais Programas dos governos Federal ou Estadual, a saber:

1. Pioneiros Mirins, atendendo a 330 crianças de 7 a 14 anos, com bolsa de R\$ 45,00, precariamente instalado no Centro Comunitário;
2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, para 50 crianças entre 7 e 14 anos, com bolsa de R\$ 25,00;
3. Bolsa Cidadã, para 79 jovens e 34 adultos. O valor da bolsa é de R\$ 72,00;
4. Comunidade Solidária
5. Melhoria Sanitária FUNASA e Prefeitura Municipal – 231 unidades sanitárias;
6. Bolsa Escola, do Governo Federal, com atendimento a 793 crianças e bolsa de R\$ 15,00.
7. APAE – teve 139 matrículas iniciais, mas atualmente funciona com 20 alunos;
8. Atenção à Criança, através do PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde, do Governo Federal;
9. Cestas Básicas de alimentos, por ocasião do Natal, em convênio com a SETAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social;
10. Força Jovem, com atendimento a 72 jovens de 15 a 18 anos e 32 agentes de apoio, adultos com mais de 30 anos. Este programa tem sofrido atraso de até 9 meses no pagamento do benefício.

Os serviços prestados pela Prefeitura são os seguintes:

- Ajuda de custo para medicamentos;
- Passagens para tratamento de saúde em outros centros;
- Ajuda de custo para material de construção;
- Ajuda de custo para consultas especializadas em outros centros;
- Cadeiras de rodas;
- Auxílio Funerário
- Duas creches municipais, para 120 crianças.

Os programas sociais atraem para a sede urbana as populações da área rural, onde eles não existem. A falta de qualificação dessas pessoas e as poucas oportunidades de trabalho na área urbana dificultam a sua inserção no mercado de trabalho e acabam agravando o desemprego

O Município promove lavouras comunitárias para as populações de baixa renda. O Governo Estadual fornece os insumos e sementes, a Prefeitura disponibiliza a terra e a população, organizada em grupo de 50 famílias, oferece o trabalho. Do total colhido, 30% são retidos pelo governo para repor insumos e sementes e 70% são distribuídos entre as famílias dos trabalhadores.

A Prefeitura Municipal apóia a Associação dos Idosos existente na cidade.

Os principais problemas sociais apontados pela Secretaria de Assistência e Promoção Social são as drogas entre os jovens e a gravidez na adolescência. A Polícia não atua preventivamente no combate às drogas e à delinquência juvenil. Apenas atende a denúncias.

Quanto à estrutura municipal para o desempenho das suas atribuições, é flagrante a falta de infra-estrutura da Secretaria que não conta, sequer, com orçamento próprio. Os recursos para as ações que promove são originários do Gabinete do Prefeito.

4.7. Saúde

A rede de saúde pública do Município, instalada na sede municipal, conta com uma Unidade de Pronto Atendimento pleiteando transformar-se em Unidade Mista de Saúde de Média Complexidade, que oferece serviços de radiologia, laboratório de análises clínicas e internação, com 14 leitos, e um centro cirúrgico para intervenções simples. São realizadas em Ponte Alta do Tocantins pequenas cirurgias, suturas e partos normais. Nos demais casos, é feito o primeiro atendimento e o paciente é encaminhado a Porto Nacional ou Palmas, dependendo da complexidade do caso.

O aparelho de Raio X disponível na Unidade de Saúde é portátil e possibilita apenas radiografias de pulmão ou de verificação de fraturas.

Ultra-sonografias são realizadas em Porto Nacional e exames de maior complexidade como verificação de HIV, toxoplasmose, rubéola, entre outros, são realizados em Palmas.

A dificuldade para reclassificar essa unidade como hospital reside nas instalações inadequadas para esse tipo de unidade de saúde. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde, seriam necessários cerca de R\$ 100.000,00 para fazer as modificações na edificação exigidas para um hospital.

Há na cidade, também, uma Unidade de Saúde da Família, com consultório médico. Dois postos de saúde da zona rural foram desativados.

As unidades de saúde contam com 2 médicos plantonistas, ambos clínicos e cirurgiões gerais, 1 enfermeira, 1 odontólogo, 1 bioquímico e 8 técnicos de enfermagem. Há, ainda, 15 agentes de saúde, 10 deles atuando na área urbana e 5, na rural. Para o combate a endemias, a Secretaria de Saúde conta com 6 agentes, distribuídos paritariamente entre a área urbana e rural.

O saneamento básico do Município também está a cargo da Secretaria Municipal de Saúde que conta com 1 agente de saneamento básico. São desenvolvidos programas de Educação em Saúde nas escolas urbanas e rurais.

Os médicos não residem em Ponte Alta. Um deles permanece na Cidade de 2ª a 4ª feira e o outro, na 5ª e 6ª feira. A partir deste ano, deverá ficar também aos sábados.

Entende a Secretaria Municipal de Saúde que é necessário solucionar a questão da Unidade de Saúde para que se possam realizar cirurgias no Município e que os médicos deveriam residir na Cidade.

O Município tem implantados e em funcionamento todos os programas do SUS correspondentes à classificação de suas Unidades de Saúde e realiza sistematicamente as campanhas de vacinação. O Conselho Municipal de Saúde está implantado e em funcionamento.

Em média são realizadas 2.000 consultas médicas mensais, 1.500 exames laboratoriais e 300 consultas odontológicas. O atendimento não se limita à população do Município. Moradores dos municípios vizinhos demandam os serviços oferecidos em Ponte Alta do Tocantins. Entretanto, não há qualquer tipo de compensação dos recursos do SUS – Sistema Unificado de Saúde entre os municípios atendidos e Ponte Alta do Tocantins.

A Secretaria Municipal de Saúde registrou em 2003, 19 casos de gravidez de pessoas com menos de 20 anos, de um total de 79 grávidas. A mortalidade infantil foi de 6 crianças. Foram registrados os seguintes casos de doenças:

Hipertensão arterial	233
Tracoma	96
Leishmaniose Tegumentar	47
Diabetes	38

Insuficiência respiratória	14
Atendimento anti-rábico	14
Hepatite viral	12
Tricomoníase	06
Síndrome de corrimento uretral	05
Varicela	05
Sífilis adulta	04
Acidente animais peçonhentos	04
Hanseníase	04
Síndrome de corrimento cervical	03
Cancro mole	01
Tuberculose	01

Quanto ao atendimento na unidade de saúde existente, os dados são apresentados na Tabela 36

Tabela 36 – Ações de saúde - 2003

Ação	Total	Feminina	Masculina	Média mensal
Consultas	13.225	8.214	5.011	1.102
Internações	890	592	298	74
Exames laboratoriais	10.502			875
Atendimento odontológico	2.587	1.399	1.188	215
Pequenas cirurgias	320			26
Consultas de pacientes de outros municípios	1.560			
Encaminhamento p/ Ponto Nacional	156			
Laqueaduras em Porto Nacional com encaminhamento pela Séc. Municipal de Saúde	36			

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde

A Prefeitura Municipal mantém o estoque de medicamentos essenciais ao atendimento da população carente, com recursos do Ministério da Saúde e próprios. O Município dispõe de 2 ambulâncias, adquiridas com recursos estaduais, 1 FIAT Uno, do PSF – Programa de Saúde da Família, e 1 camionete Toyota, adquirida com recursos da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, para o programa de combate a endemias.

De 2001 a julho de 2003 foram notificados 660 casos de doenças, sendo as principais a hanseníase, pneumonia, diabetes, enfisema pulmonar, leishmaniose, diarreias e DST.

Até outubro de 2003, havia 117 gestantes atendidas pela Unidade de Saúde da Família, sendo que uma delas situava-se na faixa de 10 a 14 anos e 32, de 14 a 19 anos.

5.Aspectos Político-institucionais

5.1.Estrutura da Gestão Municipal

A Estrutura Administrativa do Município, aprovada pela Lei nº 074/98, alterando a Lei nº 062/97, organiza a Administração em órgãos de assistência e assessoramento do Prefeito, órgãos auxiliares da administração e aqueles que promovem o desenvolvimento sócio-econômico e de recursos.

Como filosofia básica da estrutura administrativa, é estabelecido pela legislação municipal que

1. a sistemática adotada para a estruturação dos serviços públicos municipais se fundamenta basicamente na necessidade de se tornarem favoráveis à execução do plano de desenvolvimento integrado;
2. a política administrativa para o desenvolvimento uniforme de todos os setores do serviço público municipal tem em vista a sistemática do planejamento e obedecerá aos seguintes princípios, entre outros:
 - a) institucionalização do planejamento como instrumento de ação propulsora do desenvolvimento racional dos serviços e atividades afetos ao Município;
 - b) implantação definitiva do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimentos, articulados com o plano de desenvolvimento local integrado.

Os órgãos de assistência e assessoramento do Prefeito correspondem ao Gabinete do Prefeito, Assessoria de Relações Públicas, Assessoria Especial de Desenvolvimento Sócio-Econômico, Assessor Público I, II e III, Secretária Executiva e Motorista de Representação.

Os órgãos auxiliares da administração são compostos pelas seguintes Secretarias:

- Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que executa as funções da Prefeitura relativas à administração de pessoal, de material, incluindo aquisição, guarda e distribuição ao expediente, protocolo, arquivo e zeladoria;

- Secretaria Municipal de Obras e Transportes, à qual compete executar e acompanhar todas as obras e serviços realizados pelo Município, bem como elaborar e administrar o plano rodoviário, projetar, orçar, executar e conservar as estradas de rodagem municipais.

Os órgãos que promovem o desenvolvimento sócio-econômico e de recursos são:

- Secretaria Municipal de Educação, composta de duas Coordenadorias: uma, de administração, projetos, ensino e apoio pedagógico e outra, de cultura, desportos, turismo e lazer;
- Secretaria Municipal de Saúde, com uma coordenadoria de epidemiologia, zoonoses e vigilância sanitária;
- Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, composta do Gabinete do Secretário, como as demais, e de um Núcleo de apoio à assistência e promoção social.

Há uma Coletoria Municipal para recolhimentos de impostos e taxas.

A Prefeitura Municipal conta com 208 funcionários, sendo 168 concursados, 9 comissionados, 5 estatutários (contratados antes da promulgação da Constituição Federal de 1988) e 25 com contrato temporário. Há uma professora contratada por força de Termo Judicial.

A grande maioria dos salários situa-se no intervalo entre um e dois salários mínimos. Os cargos comissionados de Secretário têm remuneração de R\$ 1.000,00, à exceção do da Secretaria de Assistência e Promoção Social, de R\$ 1.600,00. Os maiores salários são pagos para o bioquímico e os médicos, variando de pouco mais de dois mil reais a quase seis mil reais.

Segundo a Secretaria de Administração e Finanças, há falta de pessoal capacitado para ocupar algumas funções. Foi feito recentemente um concurso público, sem que se conseguissem preencher todas as vagas por inexistência de capacitação adequada dos participantes. A Prefeitura Municipal busca desenvolver um programa de atualização e reciclagem periódica de seus funcionários.

Funcionam no Município os seguintes Conselhos:

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal da Merenda Escolar

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal Anti-Drogas

Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

Conselho Municipal de Turismo

Em 25 de novembro de 2003, foi criado um Consórcio Intermunicipal entre Ponte Alta do Tocantins e Mateiros para atendimento na área de saúde. Entretanto, tal consórcio ainda não está implementado.

5.2. Legislação Municipal

Por serem obrigatórios, conta o Município com A Lei Orgânica, o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual.

A Lei Orgânica do Município de Ponte Alta do Tocantins foi promulgada em 05 de abril de 1990, tendo sido emendada em seu Art. 2º, em 1994. Este artigo estabelece que o Município, nos termos da legislação estadual, fica dividido em 07 (sete) Distritos a saber: Água Suja, Extrema, Gato, Palmeiras, Paraná, Mumbuca e Sumidor. Estes dois últimos hoje pertencem ao município de Mateiros, tendo sido criado, pela lei anteriormente citada, o Distrito de Barreiro. Apesar de criados pela Lei Orgânica, estes povoados existem, mas não estão instalados como Distrito, existindo ainda o povoado de Emenda.

Merecem destaque alguns pontos relativos à formulação de uma política de desenvolvimento e expansão urbana.

No Capítulo II da Lei Orgânica, é estabelecido que o Município elaborará seu Plano Integrado de Desenvolvimento Local considerados, em conjunto, os aspectos físico, econômico, social e administrativo, nos seguintes termos: (i) no tocante ao aspecto físico territorial, o plano deverá conter disposições sobre o sistema viário urbano, rural, zoneamento urbano, loteamento urbano, edificações e serviços públicos locais; (ii) no que se refere ao aspecto econômico, o plano deverá inscrever disposições sobre o desenvolvimento econômico e a integração da economia municipal e regional; (iii) no referente ao aspecto social da comunidade, a criação de condições ao bem estar da população; (iv) no que se refere ao aspecto administrativo, deverá o plano consignar normas de organização que possibilitem a permanente planificação da atividade pública municipal e sua integração nos planos estaduais e nacional.

Estabelece ainda a Lei Orgânica do Município que a zona urbana, determinada por lei municipal, compreende as áreas de edificação contínua de povoação e as partes adjacentes que possuam, pelo menos dois dos seguintes melhoramentos: meio fio ou calçamento com canalização de água, abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para

distribuição domiciliar, e escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) km do imóvel considerado.

Um outro ponto que merece destaque é o Art. 11, pelo qual é estabelecido que a soberania popular é assegurada pela participação e cooperação de entidades populares, no planejamento do desenvolvimento integrado do Município quando assim o desejarem, com ou sem ônus, conforme disposições legais ordinárias.

Quanto ao meio ambiente, a Lei Orgânica, nos Art. 15 e 16, determina que cabe ao Município assegurar a manutenção e conservação de cachoeiras e quedas d'água, vegetação nas margens dos veios d'água, córregos, lagos, rios e outros mananciais.

O Município não tem Lei do Perímetro Urbano, nem Código de Edificações, Código de Posturas e normas de uso e ocupação do solo urbano. No que se refere ao parcelamento urbano, também não existem normas que regulem a elaboração ou aprovação de loteamentos, mas há duas leis para a aprovação de loteamentos específicos:

- Lei n.º 035/94, que dispôs sobre a aprovação de loteamentos urbanos e chácaras e aprovou os loteamentos urbanos Setor Aeroporto II, Setor Bela Vista, Jardim Brasília II, e Jardim Brasília III e as chácaras Gleba 6 como subdivisão do lote 05 e a Gleba 2 como divisão do lote 01.
- Lei n.º 037/94, que dispôs sobre a aprovação do loteamento urbano e chácaras no Distrito de Palmeiras, correspondendo a 88 lotes e 04 chácaras.

5.3. Finanças Municipais

As receitas municipais são altamente dependentes das transferências constitucionais. O recolhimento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano - começou a ser sistematizado em 2002, com a emissão de carnês de pagamento. Entretanto, o Serviço da Dívida Ativa somente agora se encontra em implantação. A não existência desse serviço torna inócua a emissão dos carnês, uma vez que fica inviável a cobrança da inadimplência.

As alíquotas adotadas para a cobrança do IPTU são de 0,5% para as edificações e de 5% para os terrenos vazios, classificados a partir de uma planta de valores disponível na Administração Municipal. As licenças de construção e os registros de ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis são utilizados para a atualização cadastral desta planta.

As despesas com pessoal do Executivo Municipal correspondem a 49% das despesas gerais, enquanto as do Legislativo equivalem a 4,9%, perfazendo um total aproximado de 54% das despesas gerais, dentro dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Plano Plurianual no período 2002 a 2005 apresenta o seguinte demonstrativo das disponibilidades financeiras (Tabela 37):

Tabela 37 – Receita total do município

Receitas	2002	2003	2004	2005
Total (R\$)	3.850.000,00	4.500.000,00	5.000.000,00	5.500.000,00

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

As tabelas 38 e 39, a seguir, apresentam uma visão da receita arrecadada e da despesa realizada nos anos de 2000 a 2002, bem como as receitas e despesas orçadas e estimadas respectivamente em 2003 e 2004, podendo se verificar que *grossa modo* os valores estimados no período 2002 a 2003 correspondem àqueles arrecadados e orçados.

Tabela 38 – Receitas arrecadadas, orçadas e estimadas

Receitas	Arrecadada			Orçada	Estimada
Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Valor (R\$)	2.258.792,10	3.319.878,51	4.036.822,08	4.520.275,00	5.874.525,24

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Tabela 39 – Despesas realizadas e estimadas

Despesas	Arrecadada			Orçada	Estimada
Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Valor (R\$)	2.478.987,10	2.858.334,41	4.413.015,04	4.520.275,00	5.875.525,24

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

A título de ilustração quanto às despesas municipais para o exercício de 2004, do valor estimado, 5,4% são destinados ao Poder Legislativo, 25% para a Secretaria de Educação e Cultura, 22,8% para a Secretaria de Obras e Transportes, 16,3% para a Secretaria de Saúde e Saneamento e 9% para a Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Ação Social.

Cabe ainda destacar que do total estimado para 2004, 70% correspondem a transferências correntes.

5.4. Participação Social

O nível de mobilização e participação popular no planejamento e gestão municipal é mínimo, mesmo depois da experiência das oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT e de algumas outras iniciativas eventuais.

Atualmente o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE está desenvolvendo um processo participativo para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável, com o envolvimento de representantes de diversos segmentos da sociedade. O resultado esperado é uma Agenda de Projetos que possam viabilizar oportunidades de pequenos negócios, com geração e distribuição de renda.

Para o desenvolvimento desse trabalho estão sendo feitas reuniões nos diferentes distritos e localidades do Município. Foi, ainda, constituído um Fórum do qual fazem parte representantes de todos os distritos e da sede municipal, envolvendo representantes do Comércio, das Escolas, da Saúde, do Programa Fome Zero, dos Programas Sociais locais, da Educação, do Grupo de Jovens, da ADAPEC – Agência de Desenvolvimento Agropecuário, do RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins e das diferentes associações existentes no Município.

Como resultado dos trabalhos desenvolvidos, já há um projeto de construção de um CAT – Centro de Apoio ao Turista, com recursos a fundo perdido obtido por intermédio de uma representação diplomática.

Forçosamente, os trabalhos desenvolvidos por este grupo terão que ser compatibilizados com as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

6. Dinâmica Econômica

6.1. Pecuária

O município de Ponte Alta do Tocantins é tradicionalmente produtor de gado de cria, detendo um rebanho de 53.734 cabeças, de qualidade média, com baixo uso de tecnologia (Tabela 40). Somente um produtor utiliza inseminação artificial. Apenas 10% da pastagem plantada do Município é mecanizada. Os bezerros são

vendidos para fora do Município, em Porto Nacional e, principalmente, Paraíso do Tocantins, com destino aos estados do sudeste. Os outros rebanhos são pouco expressivos, praticamente para subsistência (Tabela 41).

A apicultura está sendo introduzida, com boas perspectivas.

Tabela 40 - Propriedades rurais com rebanho bovino 2003

Propriedades segundo o nº de cabeças	Propriedades (nº)	Total do Rebanho (nº)
Com até 100 Cabeças	455	19.926
Com 101 a 500	141	27.080
Com 501 e Mais	07	6.728
Sem Rebanho	134	-
Total	737	53.734

Fonte: ADAPEC/Escritório Regional

Tabela 41 – Propriedades e rebanhos existentes

Rebanhos	Propriedades (nº)	Cabeças (nº)
Caprinos	15	143
Ovinos	21	359
Equinos	255	2.080
Aves	720	14.377

Fonte: ADAPEC/Escritório Regional

6.2. Agricultura

A agricultura praticada no Município ainda é muito tradicional, com baixo uso de tecnologia e insumos, o que resulta uma produtividade abaixo das médias brasileiras. A produção de arroz de sequeiro aumentou a área plantada de 600 ha, em 1999, para 1600 ha, em 2001. É tradicional, em área de pecuária, o plantio do arroz no primeiro ano para, em seguida, se semear o capim. Talvez parte da ampliação da área plantada tenha sido em razão dessa prática.

O feijão aumentou a área plantada de 60 ha para 100 ha, no mesmo período, ainda assim pouco significativa comparada com outras regiões do País.

A Tabela 42 traz o resultado das últimas safras do Município, com destaque para o arroz e o milho.

Tabela 42 - Produção agrícola, safras 1999, 2000 e 2001

Cultura	Área Colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Arroz	600	900	1.600	600	1.350	2.880	1.200	1.500	1.800
Feijão	60	-	100	20	-	100	333	-	1.000
Milho	500	500	500	750	750	750	1.500	1.500	1.500
Banana*	112	110	-	90	88	-	804	800	-
Cana de açúcar	16	14	14	480	420	420	30.000	30.000	30.000
Mandioca	120	120	27	2.040	2.040	459	17.000	17.000	17.000

*A produção é dada em mil cachos e o rendimento em cachos por ha.

Fonte: IBGE/DIPEQ/TO

Começa a ser experimentado no Município o plantio da soja. Também a apicultura, está se estruturando, com recursos do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar para um projeto envolvendo 60 famílias de Ponte Alta do Tocantins e 60 de Mateiros. Para a implementação deste projeto já foi criada a Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins.

Em cada um dos distritos existe uma Associação dos Produtores Rurais, além do Sindicato dos Produtores Rurais do Município, o que evidencia uma tendência para o associativismo bastante clara.

6.3. Indústria, Comércio e Serviços

Assim como a grande maioria das cidades do Estado, Ponte Alta do Tocantins possui uma economia urbana voltada para a prestação de serviços básicos ao setor rural e para a subsistência de seus habitantes. O comércio é predominantemente de abastecimento, a indústria é de beneficiamento de produtos locais, como máquina de limpar arroz, sorveterias e padarias etc.. Devido ao turismo voltado para o Jalapão, a Cidade começa a receber investimentos em serviços de hospedagem e alimentação.

Existe um matadouro municipal que conta com 2 funcionários para abate dos animais. Os açougues pagam a “sangria” das reses abatidas.

É muito comum a utilização de mão-de-obra familiar. Percebe-se a pouca importância dos setores privados da economia na formação da massa salarial local. A administração pública municipal e estadual é que dinamizam a economia local. Em geral, os fazendeiros maiores são moradores de outras regiões, o que explica o pouco investimento feito no nível local com capital gerado na pecuária, a atividade econômica mais importante do Município.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, 38,63% dos chefes de domicílio ganhavam até 1 salário mínimo, enquanto 23% não tinham rendimento de qualquer espécie, ou ainda, 81,5% deles ganhavam até 2 salários mínimos ou não tinham qualquer rendimento.

Levantamentos feitos pelo SEBRAE, com vistas à preparação do Cadastro Empresarial de Ponte Alta do Tocantins, registraram 93 estabelecimentos na Cidade, com a geração de 163 empregos, o que resulta a média de 1,75 empregos por estabelecimento (Tabela 43). O setor de Serviços era o responsável pelo maior número de estabelecimentos e empregos, seguido do Comércio. A Indústria é pouco expressiva.

Também são os Serviços a registrar o maior número de estabelecimentos informais, representando um pouco mais do que o triplo observado no Comércio (Tabela 44).

Tabela 43- Número de estabelecimentos e empregos gerados - 2000

Setor	Estabelecimentos	Empregos Gerados
	(nº)	(nº)
Comércio	31	58
Indústria	9	18
Serviços	53	87
Total	93	163

Fonte: SEBRAE – Cadastro Empresarial

Tabela 44 - Número de estabelecimentos formais e informais – 2000

Setor	Estabelecimentos					
	Formal	%	Informais	%	Não Informado	%
Comércio	17	62,96	14	21,88	-	-
Indústria	3	11,11	6	9,37	-	-
Serviços	7	25,93	44	68,75	2	100,00
Total	27	100,00	64	100,00	2	100,00

Fonte: SEBRAE – Cadastro Empresarial

7. Potencialidade Turística

A cidade de Ponte Alta do Tocantins é reconhecida como o “portal do Jalapão”, região que vem despertando crescente interesse turístico por sua paisagem e riquezas naturais.

Os principais pontos turísticos do Município são as formações rochosas dos morros da Pedra Furada, da Cruz, da Cachorra, Solto e do Fumo, a Serra da Muriçoca, as cachoeiras do Lajeado, do Brejo da Cama, da Pedra Furada, do Lajeiro e Pau d'Arco, do Soninho, da Fumaça, Talhado do Brejo do Boi e a Sussuapara, além das lagoas da Taboca, dos Caldeirões e do Anzolão (Fig. 41 a 58).

A maior parte desses atrativos está localizada em terras particulares, sendo que alguns proprietários começam a explorá-los como forma de complementação de renda.

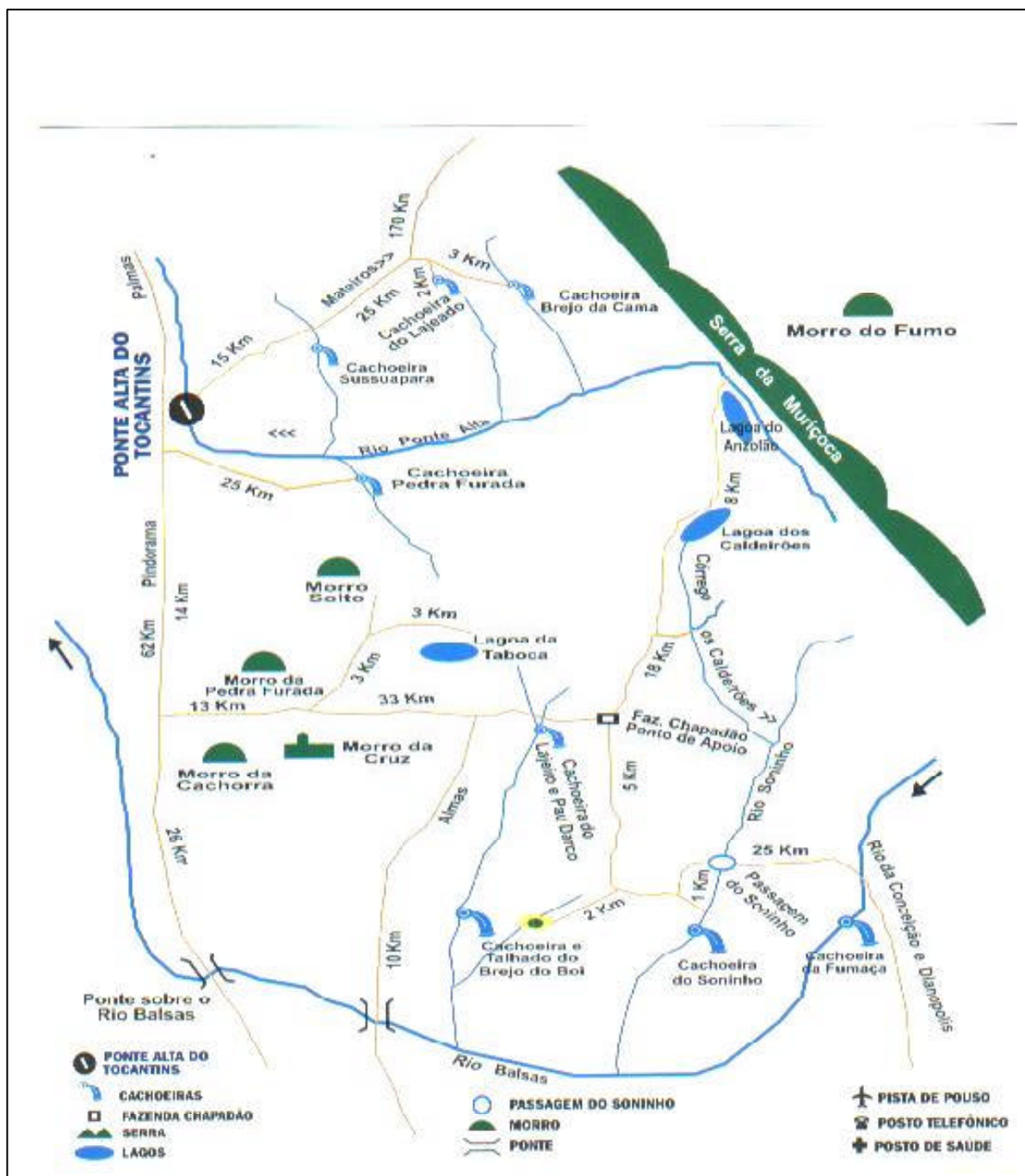


Fig. 41 – Atrativos turísticos

A Prefeitura Municipal está fazendo o mapeamento dos atrativos e identificando, com placas de sinalização, cada um dos principais pontos turísticos. Recentemente, capacitou 10 condutores turísticos para atender à crescente demanda observada na Cidade e na região.

Durante a temporada de praia, do início de julho a 6 de agosto, quando se encerra com os festejos em comemoração ao padroeiro da cidade, Bom Jesus de Ponte Alta, a Prefeitura instala, na Cidade, uma infra-estrutura provisória de fornecimento de água, energia elétrica e iluminação e de banheiros públicos na praia Tamburi, à margem direita do rio Ponte Alta, entre as pontes de madeira e de concreto. Além disso, monta 14 barracas para fornecimento de refeições ligeiras e bebidas, que são alugadas, a preços simbólicos, a pessoas da Cidade que queiram explorá-las. É feito um cadastramento das pessoas interessadas nessa exploração.

As distribuidoras de bebidas, geralmente, fornecem os *freezers*, mesas e cadeiras para o funcionamento dessas barracas.

Além das atividades esportivas e de lazer desenvolvidas pelos frequentadores da praia, acontecem aí *shows* musicais que chegam a reunir mais de 2.000 pessoas.

O Município participa do Programa Nacional de Municipalização do Turismo -PNMT, tendo realizado as três etapas de oficinas propostas pelo Programa e constituído uma Comissão de Turismo. Não chegou, entretanto, a elaborar um Plano Municipal de Turismo.

Trabalham no Município 3 empresas de turismo. A maioria das vezes os passeios são negociados em Palmas ou São Paulo.



Fig. 42 - Ponte velha, de madeira



Fig. 43 a 45 – Pedra Furada

Fig. 46* - Cachoeira da Pedra Furada



Fig. 47 - Cachoeira do Talhado do Brejo do Boi



Fig. 48 – Morro da Cruz

**Fig. 49 e 50* - Cachoeira do Rio
Soninho**

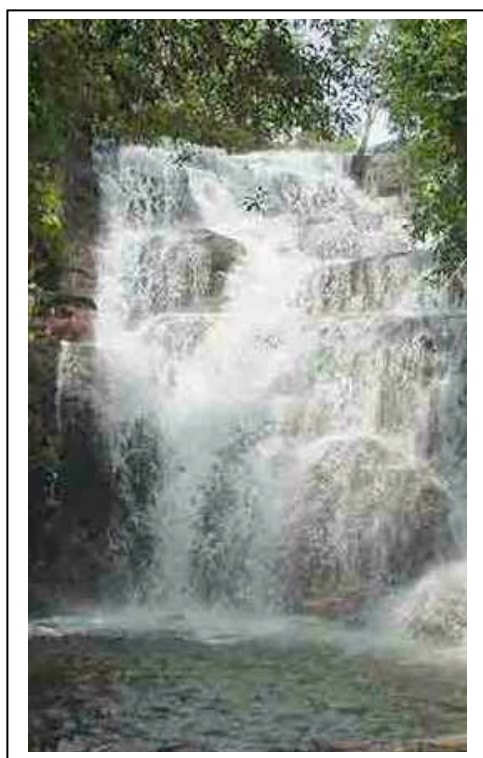
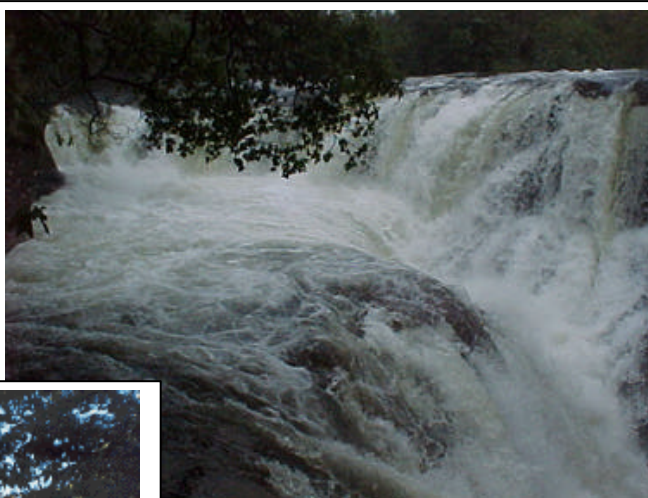


Fig. 52- Cachoeira do Brejo
da Cama**



Fig. 51* - Cachoeira do Fumaça

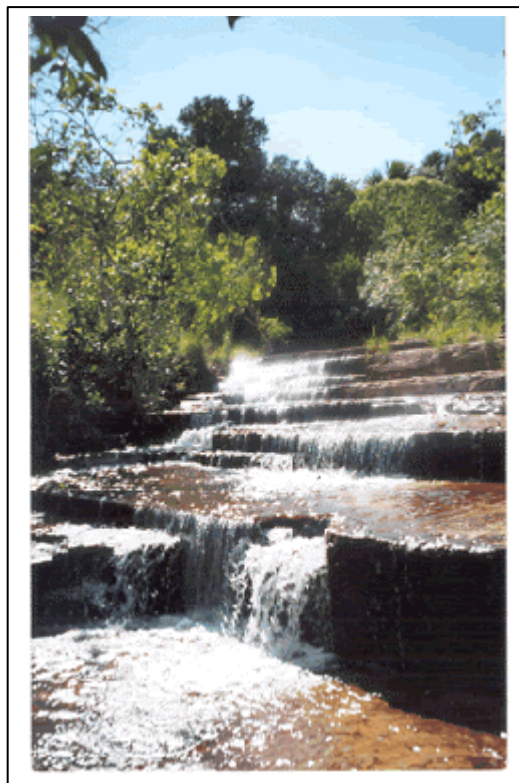
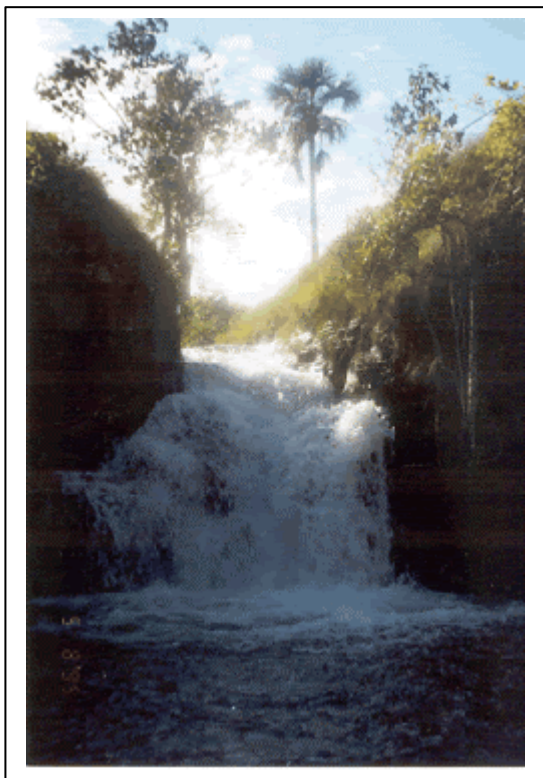


Fig. 53 e 54* - Cachoeira do Lajeado



Fig. 55 – Lagoa dos Caldeirões



Fig. 56* - Lagoa Anzolão



Fig. 57* - Lagoa Azul



Fig. 58 – Vegetação da região

* Fonte: <http://www.pontealtadotocantins.to.gov.br>

** Fonte: Ecológica

8. Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Riscos

O resultado das análises feitas em relação aos dados e informações levantados, das entrevistas com diferentes atores, da observação direta da equipe técnica e das conclusões da 1ª Oficina de Planejamento Participativo realizada em Ponte Alta do Tocantins permitiram a identificação dos seguintes pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos para o desenvolvimento municipal:

Quadro 01 – Pontos Fortes/ Oportunidades - Pontos fracos / Riscos

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	RISCOS
Pontos turísticos	Pouco incentivo ao turismo	Interesse crescente pela região do Jalapão	Indefinição da capacidade de suporte dos atrativos da região
	Nenhum controle quanto aos fluxos turísticos		Pouca articulação entre os municípios para a gestão turística e ambiental da região
	Degradação dos atrativos turísticos	Crescimento significativo do ecoturismo	Crescimento desordenado dos fluxos turísticos
Localização geográfica	Má conservação e falta de estradas vicinais	Facilidade de acesso por estrada pavimentada	Transporte intermunicipal ainda insuficiente para a ligação com vários municípios vizinhos
Água em abundância	Pouco esclarecimento quanto à legislação ambiental e à proteção dos recursos hídricos		Falta de comitês de bacias hidrográficas
Áreas agricultáveis	Pouco incentivo às atividades agropecuárias		Avanço do plantio de grãos para áreas ambientalmente mais sensíveis do território
Terras férteis e baratas	Reduzido nível tecnológico empregado		
Eletrificação rural em quase todo o território municipal	Precária assistência técnico-financeira aos produtores rurais		

continua

continuação

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	RISCOS
Matéria prima para artesanato	Controle de qualidade do desenho e da execução das peças insuficiente para garantir diversidade e excelência	Interesse generalizado pelas peças artesanais de capim dourado	Exploração do capim dourado sem manejo adequado pode levar a sua extinção
Organização incipiente da produção artesanal			
Sítio da cidade aprazível pela proximidade do rio Ponte Alta	Espaço urbano e aparência visual das edificações mal cuidados		
	Matadouro municipal com estrutura de escoamento dos dejetos inadequada		
Educação infantil, ensino fundamental e médio razoavelmente estruturados	Comunicação, iluminação pública, pavimentação das vias urbanas, saneamento básico, saúde, segurança pública e transporte escolar insuficientes ou precários		
Estabelecimentos comerciais diversificados	Poucas oportunidades de trabalho		Inexistência de agências bancárias ou instituições financeiras e de escolas de nível superior
	Poucas alternativas de esporte e lazer		
Interesse da população pelo desenvolvimento municipal	Decisões sem se ouvir a população		Falta de Políticas Públicas nos âmbitos estadual e federal
	Falta de Políticas Públicas Municipais		
	Ingerência política		
	Pouca vontade política para implementar as ações de desenvolvimento		

Como tendências mais significativas para o desenvolvimento de Ponte Alta do Tocantins, podem ser identificadas:

- Turismo, particularmente o ecoturismo, o turismo de natureza, de aventura e, em alguma medida complementar, o turismo rural, uma vez que a maioria dos atrativos turísticos encontra-se na área rural, em terras de propriedade particular.
- Agropecuária, com destaque para a bovinocultura de cria e recria, já tradicional na região, que deverá apresentar ganhos de qualidade, a ovino caprino cultura, a apicultura e a piscicultura que começam a se organizar no Município, a fruticultura e a cultura da mandioca. A produção de grãos poderá ocupar parte do território, mas não deverá ter papel preponderante na estruturação da base econômica do Município.
- Agroindústria, com o aproveitamento e a verticalização da produção resultante da agropecuária. Podem ser mencionados um entreposto de mel, casa de farinha, processamento de frutas como atividades agroindústrias possíveis de serem implantadas no Município.
- Artesanato, principalmente com a utilização do capim dourado e do buriti. Podem ainda ser considerados a madeira, o barro e os bordados e crochê.

II – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

1. Cenários Prospectivos

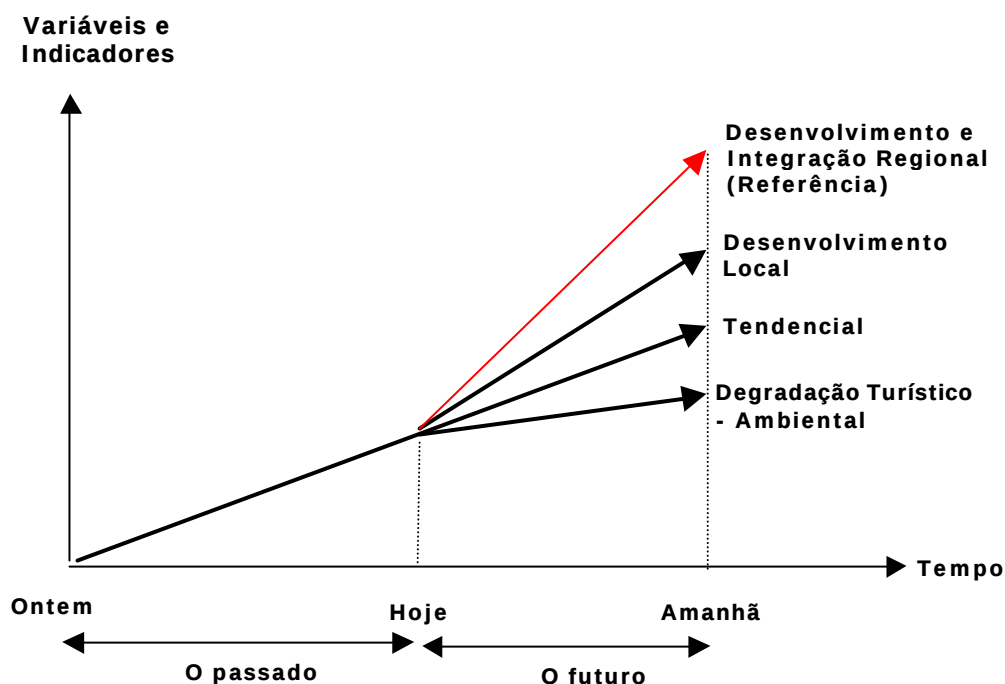
O cenário é a descrição de um futuro possível, imaginável ou desejável para um determinado município ou cidade e da trajetória a ser percorrida a partir da situação atual verificada.

O cenário futuro explora as diferentes variáveis observadas no Município e na sua relação com o mundo exterior, avalia os aspectos a serem mudados e aqueles a serem mantidos, na evolução da situação atual para a situação desejada, com base no aproveitamento das oportunidades e vantagens observadas, evitando-se os riscos e buscando neutralizar as fragilidades existentes.

É um balizador das ações, à luz de futuros possíveis e desejáveis. Um cenário bem construído traduz com clareza uma situação possível e provável e identifica alternativas de desenvolvimento em direção a esta situação.

A construção de cenários alternativos de desenvolvimento implica diferentes combinações das variáveis levantadas (dados e informações da situação atual, pontos fortes e fracos, oportunidades e riscos etc.). Os cenários devem ter a capacidade de representar visões globais que contemplem os aspectos econômicos, sociais, físico-ambientais, urbanísticos e político-institucionais.

Esquemáticamente, a construção de cenários pode ter a seguinte representação:



2. Construção e Seleção do Cenário Desejável

Para Ponte Alta do Tocantins foram examinados 4 cenários alternativos:

- um cenário tendencial, segundo o qual as tendências atualmente existentes continuam e o Município prossegue em ritmo de desenvolvimento semelhante ao que vem sendo observado ao longo do tempo;
- um cenário de degradação turístico-ambiental, em que o aumento dos fluxos turísticos se dá de forma desordenada, sem que o Município esteja estruturado para os receber, deteriorando os atrativos e o meio ambiente no qual eles estão inseridos;
- um cenário de desenvolvimento local, no qual o Município busca a exploração racional do turismo de forma isolada, com algum sucesso mas sem grandes possibilidades de desenvolvimento sustentável;
- um cenário de desenvolvimento e integração regional, segundo o qual o turismo e a proteção ambiental são vistos como possibilidades de desenvolvimento sustentável para a toda a região do Jalapão, tendo os diferentes municípios papéis bem definidos no seu planejamento e gestão. Neste caso, Ponte Alta do Tocantins passa a se articular efetivamente com Mateiros e São Félix do Jalapão, estabelecendo objetivos comuns na busca de melhoria e dinamismo do processo de desenvolvimento, respeitadas as características e peculiaridades de cada um desses municípios, o que pode potencializar as oportunidades de desenvolvimento sustentável para todos deles.

A análise dos quatro cenários permitiu a seleção do cenário futuro desejado por parte da Administração Municipal, iniciativa privada e sociedade organizada de Ponte Alta do Tocantins. Resultado desta seleção coletiva, o **Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional** passa a ser considerado como cenário de referência para a formulação do Plano Diretor, orientando a definição do objetivo, das linhas estratégicas e das ações para dar início ao processo de desenvolvimento sustentável para Ponte Alta do Tocantins.

3. Cenários Alternativos de Desenvolvimento

Como mencionado no item anterior, as análises e diagnósticos anteriores, as entrevistas e reuniões realizadas, bem como o resultado da 1ª Oficina de Planejamento Participativo, na qual foram discutidas a situação atual do Município, sua inserção regional e as tendências de desenvolvimento percebidas pelos atores envolvidos, possibilitaram a construção de 4 cenários alternativos para Ponte Alta do Tocantins.

Na construção desses cenários foram considerados estudos de projeções populacionais, ano a ano, para o horizonte temporal de 2010, tendo por base dados censitários produzidos pelo IBGE para o Município em 2000.

Em decorrência da não existência de séries históricas de dados sobre migração e fecundidade, principalmente, e da longa história de vazio demográfico da região na qual se insere Ponte Alta do Tocantins, além da grande dificuldade de se prever o comportamento futuro das variáveis econômicas regionais, é extremamente difícil a adoção de métodos seguros de projeção populacional para pequenas áreas como é o caso em estudo.

Em função disto, as projeções populacionais apresentadas para Ponte Alta do Tocantins foram calculadas pelo método matemático. Trata-se de um esforço, bastante precário de previsão do comportamento demográfico do Município nos próximos 10 anos, considerando 2001 o seu início, mas o único possível face à debilidade dos dados.

Em termos populacionais, a região do Jalapão não tem expressão estadual, pois representa apenas 2,3% da população total do Estado. O município de Ponte Alta do Tocantins detém 0,53% dessa população.

Ponte Alta do Tocantins, nos últimos 30 anos, registrou taxa média anual negativa de crescimento populacional (-0,57%), tendo perdido 1.153 habitantes. Boa parte desta perda pode ser explicada por seu desmembramento em outros municípios, com a transferência da população para essas novas unidades federativas. Durante a década de 70, Ponte Alta do Tocantins cresceu à taxa média anual de 0,85%. Na década de 80, enquanto a região crescia à taxa de 0,79% e o Estado, de 2,01%, o Município teve taxa negativa (-2,36%). A população urbana cresceu à taxa de 2,0% e a rural caiu 3,81%. Na década de 90, o Município manteve baixíssima taxa de crescimento (0,07%), com perda de população rural (-3,98) em ritmo mais acentuado do que a região (-2,53%). A população urbana cresceu à taxa de 5,89%, semelhante à observada na região (5,73%).

Não se prevê qualquer processo econômico significativo na região, como o da agricultura de alta tecnologia, comercialmente competitiva, registrado em outras regiões do Estado, que poderia emprestar certo dinamismo demográfico ao Município. Apenas se vislumbra um desenvolvimento resultante da vocação ecoturística da região do Jalapão.

Salvo casos isolados de ocupação econômica e populacional através da migração, a tendência do Estado e da maioria de seus municípios será a de crescer próximo às taxas do crescimento vegetativo.

Um cenário provável do Município para os próximos 10 anos, sem considerar especulações muito otimistas, pode admitir maior dinamismo no crescimento demográfico do que aquele verificado na última década (0,07%), considerando a finalização do processo de desmembramento para a criação de novos municípios. Mesmo assim, as taxas permaneceriam abaixo da taxa média anual do Estado.

Nestas condições considera-se algum dinamismo no nível local, com base no interesse despertado pelo Jalapão e na ocupação econômica da Chapada das Mangabeiras. Os resultados são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 45 - Projeção da População de Ponte Alta do Tocantins - 2001/2010.

Ponte Alta do Tocantins	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	6.233	6.296	6.359	6.422	6487	6.551	6.617	6.683	6.750	6.817

Fonte: DPI-SEPLAN

Em 2000, a população urbana de Ponte de Alta do Tocantins representava 53,6% da população total; na região, ela equivalia a 47,65% e no Estado, a 74,32%. A tendência regional é acompanhar a urbanização de sua população em ritmo semelhante ao que ocorreu no Estado. O Município deverá seguir o mesmo caminho com altas taxas de urbanização. Neste sentido, pode-se admitir que, em 2010, a população urbana do Município deverá representar por volta de 70% do total de habitantes, o que indica uma população urbana de, aproximadamente, 4.772 pessoas.

Para a construção dos cenários alternativos de desenvolvimento municipal foi levantado, ainda, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) correspondente aos anos de 1991 e 2000, que indica evolução em todos os indicadores que o compõem. No ano de 2000, Ponte Alta do Tocantins situou-se no 51º lugar, no *ranking* de municípios do Tocantins e no 3.376º lugar entre os municípios brasileiros. Segundo a classificação do PNUD, o Município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

**Tabela 46 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Ponte Alta do Tocantins - 2000**

Ano	Esperança de vida ao nascer (anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per capita (R\$ de 2000)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH -M)
1991	62.1	67,3	59,5	72,00	0,618	0,647	0,478	0,584
2000	65.1	77,7	81,6	116,24	0,668	0,790	0,567	0,675

Fonte: IPEA/PNUD

A esperança de vida ao nascer aumentou 4,8 pontos percentuais. A educação apresentou um ganho significativo, tanto na taxa de alfabetização de adultos quanto na frequência escolar e no índice específico. A renda *per capita* teve um incremento de pouco mais de 60%. O IDH-M passou de 0,584 para 0,675, com um crescimento de 15,58%, evidenciando a melhora em todos os seus componentes.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDH do Município e o limite máximo do IDH (1), foi reduzido em 21,9%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Município levaria 18,5 anos para alcançar Palmas, atualmente com o melhor IDH-M do Estado (0,800).

O IDH-M poderá ser um indicador eficiente para o monitoramento dos resultados da implementação das linhas estratégicas e ações do Plano Diretor, definidas a partir do cenário selecionado. Por ser construído a partir da observação de diferentes fatores de natureza econômica e social, possibilita uma avaliação satisfatória dos avanços resultantes da implementação do Plano Diretor. Para essa verificação, entretanto, exigirá a estruturação de um Sistema Municipal de Informações, para, a intervalos menores de tempo, com método e critérios similares aos adotados para o cálculo do IDH-M, verificar os dados para a mensuração de indicadores semelhantes para os diferentes componentes deste índice. Por meio deles, será possível promover eventuais ajustes no processo de planejamento e gestão do desenvolvimento municipal.

Os cenários construídos, a partir de todas as informações obtidas foram:

3.1. Cenário Tendencial

Neste cenário, as atuais condicionantes dos fatores externos regionais e nacionais são mantidas. Os investimentos públicos federais e estaduais são pequenos e insuficientes para aumentar a atratividade de Ponte Alta do Tocantins.

O turismo desenvolve-se devagar e localmente, com pouca atratividade para os investimentos privados que continuam reduzidos. Surgem alguns empreendimentos turísticos isolados, registra-se alguma capacitação de condutores turísticos, mas a população não se conscientiza da importância do desenvolvimento sustentável do turismo nem se envolve nas atividades turísticas. As iniciativas locais são isoladas, sem coesão.

A escassez de recursos faz com que as Unidades de Conservação existentes no Município não se implementem definitivamente e continuem com condições reduzidas de pesquisa, fiscalização e controle ambiental.

Observa-se algum desenvolvimento agrícola pontual, sem alto nível tecnológico e a pecuária de cria bovina apresenta pequeno ganho de qualidade, por iniciativa isolada de alguns proprietários rurais.

Na sede urbana, o saneamento básico apresenta pouca melhoria, o aterro sanitário é implantado, o matadouro continua com problemas de escoamento dos dejetos, o déficit habitacional continua, a educação e saúde permanecem inalteradas, o transporte escolar ainda é inadequado e o transporte intermunicipal não melhora.

O capim dourado e o buriti são explorados sem manejo, mas com alguma organização. Algumas ações do DLIS são implementadas e o associativismo começa a se estruturar.

A capacidade de planejamento e gestão municipal permanece como é hoje e não se verifica participação popular no processo de desenvolvimento. Permanece o nível de dependência das transferências constitucionais de recursos.

Nestas circunstâncias, o IDH mantém-se inalterado.

3.2. Cenário de Degradação Turístico–ambiental

De acordo com este cenário, o Município sofre os impactos negativos de fatores externos regionais e nacionais. A divulgação na mídia nacional da potencialidade turística do Jalapão se amplia, aumentando o interesse dos turistas que começam a chegar de forma desordenada e intensiva. A falta de infra-estrutura, a indefinição ou o desrespeito à capacidade de suporte das diferentes localidades e a inexistência de mecanismos de controle de visitação à região provocam a degradação dos atrativos e o comprometimento ambiental.

A gestão do turismo não se estrutura, nem local nem regionalmente. A Administração Municipal continua sem uma área específica para a gestão do turismo.

As Unidades de Conservação não conseguem a regularização fundiária de suas terras, nem a elaboração dos seus Planos de Manejo, o que as impede de se implantarem de forma efetiva.

A plantação de soja avança por territórios sensíveis do Município, provocando sua deterioração. As estradas vicinais continuam precárias.

A exploração sem manejo do capim dourado e do buriti compromete a sua reprodução, podendo ameaçá-los de extinção na região.

Aumenta o êxodo rural, com conseqüente periferização da sede municipal.

O sistema viário urbano continua com problemas de erosão provocados pela falta de drenagem que causa, ainda, assoreamento dos cursos d'água.

A regularização fundiária urbana permanece precária, as habitações da periferia da cidade continuam inadequadas, sem saneamento ambiental, a educação e saúde tendem a piorar pelas pressões de maior demanda e o transporte intermunicipal não melhora.

Os investimentos públicos são reduzidos, a capacidade de planejamento e gestão do Município permanece reduzida, a dependência das transferências constitucionais de recursos aumenta, a participação popular no processo decisório não se viabiliza e o IDH tende a cair, refletindo a piora das condições de vida da população.

3.3. Cenário de Desenvolvimento Local

De acordo com este cenário, o Município começa um processo organizado de planejamento e gestão no nível local, que lhe confere algum grau de desenvolvimento, porém não suficiente para um salto qualitativo que consiga concretizá-lo de forma sustentável.

A gestão territorial e urbana melhora, a capacitação das equipes técnicas começa a acontecer, a participação popular cresce um pouco. O Plano Diretor começa a ser implementado e acontecem alguns investimentos públicos federais e estaduais no corredor ecológico da região.

O turismo se organiza dentro do Município, o Conselho Municipal de Turismo se estrutura, surgem alguns empreendimentos turísticos na Cidade e na área rural, condutores são capacitados e os serviços turísticos começam a registrar alguma melhora. Os atrativos turísticos são inventariados e sinalizados, iniciando-se um processo de definição da capacidade de suporte e de controle de visitação.

Entretanto, por não considerar a complementaridade com os municípios vizinhos, detentores de boa parte dos atrativos do Jalapão, as possibilidades de expansão são ainda pequenas.

As Unidades de Conservação conseguem elaborar seus Planos de Manejo, mas ainda enfrentam dificuldades para a sua implementação, que começa a ser feita de forma lenta.

As Áreas de Preservação Permanente começam a ser recuperadas e tem início um processo de manejo do cultivo do capim dourado e do buriti.

É possível alguma melhoria e diversificação agrícola, com o desenvolvimento da pecuária de pequenos animais e a agricultura associativa. As estradas vicinais são razoavelmente conservadas. Com isto, o êxodo rural diminui e o déficit habitacional começa a ser superado.

O espaço urbano melhora com a organização do sistema viário, implantação de sistema de drenagem pluvial e pavimentação das vias principais, de alguma arborização, calçadas e praças para favorecer a circulação e o encontro dos habitantes.

A educação, saúde e transporte escolar melhoram, o saneamento básico se amplia e o problema de escoamento dos dejetos do matadouro é resolvido.

Observa-se algum aumento no nível de emprego e uma forte concorrência entre os municípios da região nos aspectos do turismo e da proteção ambiental.

A Administração Municipal apresenta algum ganho e a participação popular começa a se fortalecer no processo de gestão participativa. O IDH deve apresentar alguma melhoria.

3.4. Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional (de referência para o PDDS)

De acordo com este cenário, estabelece-se um processo de interação efetiva entre os municípios da região do Jalapão e se estrutura a gestão regional do turismo, com clara definição dos “papéis” que cada um deles passa a exercer nesse processo. Assim Ponte Alta do Tocantins assume a condição de “portal do Jalapão”, enquanto Mateiros passa a liderar a gestão ambiental e o turismo científico e São Félix do Jalapão funciona como núcleo de apoio às atividades turísticas da região, além de representar outra porta de entrada para o Jalapão, principalmente para quem vem do norte do estado ou do país.

Cria-se um Comitê Regional de Turismo e Meio Ambiente e Comitês de Microbacias Hidrográficas, que passam a ser consideradas como unidades territoriais de planejamento.

A divulgação das potencialidades turísticas da região é reorientada e redefinida, estabelece-se um sistema integrado de planejamento e gestão do turismo, com o inventário de todos os atrativos turísticos, a definição da capacidade de suporte de

cada um deles, o controle da visitação, que passa a ser sistematicamente guiada, e a capacitação dos prestadores de serviços turísticos.

O aumento da atratividade da região deverá trazer novos investimentos no setor, com geração de oportunidades de trabalho e melhor distribuição de renda.

A agricultura e pecuária podem diversificar-se, com aplicação de níveis mais avançados de tecnologia, com o que ganham qualidade e competitividade.

É possível definir e implementar uma política de conservação do solo, que levará à, à recuperação das APP e áreas das degradadas.

As Unidades de Conservação conseguem estruturar-se definitivamente e implementar seus Planos de Manejo. Passam a contar com recursos humanos suficientes e qualificados, bem como com brigadas de incêndio equipadas.

Os espaços públicos abertos se valorizam, com a definição do perímetro urbano da sede municipal, a hierarquização do sistema viário, a criação de um sistema de áreas verdes e a integração da Cidade com o rio. Os perímetros territoriais dos distritos e os perímetros urbanos de suas sedes são delimitados.

Melhoram a qualidade das habitações e os serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, energia, iluminação pública e transportes, que são estendidos aos distritos.

Diante da melhoria das condições de vida e das oportunidades de trabalho, o IDH-M deve elevar-se.

O quadro a seguir relaciona as dimensões e atributos do Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional.

Quadro 02 – Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.1. Turismo estruturado e desenvolvido regionalmente
	1.2. Aumento dos investimentos turísticos pelo ganho de atratividade
	1.3. Pecuária bovina de cria com qualidade competitiva
	1.4. Diversificação da pecuária com animais de pequeno porte
	1.5. Ampliação de apicultura e piscicultura

continua

continuação

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
1. ECONÔMICA	1.6. Surgimento de formas associativas de produção e comercialização
	1.7. Economia dinamizada e diversificada
	1.8. Construção civil dinamizada
	1.9. Surgimento de rede hoteleira qualificada
	1.10 Comércio diversificado, como pólo regional
	1.11 Setor de Serviços diversificado, com qualidade
	1.12. Criação de formas associativas de produção local nos Distritos
	1.13. Surgimento de novos empreendimentos com disciplinamento e controle
	1.14. Crescimento das oportunidades de trabalho
	1.15. Renda <i>per capita</i> ampliada satisfatoriamente
	1.16. Aumento da arrecadação municipal
	1.17. Menor dependência das transferências constitucionais de recursos
2. SOCIAL	2.1. Reversão da tendência de perda de população
	2.2. Maior demanda quanto aos serviços públicos
	2.3. Déficit habitacional resolvido com habitações adequadas
	2.4. Melhoria das condições de saneamento ambiental
	2.5. Melhoria da qualidade do atendimento de saúde
	2.6. Educação com melhor qualidade em todos os níveis
	2.7. Criação de escolas profissionalizantes de nível médio, voltadas para as atividades econômicas da região
	2.8. Melhoria da capacitação profissional
	2.9. Transporte escolar adequado
	2.9. Novas oportunidades de esporte e lazer
	2.10. Surgimento de oportunidade de acesso à cultura
	2.11. Capim dourado e buriti cultivados com manejo sustentável e utilização adequada para artesanato

continua

continuação

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
2. SOCIAL	2.12. Artesanato desenvolvido e aprimorado
	2.13. Melhoria das condições de segurança,
	2.14. Valorização das tradições locais e das manifestações culturais
	2.15. Índice de Desenvolvimento Humano melhorado
3. FÍSICO-AMBIENTAL	3.1. Regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos
	3.2. Território e Perímetro Urbano dos Distritos delimitados
	3.3. Parcelamentos irregulares coibidos
	3.4. Mananciais hídricos protegidos
	3.5. Unidades de Conservação efetivamente implementadas
	3.6. Áreas degradadas, em especial as Áreas de Preservação Permanente, ambientalmente recuperadas
	3.7. Política de conservação do solo definida e implementada
	3.8. Atrativos turísticos inventariados e sinalizados
	3.9. Capacidade de suporte dos atrativos turísticos definida
	3.10. Estradas vicinais bem conservadas
	3.11. Transporte regular dos Distritos para a sede municipal
	3.12. Limpeza adequada das vias e logradouros públicos
	3.13. Disposição final de lixo resolvida com aterro sanitário
4. URBANÍSTICA	4.1. Integração espacial entre a Cidade e o rio efetivada
	4.2. Margens do rio tratadas como parque urbano
	4.3. Sistema viário urbano hierarquizado e articulado com o rodoviário intermunicipal
	4.4. Ciclovias e vias para a circulação dos pedestres e dos portadores de necessidades especiais criadas
	4.5. Rede de praças, jardins públicos e espaços verdes implantada
	4.6. Nomenclatura das vias e logradouros públicos e numeração dos imóveis urbanos implantadas
	4.7. Vias urbanas e espaços públicos adequadamente pavimentados, arborizados, sinalizados, iluminados e calçados

continua

continuação

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
4. URBANÍSTICA	4.8. Mobiliário urbano de qualidade e bem cuidado
	4.9. Novos equipamentos de esporte e lazer implantados
	4.10. Sistema de áreas verdes interligadas para melhorar as condições climáticas implantado
	4.11. Novas áreas para residências uni-familiares urbanizadas
	4.12. Infra-estrutura básica ampliada para toda a população
	4.13. Equipamentos urbanos e comunitários instalados com capacidade de atendimento a toda a população
	4.14. Telefonia móvel em funcionamento
	4.15. Matadouro devidamente instalado e controlado
	4.16. Transporte intermunicipal melhorado
	4.17. Terminal rodoviário implantado
	4.18. Aeródromo em condições adequadas de operação
5. INSTITUCIONAL	5.1. Capacidade de planejamento e gestão adequada
	5.2. Gestão municipal compartilhada pelo poder público, iniciativa privada e sociedade organizada
	5.3. Gestão regional do turismo no Jalapão implementada
	5.4. Comitê Regional de Turismo e Meio Ambiente implantado
	5.5. Comitês de Micro bacias Hidrográficas implantados
	5.6. Micro bacias Hidrográficas adotadas como unidades de planejamento territorial
	5.7. Plano Diretor em implementação
	5.8. Controle de visitação aos atrativos estabelecido
	5.9. Promoção do Desenvolvimento local, integrado e sustentável, por bairros e distritos efetivada
	5.10. Integração entre as áreas da Administração Municipal efetivada
	5.11. Articulação com o governo estadual e federal ampliada
	5.12. Sistema de informações municipais implantado
	5.13. Capacidade de fiscalização estabelecida

continua

continuação

CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	
DIMENSÃO	ATRIBUTO
5. INSTITUCIONAL	5.14. Equipes qualificadas para as funções públicas
	5.15. Arrecadação local melhorada
	5.16. Despesas públicas controladas
	5.17. Parcerias com o setor privado para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas
	5.18. Boa participação popular no processo de desenvolvimento

3.5. Contextualização Econômica do Turismo – local x regional

A exploração do potencial turístico local é, certamente, um caminho seguro para promover o desenvolvimento sustentável em Ponte Alta do Tocantins. Ao contrário da pecuária, que atualmente representa a principal atividade econômica do Município, o turismo abre amplas possibilidades de aumentar a riqueza municipal. Enquanto as atividades tradicionais (agricultura, comércio e indústria) limitam-se a atender a demanda local, a atividade turística pode agregar valores novos à economia, na medida em que, bem estruturada e inserida num plano bem articulado de comercialização e divulgação, tem a capacidade de internalizar a riqueza trazida pelos turistas.

Sabe-se que a produção pecuária de Ponte Alta do Tocantins é, atualmente, destinada a outros mercados, sem, no entanto, assegurar aumento de riqueza para o Município, pois parte do produto da exportação de animais é canalizada para outros municípios, haja vista que a maioria dos proprietários rurais que se dedicam a essa atividade reside em outras cidades.

É possível que o desenvolvimento da atividade turística traga, num primeiro momento, algum tipo de transtorno aos demais segmentos econômicos. As oportunidades de melhores ganhos oferecidos na atividade turística tende a atrair produtores e trabalhadores dos setores tradicionais. No entanto, na medida em que o turismo vá se consolidando, novos consumidores vão surgindo, provocando o crescimento das atividades comerciais e hoteleiras que, por sua vez, passam a demandar produtos locais mais elaborados, de melhor qualidade, com possibilidade de oferecer melhor remuneração, resgatando e transformando as antigas formas de produção em meios eficientes de se promover o desenvolvimento econômico.

A integração do setor produtivo tradicional local à nova dinâmica ancorada pela atividade turística, voltada quase exclusivamente para o atendimento da demanda externa, é fundamental para a sua viabilidade como atividade econômica, pois, quanto maior a capacidade da produção local em suprir as necessidades de consumo dos turistas, maior será o ganho líquido para o Município e para sua população, o que amplia o volume de poupança externa internalizada, tornando mais rica a economia municipal.

Quando a atividade turística se encontra apoiada pelos demais segmentos da economia local, ou seja, havendo estruturação dos demais setores econômicos para suprir todas as demandas dos turistas, evitando a importação de produtos de outras regiões para atendimento a essa demanda, o efeito multiplicador da renda gerada pelo turismo torna-se potencialmente muito forte. A renda que o turismo gera para os empregados de hotéis, de restaurantes, de empresas de transporte, para os guias turísticos, artesãos e pequenos comerciantes locais servirá para aquecer o comércio de alimentos, uma vez que todos eles irão demandar produtos dos ofertantes locais: restaurantes, armazéns, padarias etc., cuja origem é o próprio Município, fazendo com que se eleve a produção de produtos agropecuários e de serviços de transporte locais.

A distribuição da riqueza gerada dependerá do grau de organização econômica da sociedade local, mas é certo que a condição de vida das famílias passa por melhorias, devido às oportunidades de trabalho geradas, seja na condição de empregados de estabelecimentos comerciais, de hospedagem ou de entretenimento, seja na condição de pequenos comerciantes e artesãos. O setor público expande a arrecadação, ao mesmo tempo em que pode reduzir o dispêndio com ações assistencialistas, muito comuns em regiões onde prevalecem condições de pobreza da população.

Difícilmente a atividade turística assumirá a condição de carro chefe da economia local, o que também não é conveniente, uma vez que se trata de uma atividade cuja demanda está sempre sujeita a períodos de sazonalidade, ao mesmo tempo em que se caracteriza por ser muito vulnerável às situações de instabilidade econômica. Por não representarem bens de primeira necessidade, os serviços turísticos são dos primeiros a serem descartados pelos consumidores quando existem ameaças de crises econômicas.

Ainda assim, fica claro que o mais provável vetor de crescimento sustentável para o município de Ponte Alta do Tocantins é o desenvolvimento da atividade turística. No entanto, algumas considerações fazem-se necessárias, tendo em vista certas peculiaridades inerentes à própria atividade e outras associadas ao contexto

regional em que se insere Ponte Alta do Tocantins, no qual os atrativos turísticos são compartilhados com outros municípios.

O produto turístico, diferentemente dos demais produtos disponíveis no mercado, necessita que o consumidor vá até ele. Daí, para a concretização do consumo do produto turístico, é necessário que se agreguem a ele outros componentes, como, transporte, hospedagem, alimentação, serviços de guias, além de uma boa estratégia de *marketing*, cuja implementação e execução requerem custos de investimento.

Por outro lado, da mesma forma que para os demais produtos, a decisão do cidadão em consumir determinado produto turístico dependerá, além do seu preço de oferta, do preço do produto concorrente, considerando-se que atrativos naturais, embora nunca sejam iguais, existem em grande quantidade num país de extensão vasta, como o Brasil, podendo-se estabelecer, inclusive, numa mesma área, atrativos concorrentes, quando unidades administrativas diferentes compartilham de uma área rica em atrativos turísticos, como no caso do Jalapão.

Iniciativas isoladas de exploração do turismo em nível municipal, embora passíveis de algum êxito, dificilmente alcançarão o máximo da potencialidade existente, já que se perde em escala e eficiência de custos de divulgação e de uso da estrutura de apoio, elevando os custos médios dos serviços e, por consequência, criando restrições ao crescimento da própria demanda turística.

Esse contexto tem identificação mais aproximada do Cenário de Desenvolvimento Local, no qual se desenha uma projeção de desenvolvimento voltada para o Município isoladamente.

Na óptica econômica, uma ação integrada de todos os municípios, embora institucionalmente mais complexa, pode potencializar os benefícios resultantes da atividade turística e estabelecer mecanismos de sustentabilidade duradouros. A divulgação, por exemplo, essencial para a consolidação desta atividade, pelo motivo já exposto de que o turista deva ser “persuadido” a se deslocar do seu local de origem para consumir o produto Turismo Local, tem maior alcance e efetividade ao se ofertar o Produto “Jalapão” e seus atrativos, do que isoladamente determinados atrativos, de determinados municípios, inseridos no “Jalapão”. Além de se ofertar um produto competitivo, já com alguma penetração na demanda turística nacional, o ganho de escala em custos de divulgação é incontestável no contexto de integração regional.

A característica essencial dessa contextualização regional é que a potencialização do benefício total não prejudica os ganhos que cada município poderia auferir numa

condição individualizada, pois o produto a ser explorado continua sendo o mesmo, ou seja, o “Jalapão” e seus atrativos, com cada município buscando aprimorar e incentivar atividades nas quais tenha comparativamente maior vocação de produção, seja na agricultura, na pecuária, na hospedagem ou artesanato.

A logística de transporte e hospedagem num contexto de integração regional, ao permitir a otimização das rotas e reduzir custos de manutenção, abre espaço para redução do preço do transporte e diminui o tempo de duração dos percursos, tornando os atrativos locais mais competitivos em relação a outras regiões.

O ambiente de integração é, também, muito propício à economia nos custos referentes à implantação, administração, operação e manutenção da infra-estrutura de serviços de saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários, coleta e disposição final de resíduos sólidos), componentes essenciais para o sucesso da atividade turística, na forma de consórcio ou associação, unificando as estruturas de administração e manutenção.

A especialização de cada município, buscando fortalecer e incentivar atividades para as quais tenha maior vocação e consiga alcançar maior eficiência de produção é outro fator essencial no contexto de integração regional de exploração do turismo, evitando-se que parte da renda gerada com o turismo seja destinada à aquisição de bens de outros municípios para apoiar a atividade turística local.

Essa contextualização regional integrada enquadra-se no Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional, ilustrado neste Plano Diretor, e seguramente, a opção de desenvolvimento economicamente mais viável para o município de Ponte Alta do Tocantins.

3.6 Os Aspectos Urbanísticos do Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional

Este cenário permite imaginar que, ao assumir o papel de “portal do Jalapão”, a Cidade de Ponte Alta do Tocantins deverá estruturar o seu futuro a partir da exploração ordenada e intermunicipal do turismo. Nesse sentido, as atividades econômicas vinculadas ao âmbito agropecuário, assim como o comércio, os serviços e as atividades culturais irão assumir papel de apoio e complementação a esta dimensão. A configuração urbanística da cidade deve ser capaz de promover as diretrizes sociais, econômicas e de gestão do processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que materializa as suas próprias diretrizes urbanísticas, nos aspectos funcionais, bioclimáticos, expressivos, paisagísticos etc..

A TO 255, rodovia estadual que se encontra em excelentes condições do ponto de vista de engenharia viária e sinalização, atualmente o acesso viário mais atraente à região do Jalapão, deixa de entrar na cidade e se desloca para fora da área atualmente ocupada à margem direita do rio Ponte Alta, passando a representar o limite do perímetro urbano. Nas faixas lindeiras a ela, deve ser criada uma área destinada a equipamentos de apoio à rodovia, como postos de abastecimento, oficinas mecânicas, grandes armazéns de produtos agropecuários, concessionárias de veículos e implementos agrícolas etc.. Próximo à interligação entre o binário viário urbano e a rodovia para Pindorama também poderão surgir pequenos trechos com este mesmo uso.

Pela topografia mais favorável, pelas características do solo e por ter o Município áreas disponíveis próximas à TO-255, na saída para Palmas, propõe-se a indução do crescimento da Cidade nessa direção.

O acesso à Cidade, feito pela ponte de concreto, deve ser resolvido com a criação de um trevo de acesso à Avenida Joana Medeiros e à Avenida Dr. Albeny Ferraz Machado, que passam a funcionar como o binário principal do sistema viário urbano.

Ao longo deste binário deverá surgir um núcleo mais denso de ocupação, com usos múltiplos, representando a área central da cidade. Na margem direita do rio, próximo à ponte de concreto, deve ser estimulado o surgimento de um sub-centro, com características semelhantes às da área central, para atender à população residente deste lado do rio.

Na outra extremidade da cidade, a rodovia BR-010 deverá passar por fora da cidade. Resta, portanto, a rodovia estadual que chega de Pindorama e deve permitir o acesso ao mesmo binário viário urbano, por meio da ligação entre a rodovia e a Av. Joana Medeiros.

Para cruzar de uma extremidade à outra da cidade, o trânsito deve ser retirado da parte central, criando-se um circuito que, a partir da interligação da TO-255, com a Av. Palmas, cruza a ponte de concreto, contorna a cidade pelo seu lado oeste, passando pela frente da Unidade Mista de Saúde e alcança a rodovia para Pindorama, na saída ao sul da cidade.

Outra diretriz urbanística a ser adotada é a maior integração da Cidade com o rio, por meio da criação de uma grande faixa de área verde, para entretenimento e lazer, ao longo das suas margens.

Propõe-se, ainda, a criação de um “espaço cívico”, à direita da subida da ponte de concreto para a Avenida Contorno, no qual a Prefeitura Municipal, as Secretarias e outros órgãos da Administração Municipal, o Fórum, serviços de atendimento ao turista etc., possam se instalar, favorecendo o atendimento ao público pela proximidade de todos os serviços.

III. PROPOSTA

1. Desenvolvimento Municipal

1.1. O Plano Diretor como Instrumento da Política de Desenvolvimento Sustentável e de Expansão Urbana

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Ponte Alta do Tocantins deve ser entendido como o instrumento básico da política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana, necessário para a instauração de um processo continuado de planejamento e gestão participativa para assegurar o desenvolvimento da cidade e do Município, dentro dos princípios da sustentabilidade socioeconômica, cultural e ambiental.

Segundo a Constituição Federal, é de competência privativa do Poder Público Municipal a elaboração do Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, devendo ele ser submetido à aprovação pela Câmara dos Vereadores.

A promulgação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, que regulamentou os Art. 182 e 183 da Constituição Federal e estabeleceu diretrizes gerais para a política urbana, instituiu um novo marco regulatório para o direito urbanístico, segundo o qual o Plano Diretor é obrigatório para o Poder Público e indicativo para o setor privado.

De acordo com o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, que deve englobar todo o território municipal, passa a ser obrigatório para cidades:

- I) com mais de 20.000 habitantes;
- II) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III) onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal¹;
- IV) integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

¹ (i) parcelamento ou edificação compulsórios; (ii) imposto sobre a propriedade territorial urbana progressivo no tempo; (iii) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Ponte Alta do Tocantins, por estar inserida no corredor ecoturístico do Jalapão, enquadra-se no inciso IV destacado no parágrafo anterior.

A partir da Constituição Federal de 1988 e da aprovação do Estatuto da Cidade, fica claro que o Plano Diretor deve ser o instrumento básico para promover o desenvolvimento municipal, o ordenamento territorial, o planejamento e controle da expansão urbana, com uso e ocupação adequados do solo, sistema viário bem equacionado, equipamentos públicos, urbanos e comunitários adequados às necessidades da população, assim como para estruturar uma sólida base econômica, a integração social e a proteção ao meio ambiente natural e construído.

Dentre as diretrizes gerais definidas pelo Estatuto da Cidade a serem respeitadas pelo Município, cabe destaque ao direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura básica, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações. A sustentabilidade urbana passa a ser vista como um direito, cabendo à política urbana municipal adotar as medidas necessárias ao seu cumprimento.

O Plano Diretor deve atender também à diretriz do Estatuto da Cidade, igualmente importante, da gestão democrática da cidade, segundo a qual é essencial a participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, implementação e monitoramento de planos de desenvolvimento e de expansão urbana. Desta forma, o planejamento municipal é compreendido como um processo político, por meio do qual as decisões devem ser pactuadas de forma democrática e participativa.

O resultado, em forma de Lei, é a expressão do pacto firmado entre a sociedade e os Poderes Executivo e Legislativo, passando a ser vinculante para o Poder Público e indicativo para o setor privado.

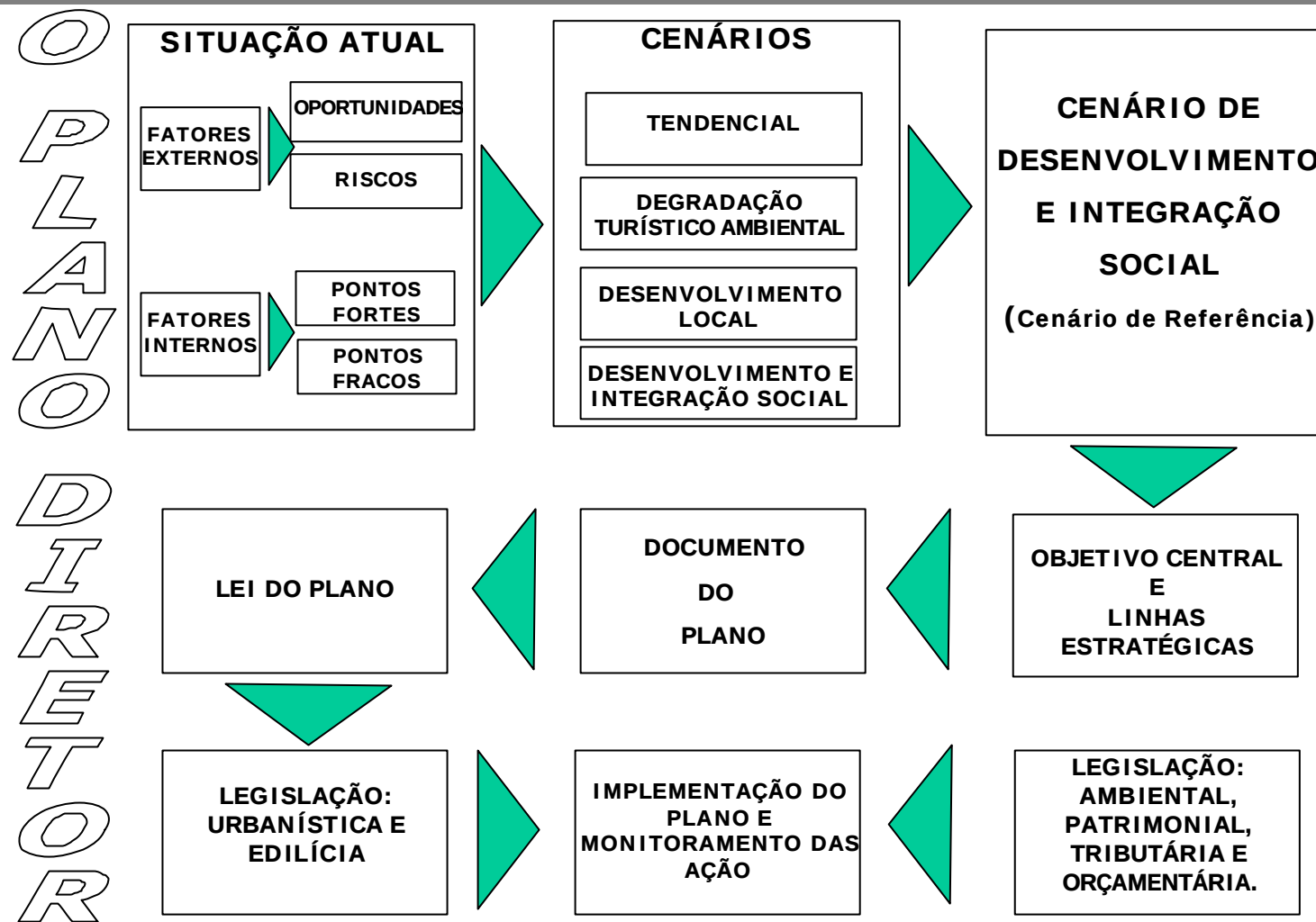
As diretrizes e estratégias definidas pelo Plano Diretor são estabelecidas em um nível macro de estabelecimento de rumos para o desenvolvimento municipal, não descendo a detalhes de definições setoriais ou de projetos específicos. Portanto, para sua implementação, exige distintos desdobramentos:

1. de um lado, requer uma legislação urbanística e edilícia e outros instrumentos capazes de fazer cumprir as suas determinações, especialmente a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e o Código de Edificações;
2. de outro, demanda o detalhamento por meio do:
 - Plano Plurianual (PPA), quadriênio que permite, a cada ano, ajustes e correções das formulações iniciais do Plano Diretor;

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), elaborada anualmente para orientar a preparação do orçamento anual;
- plano de ações e investimentos anuais traduzido na Lei do Orçamento Anual (LOA), a partir dos quais podem ser elaborados os projetos e atividades de ações específicas.

A LDO e a LOA também são obrigatórios por imposição constitucional e devem respeitar as diretrizes do PPA, por sua vez fundamentado no Plano Diretor.

Além disto, a capacitação das equipes a se responsabilizarem pela execução das ações necessárias ao desenvolvimento sustentável, do ponto de vista socioeconômico, cultural e ambiental, é fundamental para a implementação das ações previstas no Plano Diretor.



1.2. Objetivo Central para o Município de Ponte Alta do Tocantins

A política de desenvolvimento sustentável e de expansão urbana do Município de Ponte Alta do Tocantins deve ser concretizada e implementada com vistas a se alcançar o Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional selecionado pelos atores locais como o cenário futuro desejado, para o que explicita como Objetivo Central para o Município:

Ponte Alta do Tocantins reconhecida como o “portal do Jalapão”, com desenvolvimento turístico e proteção ambiental compartilhados com os demais municípios inseridos no Corredor Ecoturístico do Jalapão, em uma visão regional de sustentabilidade.

1.3. Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento Municipal

Para o alcance do objetivo central estabelecido neste Plano Diretor, são propostas 7 Linhas Estratégicas como eixos prioritários de ação. São elas:

LE 1 - Desenvolver o turismo de forma sustentável e compartilhada com os demais municípios integrantes do Corredor Ecoturístico do Jalapão.

LE 2 - Proteger e valorizar o meio ambiente e os atrativos turísticos naturais.

LE3 - Favorecer a modernização e verticalização da produção agropecuária.

LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade, promovendo a integração da Cidade com o rio.

LE 5 - Oferecer moradia digna e acesso aos equipamentos urbanos a toda a população, inclusive dos Distritos.

LE 6 - Garantir educação e saúde de qualidade e favorecer o acesso à cultura, ao esporte e lazer a todos os moradores da sede urbana municipal e dos Distritos.

LE 7 - Implantar um processo de planejamento e gestão eficaz e compartilhada entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade.

2. Ordenamento Territorial

2.1. Macrozoneamento

Para favorecer o ordenamento territorial e o planejamento e implementação das linhas estratégicas e ações de desenvolvimento, com vistas a se alcançar o objetivo central traçado para o Município na busca do cenário futuro desejado, o território municipal é dividido em áreas integradas, denominadas macrozonas.

Para Ponte Alta do Tocantins são definidas três macrozonas (fig. 59):

- **Macrozona Urbana – MZU**

A Macrozona Urbana é constituída por áreas efetivamente utilizadas para fins urbanos, em que os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos, compreendendo os terrenos loteados e os ainda não loteados destinados ao crescimento normal dos assentamentos urbanos, na sede municipal e no núcleo urbanos dos Distritos.

Na Macrozona Urbana serão permitidos:

- I - habitações, comércio e serviços;
- II - instalações industriais, silos e armazéns;
- III - terminais rodoviários, infra-estrutura de energia, comunicação, saneamento ambiental e edificações para usos institucionais.

A Macrozona Urbana compreende:

- I - sede do Município como Macrozona Urbana 1 (MZU 1);
- II - sede do Distrito Água Suja como Macrozona Urbana 2 (MZU 2);
- III - sede do Distrito Extrema como Macrozona Urbana 3 (MZU 3);
- IV - sede do Distrito Gato como Macrozona Urbana 4 (MZU 4);
- V - sede do Distrito Palmeiras como Macrozona Urbana 5 (MZU 5);
- VI - sede do Distrito Paraná como Macrozona Urbana 6 (MZU 6);
- VII - sede do Distrito Barreiro como Macrozona Urbana 7 (MZU 7).

Na MZU, o coeficiente de aproveitamento, entendido como o índice pelo qual se deve multiplicar a área do lote a fim de se obter a área máxima de construção permitida no lote, para todos os lotes é igual a 0,7 (sete décimos).

- **Macrozona Ambiental – MZA**

A Macrozona Ambiental é dedicada à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, constituída pela:

I - Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins - MZA 1;

II - as áreas de proteção integral da Área de Proteção Ambiental Estadual do Jalapão.

Serão permitidas na Macrozona Ambiental as atividades estabelecidas nos respectivos planos de manejo de cada Unidade de Conservação que a compõem, devendo ser incorporados ao Macrozoneamento do Município os usos definidos após o zoneamentos dessas Áreas de Proteção Ambiental

- **Macrozona Rural - MZR**

A Macrozona Rural é constituída pelas áreas restantes do território do Município, não destinadas a fins urbanos nem incluídas nas Unidades de Conservação, e são destinadas a atividades agrícolas e extrativistas.

Fig. 59 – Macrozoneamento municipal

2.2. Cidade Desejada

Para atender às diretrizes urbanísticas do Cenário de Desenvolvimento e Integração Regional, o perímetro urbano a ser delimitado (Fig. 60) e estabelecido por lei municipal, de iniciativa do Poder Executivo, após levantamento topográfico para a definição de sua poligonal, deverá respeitar as indicações da representação da Cidade Desejada (Fig. 61).

A cidade de Ponte Alta do Tocantins deve estruturar-se segundo duas diretrizes básicas:

- valorização da área central, surgida desde o início de sua configuração, com a definição de um binário viário formado pelas Avenidas Joana Ribeiro e Dr. Albeny Ferraz Machado, ao longo do qual devem ser dispostos de forma mais adensada os estabelecimentos de comércio e serviços, inclusive turísticos;
- aproximação da Cidade ao rio, com a criação de áreas verdes como parques urbanos ao longo de suas margens, nos quais se instalem equipamentos para esporte, lazer e entretenimento da população e dos turistas.

Para tanto, as estradas de acesso à Cidade deverão integrar-se com o sistema viário urbano, de forma a desviar o tráfego pesado de ônibus e caminhões da área central e das margens do rio. Assim, a TO 255 que chega à Cidade de Ponte Alta, vindo de Palmas, pela Avenida Palmas, deve ter seu prolongamento para Mateiros e para a região do Jalapão deslocada para além da área urbana, de forma a não haver interferência entre o trânsito local e o de passagem.

Na extremidade oposta, com saída para Pindorama, a proposta urbanística ora apresentada trabalha com a hipótese de que a BR 010 não irá passar pela Cidade de Ponte Alta do Tocantins, restando apenas a rodovia estadual que liga esta cidade a Pindorama. Cabe, portanto, equacionar a forma de permitir a interligação entre as duas rodovias estaduais, sem que o tráfego pesado, particularmente de caminhões e ônibus, cruzem a parte central da Cidade, destacando que o DERTINS ainda não tem uma definição em relação a esta questão.

Nesse sentido, propõe-se que a travessia da Cidade se dê pela Avenida Palmas, cruzando a ponte de concreto e prosseguindo pela Avenida Contorno até o atual campo de futebol, seguindo pela Avenida Dr. Francisco Aires até encontrar novamente a Av. Contorno, a rua do Lavrador, passando pela frente da Unidade Mista de Saúde e alcançando a estrada para Pindorama, no outro extremo da cidade.

A entrada da Cidade deve receber um trevo de acesso ao binário formado pelas Avenidas Joana Medeiros e Dr. Albeny Ferraz Machado, como eixos estruturadores das atividades locais.

Do lado direito do rio, além do deslocamento da TO-255 para fora da área urbana, assume-se a rua Buritis como via de entrada na Cidade, para quem vem do Jalapão.

A ponte de madeira deve ser protegida do tráfego, admitindo-se o seu cruzamento apenas por pedestres, bicicletas e motocicletas.

A margem direita da Avenida Contorno, na subida a partir da ponte nova, pode ser aproveitada para se configurar uma área institucional com um duplo objetivo.

Por um lado, oferecer aos turistas / visitantes da cidade uma série de serviços vinculados ao objetivo central de desenvolvimento proposto por este cenário, estruturado em torno do turismo. Neste sentido, postos avançados da Prefeitura Municipal (ou a própria Prefeitura Municipal com todas as suas secretarias) podem alocar-se nesta área e assumir o papel de serviços de informações aos turistas. Da mesma forma, operadoras e agências de turismo, hotéis mais sofisticados, que podem desfrutar de vistas panorâmicas, agências de aluguel de veículos etc..

Por outro lado, a configuração de prédios verticalizados pode e deve ocorrer no sentido de oferecer uma “cortina” de fachadas induzindo espacialmente o encaminhamento para a esquerda, para o centro da Cidade, para quem sobe a partir da ponte de concreto, independentemente de placas indicativas.

Assim, define-se a estruturação viária da Cidade a partir do binário formado pelas Avenidas Joana Medeiros e Dr. Albeny Ferraz Machado, para os usuários locais, e a partir das vias anteriormente mencionadas, para o trânsito de passagem ou usuários regionais dos serviços hospitalares que a Cidade oferece. Na saída da Cidade para Pindorama, a interligação entre a rodovia que liga esta cidade a Ponte Alta do Tocantins termina em uma rótula, que dá acesso à rua das Américas, à Av. Joana Medeiros e à rua do Lavrador, neste caso para contornar a Cidade e alcançar seu outro extremo, de ligação com a TO-255.

As áreas próximas aos acessos à Cidade podem ser aproveitadas para constituir áreas destinadas a estabelecimentos de maior porte, como pequenas indústrias, comércio atacadista, depósito de materiais e estabelecimentos de abastecimento.

Fig. 60 – Perímetro urbano da cidade de Ponte Alta do Tocantins

Fig. 61 – Cidade desejada

Do ponto de vista dos usos e formas de ocupação, define-se uma área central intensamente integrada a uma área de lazer e contemplação estruturada às margens do rio Ponte Alta. Nesse sentido, no longo prazo, a quadra 14 do Setor Central deve ser desconstituída, integrando-se, funcional e visualmente, a Praça Capitão Antônio Mascarenhas e sua igreja à área de parques e equipamentos culturais e esportivos às margens do rio. Esta área pode ser configurada a partir de terraços com tratamento paisagístico adequado, podendo ser localizados, no seu extremo sul, equipamentos esportivos e culturais como estádio, quadras poliesportivas, anfiteatros etc., de modo a levar a população da Cidade a se aproximar do rio e usufruir destes espaços para o lazer e entretenimento.

Nesse extremo sul, deverá verificar-se a viabilidade de se construir uma ponte exclusiva para pedestres (com estrutura em madeira ou tubulação de aço, na forma de ponte “pênsil” ou alguma outra estrutura atrativa), visando vincular funcionalmente este trecho a outro semelhante, do lado oposto do rio, de modo a se configurarem como integrantes de um circuito altamente atraente e convidativo. Com estas pontes (as existentes e a proposta) passam a existir condições de tratamento das margens do rio como uma única unidade funcional e visual, somando seus atributos positivos. Nesse grande projeto de configuração das margens do rio, a situação de praia / balneário passa a ser uma parte relativamente pequena e restrita de um conjunto bem maior.

A área central da Cidade confirma os arredores da Praça Antônio Mascarenhas como o trecho de relevância histórica, com propostas de revitalização edilícia, promovendo a consolidação das atividades centrais no trecho entre esta praça e a entrada da Cidade (ponte nova / Avenida Contorno), e entre o rio e a Avenida Dr. Albeny Ferraz Machado. Neste trecho deve-se incentivar a ocupação em 2 pavimentos (verificada a sua compatibilidade filosófica com os trechos historicamente relevantes), com comércio no térreo e habitação no pavimento superior, ocupando as testadas dos lotes, de modo a constituir as ruas.

Habitações um pouco mais densas (geminadas vertical e horizontalmente ou com outros tipos) é proposta para os arredores imediatos desta área central e para os trechos entre este setor central e um sub-centro que existe de forma incipiente nos arredores do hospital, que deverá ser promovido a partir do incentivo à localização de outras atividades vinculadas à saúde e comércio correlato (farmácias, laboratórios, etc.). A acessibilidade regional a estes equipamentos encontra-se garantida a partir da proposta de sistema viário. Particularmente, um eixo constituído pela rua das Américas, com continuação em amplas avenidas previstas no loteamento Água Limpa, pode ligar este sub-centro à saída para Pindorama, reforçando o papel deste trecho da Cidade.

No lado direito do rio Ponte Alta, próximo às duas pontes existentes, deve estruturar-se um sub-centro com características semelhantes às da área central já descrita.

Nas faixas lindeiras da Av. Palmas, na saída para Monte do Carmo e Porto Nacional, assim como no trecho da TO-255, de contorno da cidade, a ser construído, para se tomar a direção do Mateiros, devem ser reservadas áreas para a instalação de equipamentos de apoio à rodovia, de atividades industriais, comércio de grande porte, depósito de materiais, estabelecimentos de abastecimentos, concessionárias de veículos e implementos agrícolas e outros usos que demandem terrenos de grandes proporções e que possam ser incômodos nas áreas residenciais ou centrais da cidade.

Um programa de arborização das áreas verdes junto ao rio e das principais avenidas da Cidade introduz um parâmetro de conforto bioclimático, assim como de orientabilidade.

O cinturão de chácaras e áreas verdes que circunda a Cidade pode conferir-lhe um contexto paisagisticamente atraente e ambientalmente adequado.

2.3. Sistema Viário Urbano

O sistema viário municipal é composto pelo sistema rodoviário municipal e pelo sistema viário urbano.

O sistema rodoviário municipal, constituído pelas estradas municipais, deve ser planejado e implantado de modo a atender suas funções específicas, com critérios técnicos que lhe confirmem a forma característica de malha, adequadamente interligada ao sistema viário urbano e aos sistemas rodoviários estadual e federal. Deve ter como principais funções:

- I – assegurar o livre trânsito nas diferentes Macrozonas do Município;
- II – proporcionar facilidades de escoamento da produção em geral;
- III – permitir o acesso das fazendas e chácaras às rodovias estaduais e federais.

Para tanto, a largura mínima das estradas vicinais deverá ser de 10,00 m, com pistas de rolamento variando entre 4,00 m e 7,00 m.

O sistema viário urbano, formado pelas vias existentes e pelas resultantes dos parcelamentos futuros, deverá ser hierarquizado, por meio de vias arteriais, coletoras e locais, ciclovias e vias de pedestres, assim classificadas:

- I - vias arteriais, destinadas a atender o tráfego direto em percurso contínuo, interligar rodovias, vias coletoras e atender as linhas de ônibus.
- II - vias coletoras, destinadas a coletar e distribuir o tráfego entre as vias arteriais e locais;
- III - vias locais, destinadas a permitir ao tráfego atingir áreas restritas e sair destas;
- IV - ciclovias, vias públicas destinadas ao uso exclusivo de ciclistas;
- V - vias de pedestres, logradouros públicos com características infra-estruturais e paisagísticas próprias de espaços abertos exclusivos aos pedestres, com atenção particular para os portadores de necessidades especiais.

Como um dos elementos estruturadores do espaço urbano, o sistema viário deve:

- I - garantir a circulação de pessoas e bens em todo o espaço urbano, de forma cômoda e segura;
- II - possibilitar a fluidez adequada do tráfego;
- III - garantir o transporte em condições adequadas de conforto;
- IV - atender as demandas do uso e ocupação do solo;
- V - permitir a adequada instalação das redes aéreas e subterrâneas dos serviços públicos.

As vias deverão ter continuidade espacial e de tráfego, exceto as locais que poderão terminar em estacionamento ou ponto de retorno, dimensionados de forma a permitir a manobra de veículos de utilidade pública.

Fig. 62 – Hierarquização do sistema viário

2.4. Diretrizes para o Parcelamento do Solo Urbano

Os parcelamentos do solo urbano em Ponte Alta do Tocantins deverão respeitar a legislação federal e estadual existente, as diretrizes urbanísticas deste Plano Diretor, registradas no item 2.2. Cidade Desejada, as determinações da Lei de Uso e Ocupação do Solo na Macrozona Urbana e da Lei de Parcelamento do Solo Urbano e terão de ser aprovados pela Prefeitura Municipal.

Deverão ser desestimulados novos parcelamentos no extremo sul da cidade, na direção da saída para Pindorama, a não ser os indicados na proposta urbanística apresentada neste Plano Diretor. Por outro lado, na margem oposta do rio Ponte Alta, podem ser apoiados novos loteamentos com usos residencial, comercial ou misto, particularmente na direção da TO-255, em sua saída para Monte do Carmo e Porto Nacional ou no trecho em que ela contorna a cidade. Além disto, é possível o parcelamento para urbanização específica para atender a Programas de Interesse Social, desde que previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

2.5. Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo na Zona Urbana

O uso e ocupação do solo dentro na Macrozona Urbana da cidade de Ponte Alta do Tocantins deverão ser organizados, com vistas a possibilitar o estabelecimento de zonas homogêneas de uso, de acordo com as diretrizes constantes do item 2.2. Cidade Desejada, em relação às diferentes porções do tecido urbano.

Estas zonas serão definidas com base na análise da configuração urbana e da reorganização dos usos atuais, de acordo com as premissas básicas estabelecidas para a Cidade, valorizando-se os aspectos ambientais e paisagísticos, a aproximação da Cidade do rio, a separação do trânsito de passagem do tráfego normal da Cidade e a necessidade de criação e oferta de moradia e de áreas para atividades produtivas e de entretenimento e lazer.

A delimitação das zonas de uso na cidade de Ponte Alta do Tocantins deverá levar em conta índices urbanísticos de ocupação e aproveitamento dos terrenos urbanos, a serem estabelecidos em lei específica de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, visando a consolidação da configuração urbana, a distribuição dos níveis de adensamento e de funções da Cidade e o favorecimento da circulação de pessoas, veículos e mercadorias de acordo com as diretrizes urbanísticas deste Plano Diretor. As variações de índices, usos, adensamentos e funções nas diferentes zonas urbanas devem propiciar uma Cidade funcional, aprazível e atrativa.

Nas macrozonas definidas para os núcleos urbanos dos Distritos, deverá ser admitido o uso misto, em função da pouca complexidade do tecido urbano e das trocas socioeconômicas que nelas ocorrem.

3. Ações para o Desenvolvimento

3.1. Conceituação das Linhas Estratégicas e Inter-relacionamento das Ações

As Linhas Estratégicas (LE) representam a trajetória a ser percorrida para se passar da situação atual ao cenário futuro desejado e se alcançar o Objetivo Central para o Município na busca do desenvolvimento sustentável. Elas deverão ser materializadas por meio da implementação de Ações (A) correlatas e interdependentes que, a seu turno, desdobrar-se-ão em diferentes projetos e atividades. São eles:

As ações relacionadas guardam entre si um seqüenciamento lógico, ou por serem dependentes umas das outras, ou por terem grau de complexidade diferenciado, o que demanda tempos diferentes para sua implementação.

Em função destes dois fatores, as ações deverão ser inseridas gradativamente, nos PPA e nos Orçamentos Anuais, na medida em que houver condições e disponibilidade de recursos de sua execução.

Os diagramas apresentados ao final da relação das ações correspondentes a cada Linha Estratégica indicam o inter-relacionamento seqüencial entre elas.

LE 1 - Desenvolver o turismo de forma sustentável e compartilhada com os demais municípios integrantes do Corredor Ecoturístico do Jalapão

Visa o aproveitamento da grande beleza, diversidade e singularidade dos recursos naturais do Município e da região para o seu aproveitamento como atrativos turísticos, de forma regional e integrada com os demais municípios do Corredor Ecoturístico do Jalapão, definindo claramente os papéis de cada município, com vistas a promover o desenvolvimento regional da atividade turística de forma racional e sustentável, com respeito à capacidade de suporte de cada atrativo.

A 1.1. Realizar gestões junto ao Governo Estadual para a implementação do Corredor Ecoturístico do Jalapão, de forma articulada com os municípios nele inseridos.

A 1.2. Promover a articulação com os municípios inseridos no pólo ecoturístico do Jalapão, particularmente Mateiros e São Félix do Jalapão, com vistas a estabelecer um processo de planejamento e gestão do turismo de forma regional e compartilhada.

A 1.3. Estruturar o Conselho Municipal de Turismo e articular-se com os demais municípios para a criação do Conselho Regional de Turismo.

A 1.4. Promover gestões junto ao IBAMA e NATURATINS para definir e implantar as áreas de uso público das Unidades de Conservação no Município e região, para favorecer o turismo de natureza, de aventura e o ecoturismo.

A 1.5. Buscar parcerias com órgãos oficiais do setor turístico no âmbito estadual e federal para o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo no Corredor Ecoturístico do Jalapão.

A 1.6. Inventariar e definir a capacidade de suporte dos atrativos turísticos no Município e na região.

A 1.7. Estabelecer mecanismos de controle de visitação aos atrativos e de sistematização da condução dos turistas aos diferentes pontos de interesse.

A 1.8. Promover a organização de roteiros de visitação aos atrativos do Município e da região, de acordo com a capacidade de suporte de cada um, para oferecer diferentes alternativas e aumentar o tempo de permanência dos turistas na região.

A 1.9. Capacitar condutores locais de visitantes, para ampliar as possibilidades de trabalho para a população e melhorar os serviços oferecidos aos turistas.

A 1.10. Garantir o uso racional e sustentável dos atrativos turísticos, particularmente quando vinculados às Unidades de Conservação.

A 1.11. Implantar centro de atendimento aos turistas, para prestar informações, fornecer *tickets* de visitação e indicar os condutores qualificados para a guiagem dos passeios.

A 1.12 – Estimular a diversificação dos setores de comércio e serviços, para atendimento de qualidade a toda a população local e aos turistas.

A 1.13. Estimular a ampliação e diversificação dos estabelecimentos de serviços turísticos (hotéis, pousadas, restaurantes, lanchonetes, cafeterias, bares etc.).

A 1.14. Identificar e localizar áreas e prover a infra-estrutura básica necessária para a implantação de novos empreendimentos comerciais e de serviços,

especialmente os voltados à atividade turística, para reforçar o papel de “portal do Jalapão” do Município.

A 1.15. Produzir informações sobre as possibilidades turísticas do Município e região a serem fornecidas a investidores interessados, objetivando atrair novos empreendimentos turísticos.

A 1.16. Estimular a criação de micro e pequenas empresas nas diversas atividades voltadas para o turismo regional.

A 1.17. Convencer os proprietários rurais das possibilidades de aproveitamento racional dos recursos naturais em suas propriedades para o turismo de natureza, de aventura e o ecoturismo.

A 1.18. Favorecer orientação técnica e gerencial para pequenos empreendimentos turísticos.

A 1.19. Promover gestões junto aos diferentes organismos financiadores, com vistas a facilitar e ampliar as linhas de acesso a diferentes modalidades de financiamento para os diversos empreendimentos de comércio e serviços, incluídas as micro e pequenas empresas.

A 1.20. Estimular a qualificação dos prestadores de serviços turísticos nos diversos níveis.

A 1.21. Desenvolver estudos visando o manejo e exploração sustentável do capim dourado e do buriti, para utilização como matéria prima para o artesanato regional.

A 1.22. Promover a valorização e divulgação do artesanato regional.

A 1.23. Estimular a implantação de oficinas de artesanato para a capacitação dos artesãos.

A 1.24. Fortalecer as associações de artesãos do Município e região.

A 1.25. Resgatar e incentivar as tradições culturais por meio da promoção de eventos culturais, do estímulo às manifestações folclóricas e da valorização das festas de cunho popular da região.

A 1.26. Promover a criação de espaço para a divulgação da Cultura e do Artesanato.

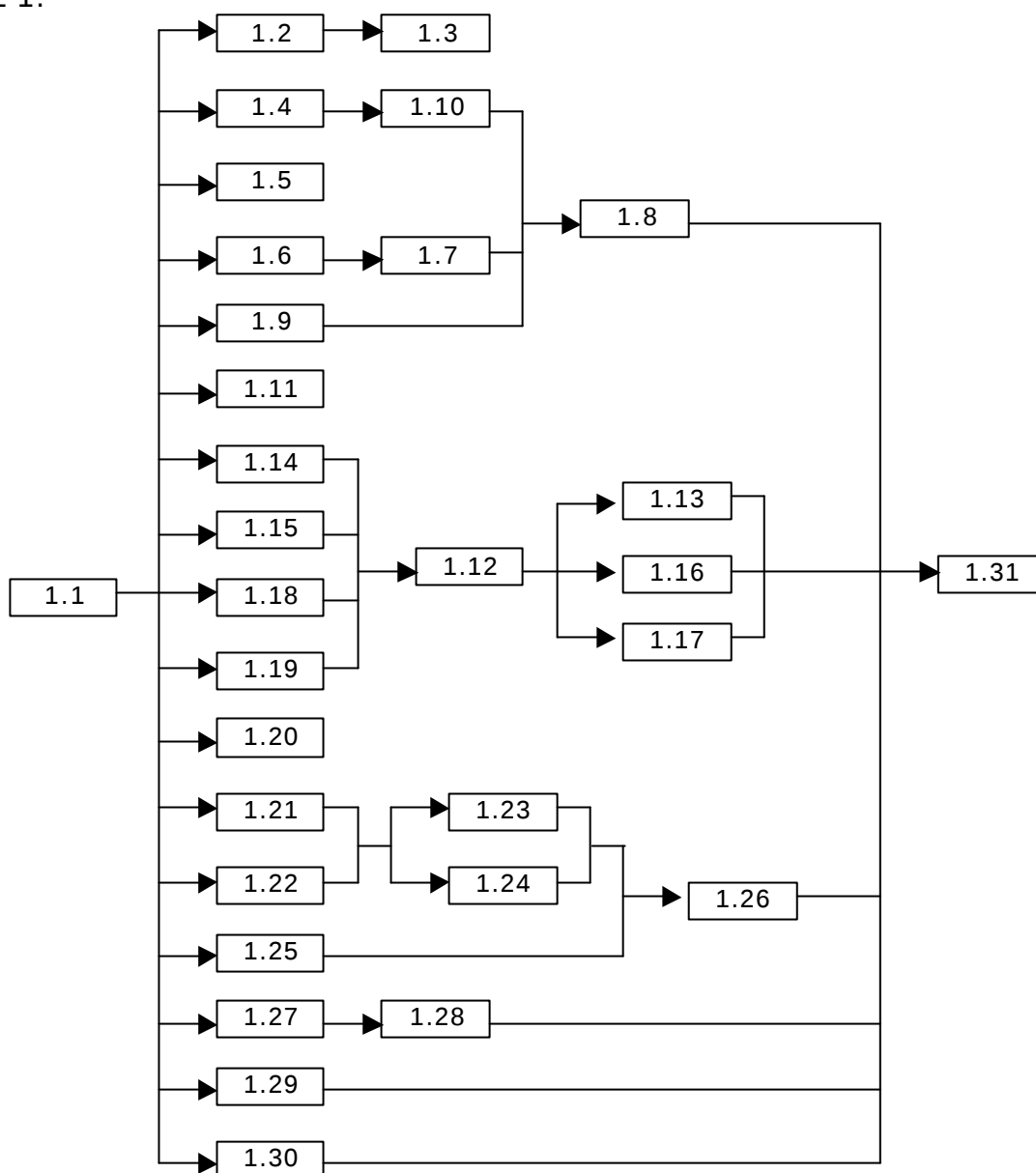
A 1.27. Promover o comprometimento da sociedade com o turismo do Jalapão.

A 1.28. Promover gestões junto aos organismos concedentes e às empresas concessionárias dos serviços de transporte intermunicipal e interestadual para a melhoria dos equipamentos, diversificação de linhas e disponibilidade de horários confortáveis para a população e para os turistas.

A 1.29. Promover gestões junto ao Departamento de Aviação Civil - DAC para a implantação de instalações e condições de operação necessárias à homologação do aeródromo, a fim de que possa receber aeronaves de pequeno e médio porte, favorecendo os fluxos turísticos.

A 1.30. Elaborar e divulgar plano de *marketing* turístico do Corredor Ecoturístico do Jalapão, de forma integrada com os demais municípios que o compõem.

O diagrama, a seguir, indica o inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 1.



LE 2 - Proteger e valorizar o meio ambiente e os atrativos turísticos naturais

Visa garantir a proteção adequada das Unidades de Conservação e seu entorno no Município e região, bem como o equilíbrio entre a utilização racional dos recursos naturais para o desenvolvimento, particularmente com sua exploração sustentável para o turismo de natureza, de aventura e ecoturismo, e a manutenção da qualidade do meio ambiente natural e construído e dos ecossistemas existentes.

A 2.1. Promover gestões junto aos órgãos ambientais no âmbito estadual e federal para a elaboração dos Planos de Manejo e efetiva implantação das Unidades de Conservação do Corredor Ecoturístico do Jalapão.

A 2.2. Promover gestões para participar do processo de conservação dos recursos naturais e ambientais das Unidades de Conservação, com implementação de mecanismos de planejamento e gestão ambiental compartilhada e regional.

A 2.3. Articular-se com os organismos ambientais nos níveis estadual e federal, com empresas responsáveis e com organizações não governamentais, com o fim de promover a recuperação e conservação dos recursos naturais e ambientais de forma sustentável, para garantir a sua perenidade.

A 2.4. Estabelecer um programa para a recuperação e revegetação das áreas degradadas do Município, em especial as Áreas de Preservação Permanente – APP, a reconstituição das matas ciliares e a dragagem dos pontos críticos de assoreamento dos rios e córregos, inclusive por meio de parcerias com o setor público e a iniciativa privada.

A 2.5. Criar brigadas de incêndio, em parceria com os órgãos ambientais e com os demais municípios do Corredor Ecoturístico do Jalapão

A 2.6. Promover gestões e articulações para a criação de guarda florestal /ambiental para o Corredor Ecoturístico do Jalapão.

A.2.7. Fazer gestões junto ao RURALTINS para a obtenção de apoio técnico e jurídico aos proprietários rurais, com vistas à regularização das reservas legais de suas propriedades.

PA 2.8. Promover ações destinadas a substituir as queimadas por formas mais racionais de manejo do solo e renovação de pastagens, com menores danos ao meio ambiente.

A 2.9. Promover a regularização fundiária dos terrenos e dos parcelamentos, por meio de apoio técnico e jurídico aos moradores em terrenos não regularizados para

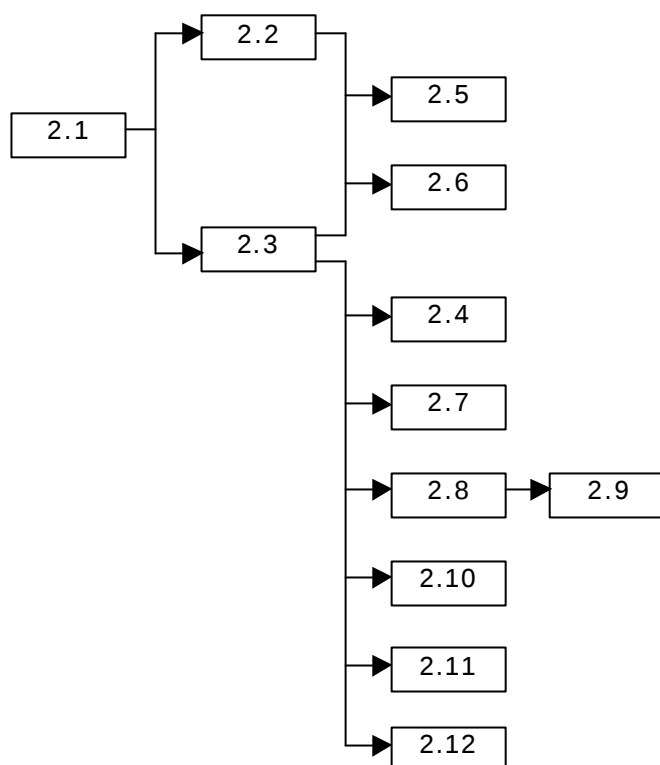
fins de regularização fundiária e da prevenção de parcelamentos e ocupação irregulares no território municipal.

A 2.10. Dar tratamento adequado à disposição final dos resíduos sólidos, com a implantação de aterro sanitário e de articulação com os municípios vizinhos para a gestão integrada desses resíduos.

A 2.11. Promover a sensibilização dos moradores ribeirinhos quanto à importância de se cumprirem as leis ambientais e de se protegerem as faixas marginais dos cursos d'água.

A 2.12. Institucionalizar, de forma continuada, no Município atividades diversas de educação ambiental a serem desenvolvidas nas escolas, associações, assentamentos e outras organizações representativas dos diferentes segmentos da sociedade.

A seguir, é apresentado o diagrama do inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 2.



LE3 - Favorecer a modernização e verticalização da produção agropecuária

Visa ampliar as possibilidades de exploração das propriedades rurais, particularmente as pequenas e médias, por meio da melhoria das práticas de pecuária bovina de cria e do incremento da pecuária de pequenos animais, inclusive

silvestres, com incentivo à adoção de formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

A 3.1. Fazer gestões junto aos órgãos competentes para o estabelecimento de uma política agrária eficiente, com especial atenção às pequenas propriedades.

A 3.2. Promover gestões junto aos organismos responsáveis para o oferecimento de orientação técnica e extensão rural para o assessoramento aos produtores rurais, de modo a ampliar as possibilidades de exploração agropastoril nas pequenas propriedades, com o melhor aproveitamento de suas potencialidades.

A 3.3. Estimular a melhoria tecnológica das práticas agrícolas para incremento da produtividade e competitividade.

A 3.4. Promover gestões junto aos organismos financiadores para facilitar o acesso a linhas de crédito aos pequenos e médios produtores rurais.

A 3.5. Promover a capacitação técnica e gerencial dos pequenos e médios produtores rurais, com vistas à criação e desenvolvimento de novos negócios sustentáveis e da prática de formas associativas de produção e comercialização dos produtos.

A 3.6. Valorizar e apoiar as iniciativas de organização social para o fomento do empreendedorismo, inclusive nos Distritos, visando o desenvolvimento com base nas potencialidades locais de cada um deles.

A 3.7. Estimular a organização de associações e outras formas de cooperativismo com delimitação dos objetivos e campos de trabalho claramente definidos, a fim de evitar desperdício de esforços ou superposição de atividades entre organizações complementares.

A 3.8. Introduzir tecnologia para a melhoria de embriões bovinos e melhorar a qualidade dos rebanhos.

A 3.9. Orientar os produtores quanto à importância da aquisição de bons reprodutores e da melhoria das pastagens como forma de elevar a qualidade da cria bovina produzida no Município.

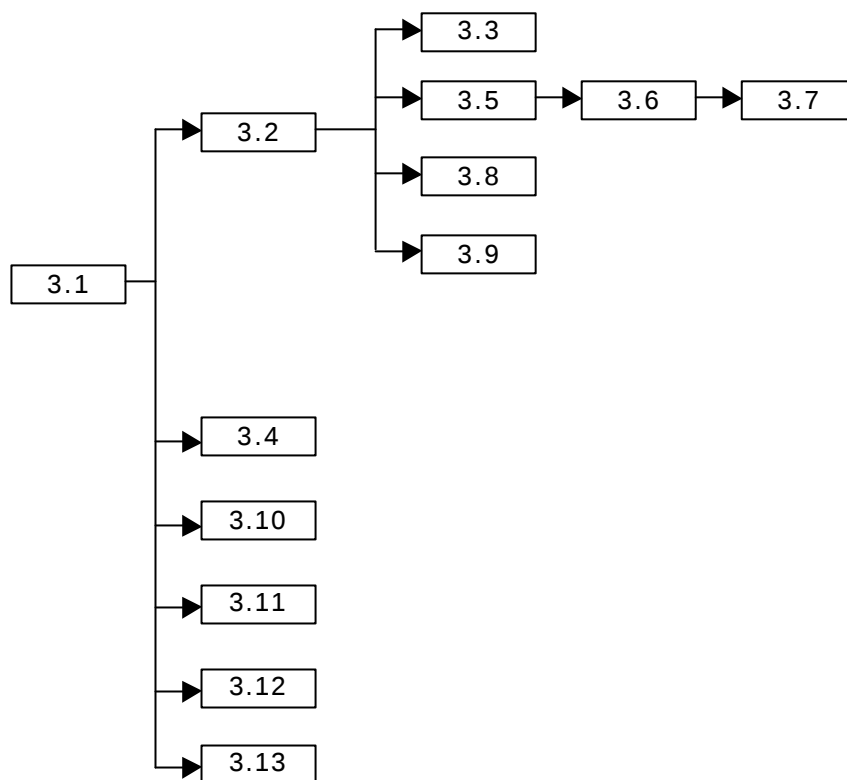
A 3.10. Estimular a implantação de projetos de manejo de pequenos animais, com destaque para a ovino-caprino-cultura, suinocultura, avicultura, apicultura e piscicultura.

A 3.11. Estimular a produção de hortifrutigranjeiros para abastecer a população e os estabelecimentos de alimentação para atendimento aos turistas, principalmente nas micro e pequenas propriedades próximas à cidade.

A 3.12. Criar condições favoráveis para a verticalização da produção agropecuária, por meio do estímulo à implantação de unidades de processamento da produção agrícola, como o mel, para diversificar a base produtiva municipal, agregando valor à produção local e ampliando a sua competitividade.

A 3.13. Implantar um programa de conservação permanente das estradas vicinais e promover gestões junto ao DERTINS para que faça a manutenção das intermunicipais e interestaduais, com vistas a facilitar a ligação dos Distritos à sede urbana municipal e o escoamento da produção rural.

O diagrama, a seguir, representa o inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 3.



LE 4 - Organizar um espaço urbano de qualidade, promovendo a integração da Cidade com o rio

Visa a delimitação dos perímetros urbanos da sede municipal e dos Distritos para permitir a organização e tratamento desses espaços, o ordenamento do crescimento, a distribuição e compatibilização dos diferentes usos, a

regulamentação da ocupação, a hierarquização do sistema viário e o tratamento paisagístico, de forma a torná-los funcionalmente adequados e esteticamente aprazíveis.

A 4.1. Delimitar o perímetro urbano da sede municipal, a partir de levantamento topográfico que fundamente a elaboração de Projeto de Lei com a definição dos limites da Macrozona Urbana, a ser encaminhado à aprovação pelo Legislativo Municipal.

A 4.2. Delimitar os limites dos Distritos propostos pela Lei Orgânica, com base na cartografia disponível e nos levantamentos topográficos complementares que se fizerem necessários, para fundamentar Projeto de Lei a ser submetido à aprovação pelo Legislativo Municipal.

A 4.3. Delimitar o perímetro urbano da sede de cada Distrito existente no Município, a partir de levantamento topográfico que subsidie a elaboração de Projeto de Lei a ser encaminhado à aprovação pela Câmara de Vereadores.

A 4.4. Promover o zoneamento da sede municipal, por meio da delimitação das zonas homogêneas de uso estabelecidas pela Lei de Uso e Ocupação do Solo na Macrozona Urbana, com base na Lei do Perímetro Urbano a ser criada, no levantamento topográfico e na configuração urbana definida de acordo com as diretrizes urbanísticas do Plano Diretor.

A 4.5. Elaborar projeto para estruturar o sistema viário urbano da sede municipal, por meio da hierarquização das vias, de forma a possibilitar a integração das diferentes partes da Cidade e a distribuição dos fluxos de tráfego, além de articular o sistema viário urbano às rodovias de acesso à Cidade e solucionar tráfego de passagem na área urbana.

A 4.6. Implantar ciclovias na sede municipal, possibilitando a circulação segura de bicicletas, separada da dos veículos motorizados, inclusive com áreas para estacionamento dos bicis, e remanejar / replanejar / revisar as vias para a circulação de pedestres, para facilitar a circulação de pessoas a pé, em vias providas de pavimentação, sinalização e arborização que ofereçam conforto aos usuários, com atenção particular aos portadores de necessidades especiais.

A 4.7. – Implantar um sistema de áreas verdes na Cidade, com a criação dos parques propostos nos dois lados do rio, áreas arborizadas e ajardinadas para a

integração da natureza à cidade e aproximação da Cidade ao rio Ponte Alta, de forma a garantir qualidade à paisagem urbana.

A 4.8. Delimitar área e elaborar projeto de lei para a criação de um Parque Urbano nas margens do rio Ponte Alta, com vistas a valorizar este espaço e oferecer área de lazer e entretenimento à população.

A 4.9 Orientar tecnicamente e apoiar os moradores no sentido de darem tratamento adequado às fachadas de suas edificações, com vistas à preservação das características arquitetônicas dos primeiros períodos de ocupação da Cidade e melhoria da paisagem urbana.

A 4.10. Elaborar e implantar projetos de pavimentação das vias urbanas da sede municipal, inclusive com utilização de pavimentos alternativos ao asfalto nas vias locais.

A 4.11. Elaborar e implantar projeto de tratamento dos espaços públicos abertos da sede municipal, com iluminação pública, arborização e sinalização de trânsito de modo a valorizar as vias urbanas, praças, jardins, parques e demais logradouros públicos.

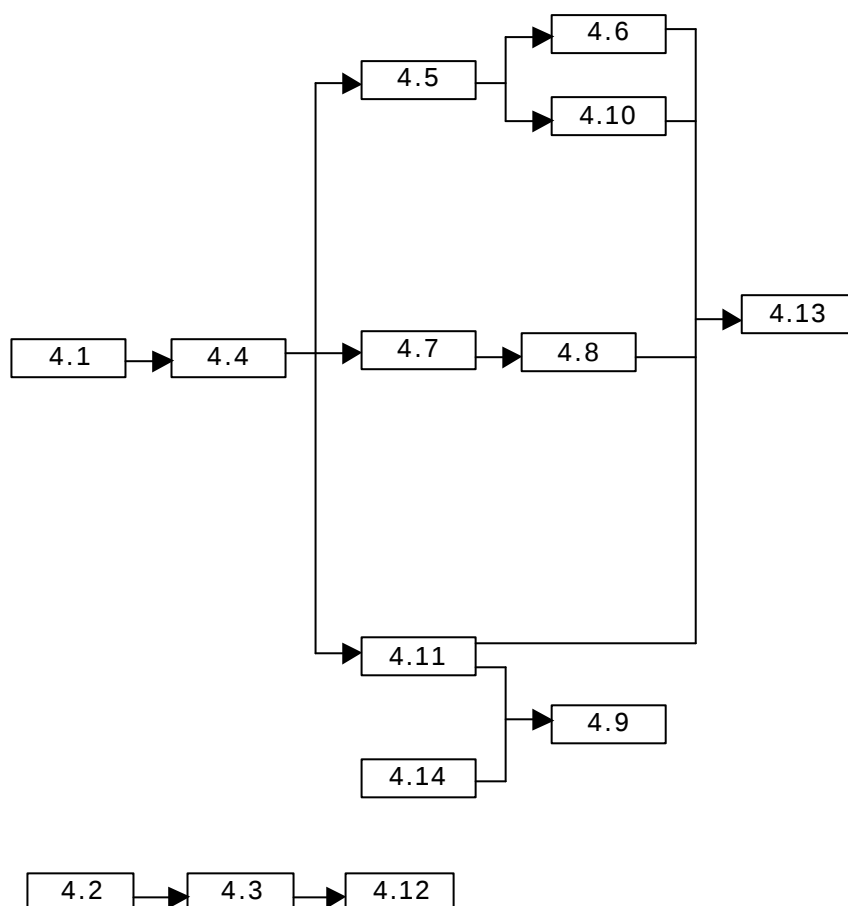
A 4.12. Realizar estudos para o tratamento dos espaços públicos abertos dos Distritos, de forma a valorizá-los como espaço urbano de convívio das populações aí residentes.

A 4.13. Elaborar projeto, implantar e manter mobiliário urbano (abrigos para passageiros de ônibus, telefones públicos, terminais bancários eletrônicos, placas de sinalização, painéis informativos e de publicidade, estacionamentos de bicicletas, lixeiras, estátuas e outros monumentos) de qualidade em toda a Cidade, para maior conforto da população.

A 4.14. Elaborar Código de Edificações para regulamentar e orientar as construções na sede urbana e nos Distritos.

A 4.15. Desenvolver estudos para a modernização do Terminal Rodoviário, com vistas a melhor atender ao incremento dos fluxos turísticos.

O inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 4 é representado pelo seguinte diagrama:



LE 5 – Oferecer moradia digna e acesso aos equipamentos urbanos a toda a população, inclusive dos distritos.

Visa garantir condições adequadas de habitabilidade às residências, a serem atendidas com saneamento ambiental, energia elétrica e iluminação pública, como cumprimento do preceito constitucional que todos os cidadãos brasileiros têm direito à moradia digna.

A 5.1. Definir e implementar política habitacional eficiente, por meio do estabelecimento de mecanismos de oferta de habitação adequada às diferentes camadas da população, inclusive por meio da captação de recursos de programas existentes nas outras esferas de governo para a superação do déficit e inadequação habitacional.

A 5.2. Instituir um programa de orientação e apoio técnico aos proprietários que necessitem construir ou melhorar as condições de habitabilidade de suas residências.

A 5.3. Organizar a fiscalização municipal para orientar os proprietários quanto à importância das normas urbanísticas e edículas e controlar o seu cumprimento.

A 5.4. Melhorar o sistema de captação e tratamento da água de abastecimento, por meio do controle permanente da qualidade da água oferecida à população, nos termos da legislação vigente.

A 5.5. Estender o serviço de abastecimento de água tratada a todos os bairros da sede municipal e dos Distritos.

A 5.6. Oferecer orientação técnica para estimular a construção de dependências sanitárias adequadas nas residências, particularmente nos Distritos.

A 5.7. Implantar os serviços de esgotamento sanitário na sede municipal e dos Distritos, para atendimento a toda a população.

A 5.8. Implantar Estação de Tratamento de Esgoto – ETE - na sede municipal.

A 5.9. Melhorar a coleta do lixo e implantar coleta seletiva com reciclagem na sede municipal.

A 5.10. Implantar coleta regular de lixo na sede dos Distritos.

A.5. 11. Implantar aterro sanitário para a disposição final dos resíduos sólidos.

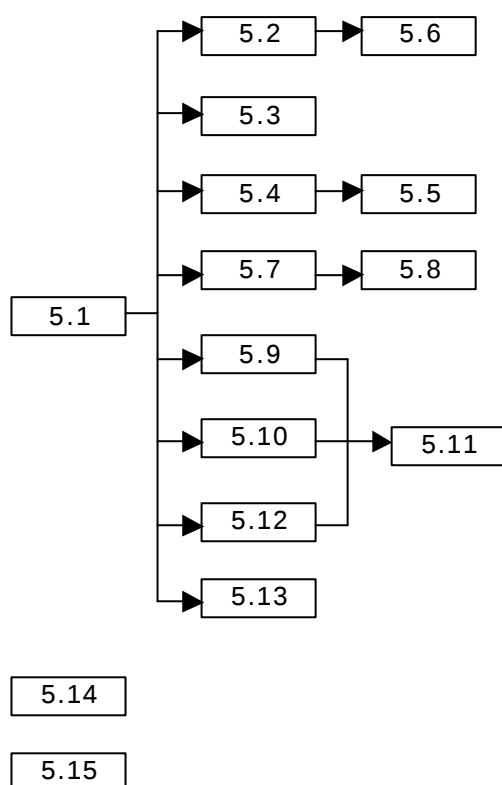
A 5.12. Melhorar os serviços de varrição e limpeza das vias urbanas e logradouros públicos.

A 5.13. Elaborar projeto e instalar rede de captação da água das chuvas a fim de evitar alagamentos e voçorocas causadas pelas enxurradas na sede municipal

A 5.14. Promover gestões junto às operadoras para a implantação de serviços de telefonia móvel no Município.

A 5.15. Implantar mecanismos eficazes de controle sanitário do abate de reses e da disposição dos dejetos resultantes no matadouro municipal.

O diagrama, a seguir, indica o inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 5.



LE 6 – Garantir educação e saúde de qualidade e favorecer o acesso à cultura, ao esporte e lazer a todos os moradores da sede urbana municipal e dos distritos.

Visa oferecer equipamentos comunitários de qualidade e bem distribuídos a todos os habitantes do Município, inclusive nos Distritos.

A 6.1. Elevar o padrão de qualidade da educação em todos os níveis e adotar medidas para evitar a repetência e evasão escolar.

A 6.2. Promover a erradicação do analfabetismo no Município.

A 6.3. Ampliar as escolas para a educação de crianças até 4 anos e de educação infantil, à fim de universalizar o acesso à educação desde a primeira infância, de modo a tornar a educação um processo continuado e mais eficiente.

A 6.4. Capacitar e aperfeiçoar continuamente os profissionais de educação.

A 6.5. Promover a adequação dos currículos escolares à realidade regional, incluindo a educação ambiental e turística na grade curricular.

A 6.6. Melhorar e modernizar as instalações físicas e equipamentos da rede escolar.

A 6.7. Promover a instalação de escolas profissionalizantes voltadas para a vocação econômica regional, particularmente nas áreas do turismo sustentável e proteção ambiental, para oferecer oportunidades de capacitação profissional no nível médio para a população.

A 6.8. Desenvolver ações preventivas de saúde por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, com vistas a diminuir a demanda por atendimento ambulatorial, melhorando a sua eficiência.

A 6.9. Garantir condições de trabalho para a permanência de médicos e paramédicos residentes na sede municipal.

A 6.10. Instalar Postos de Saúde na sede dos principais Distritos para atendimento à população da área rural.

A 6.11. Articular-se com os organismos responsáveis pelos serviços de saúde nos níveis estadual e federal com vistas a melhorar a infra-estrutura física e os equipamentos da Unidade Mista de Saúde, a fim de garantir atendimento ambulatorial e hospitalar compatível com as necessidades locais.

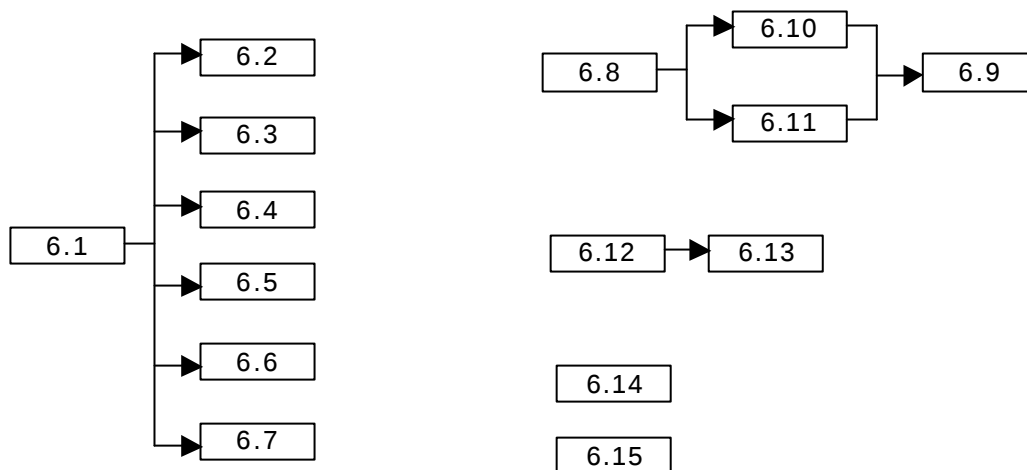
A 6.12. Criar e estimular a implantação de espaços e equipamentos de esportes e lazer a serem oferecidos à população, particularmente no parque urbano junto à margem do rio Ponte Alta, para ampliar as possibilidades de práticas esportivas, de entretenimento e lazer.

A 6.13. Estimular o esporte por meio da realização de torneios municipais e regionais das práticas esportivas tradicionais da região.

A 6.14. Melhorar a infra-estrutura de segurança pública no Município.

A 6.15. Criar Conselho Tutelar

A seguir, é apresentado o diagrama indicativo do inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 6.



LE 7 – Implantar um processo de planejamento e gestão eficaz e compartilhada entre o Poder Público, a iniciativa privada e a sociedade.

Visa melhorar a capacidade efetiva da Administração Municipal nos campos do planejamento e gestão, com a participação efetiva da iniciativa privada e da sociedade organizada, em cumprimento à diretriz do Estatuto da Cidade relativa à gestão democrática do processo de desenvolvimento municipal.

A 7.1. Implementar o Sistema de Planejamento e Gestão, por meio da estruturação do conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos necessários à coordenação das ações de desenvolvimento definidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

PA 7.2. Implementar o Sistema Municipal de Informações, para subsidiar a tomada de decisões nos diferentes níveis de planejamento e gestão e para o monitoramento da implementação do Plano Diretor.

A 7.3. Estruturar o Conselho Municipal de Desenvolvimento, como um fórum qualificado, com participação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade, para orientar e monitorar o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável do Município, incorporando as propostas do Fórum do DLIS .

A 7.4. Modernizar a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, para ampliar a sua capacidade de planejamento e gestão, por meio da adequação e modernização de sua estrutura organizativa às novas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, como forma de elevar a eficiência e eficácia da gestão do processo de desenvolvimento municipal.

A 7.5. Capacitar e aperfeiçoar continuamente os servidores municipais nos diferentes níveis, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

A 7.6. Melhorar a estrutura e mecanismos de arrecadação fiscal, com vistas a reduzir a dependência das transferências externas de recursos.

A 7.7. Estruturar a fiscalização municipal, por meio da ampliação e capacitação do quadro técnico de fiscais.

A 7.8. Elaborar ou modernizar os instrumentos de regulamentação e fiscalização do Município, nos aspectos tributários, urbanísticos e edilícios.

A 7.9. Implantar normas, controle e fiscalização quanto ao manejo do fogo nas áreas rurais.

A 7.10. Ampliar a articulação entre as diferentes áreas da Administração Municipal, com vistas ao estabelecimento de formas integradas de trabalho que favoreçam a implementação das estratégias de desenvolvimento definidas pelo Plano Diretor.

PA 7.11. Implantar a prática do planejamento participativo, incluindo a discussão e elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual.

A 7.12. Estabelecer parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor, de forma a estabelecer um processo participativo para a implementação de ações de desenvolvimento estabelecidas pelo Plano Diretor.

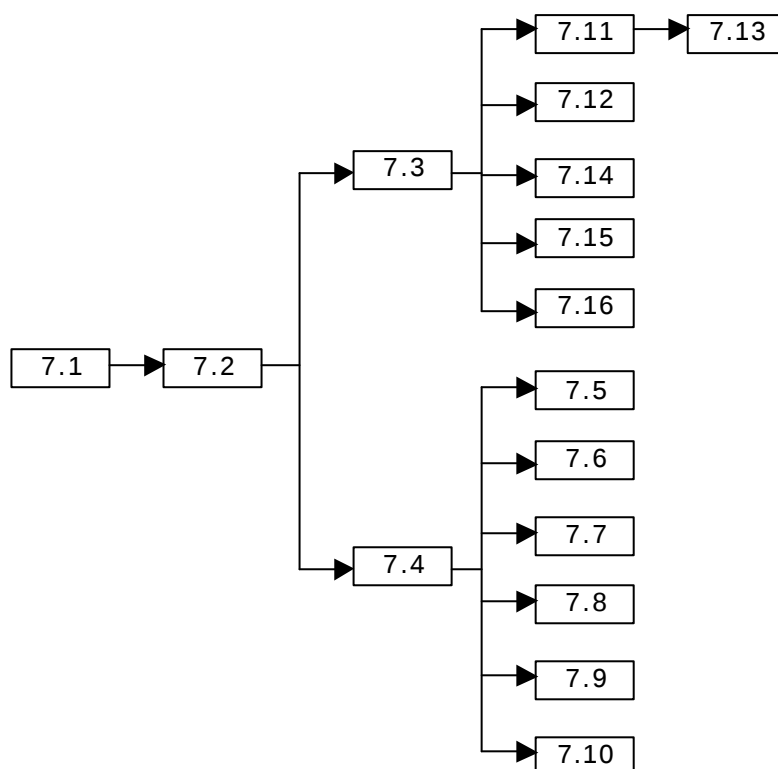
A 7.13. Apoiar e estimular a organização de associações e cooperativas para fortalecer a representatividade dos diferentes segmentos da sociedade no processo de planejamento e gestão.

A 7.14. Apoiar as ações de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável definidas pelo Fórum do DLIS.

A 7.15. Ampliar a articulação com os municípios do Corredor Ecoturístico do Jalapão e com as outras esferas de governo, com vistas ao melhor entrosamento objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas de interesse do Município e da região.

A.7.16. - Estabelecer parcerias intermunicipais e de consórcios para a solução de problemas comuns com a otimização dos recursos humanos e financeiros, particularmente nas áreas de saúde, educação, cultura, transportes, gestão de resíduos sólidos, difusão de informação tecnológica, artesanato, além da proteção ambiental e turismo, que deverão merecer atenção especial.

O inter-relacionamento entre as ações correspondentes à LE 7 é indicado pelo diagrama a seguir.



4. Indicações para o Sistema de Planejamento e Gestão

Para a implementação do Plano Diretor será necessária a estruturação de um Sistema de Planejamento e Gestão, para o qual se apresentam algumas indicações básicas.

4.1. Concepção

O Sistema de Planejamento e Gestão é o conjunto de órgãos, normas, recursos humanos e técnicos que objetivam a coordenação das ações dos setores público e privado e da sociedade organizada, a modernização e dinamização da ação governamental e a integração entre os diversos programas e ações setoriais voltados à implementação das estratégias da política de desenvolvimento e de expansão urbana, definidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

Compete ao Sistema de Planejamento e Gestão promover a articulação entre as ações executadas pelos diversos setores da administração direta e indireta do Município e destas com as da iniciativa privada, para a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

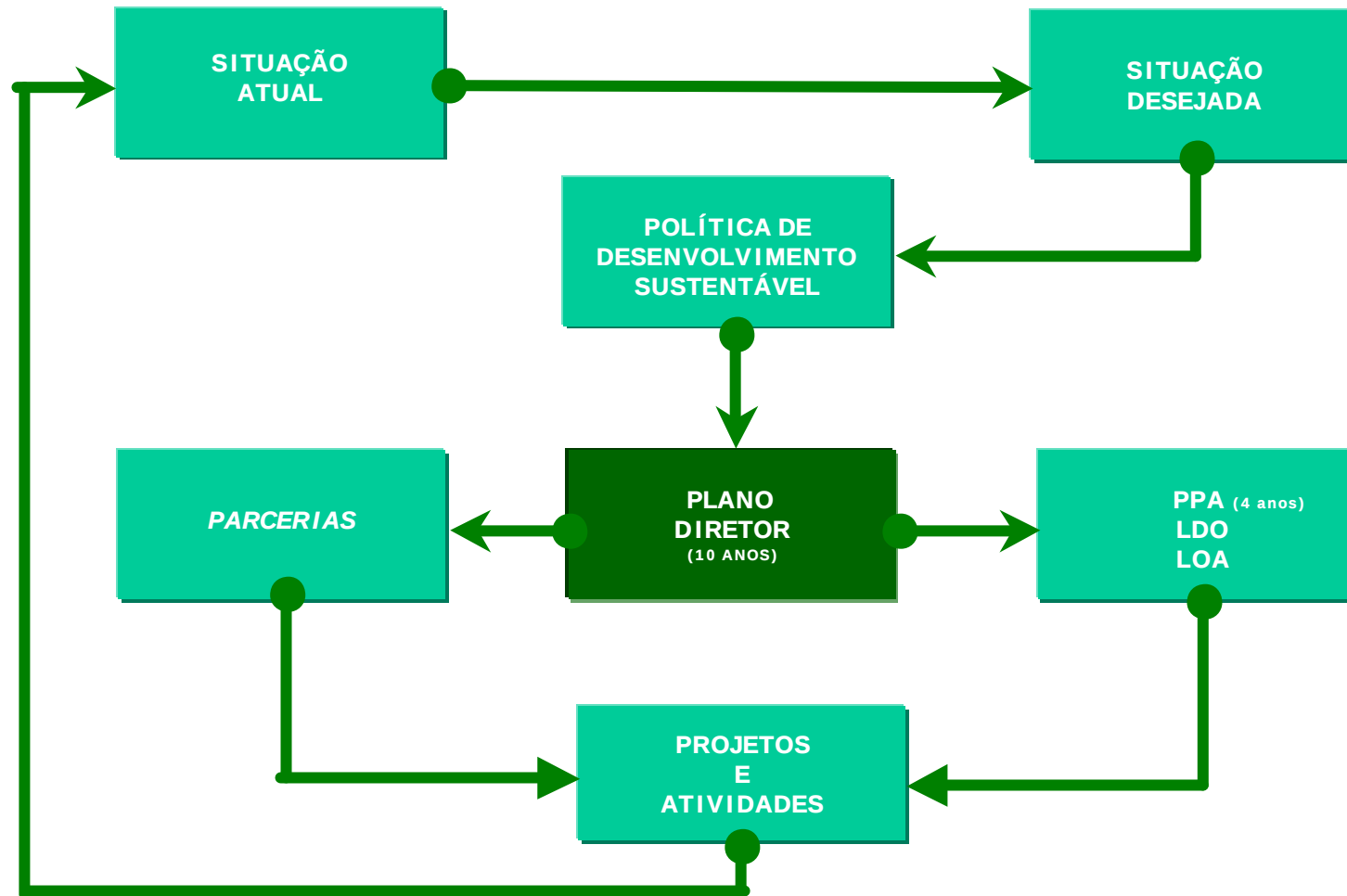
Tal Sistema constitui-se em uma sucessão de atividades periodicamente repetidas. Corresponde a uma verificação objetiva da realidade, à formulação dos objetivos e estratégias definidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, bem como à definição, execução, acompanhamento e monitoramento das ações e à avaliação dos resultados para ajustes e correção de rumos.

Para a implementação do processo de desenvolvimento sustentável, são necessários ao Sistema de Planejamento e Gestão:

- a. Instrumentos adequados de planejamento e gestão nos diferentes níveis;
- b. Estrutura organizativa própria;
- c. Sistema de informações estruturado e permanentemente atualizado;
- d. Mecanismos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados;
- e. Participação popular efetiva.

Desta forma, a Administração Municipal estará apta a coordenar a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de forma dinâmica, em observância aos interesses superiores do desenvolvimento sustentável, do crescimento urbanístico ordenado, do respeito aos temas da esfera do direito privado, tendo sempre como prioritária a preservação do interesse público e a melhora da qualidade de vida de todos os cidadãos.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO



4.2. Os Instrumentos de Planejamento e Gestão

São múltiplos os instrumentos de planejamento e gestão municipal e urbana. O primeiro deles, definido como instrumento básico, é o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, que define no nível macro, os rumos do desenvolvimento municipal e urbano e estabelece estratégias para este desenvolvimento. O Plano Diretor exige desdobramentos e a utilização de outros instrumentos:

1. legislação urbanística e edilícia e outros instrumentos disponíveis na legislação brasileira, capazes de fazer cumprir as suas determinações;
2. detalhamento das linhas estratégicas e ações propostas pelo Plano, que quando de iniciativa do Poder Público, serão viabilizadas pelo Plano Plurianual do Município, plano quadrienal que possibilita ajustes e correções das formulações iniciais a cada ano, e por um plano de investimentos anuais explicitado no Orçamento Anual, a partir do qual são elaborados os projetos de ações específicas.

4.3. Estrutura Organizativa

O processo de planejamento exige uma estrutura composta de mecanismos institucionais de direção das atividades, coordenação por projetos e avaliação dos resultados, organizada de modo a favorecer a integração e interação entre os diversos atores responsáveis pelo futuro do Município e a fomentar a participação direta dos cidadãos nos processos decisórios.

Esta estrutura é composta pelos órgãos da Administração Municipal, tendo o Gabinete do Prefeito como coordenador e principal responsável, e pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, a ser constituído por representantes do Poder Público, do setor privado e da sociedade organizada.

4.3.1. Conselho Municipal de Desenvolvimento

O Conselho Municipal de Desenvolvimento deve ser composto por 12 (doze) membros, tendo 2/3 de sua composição formados por representantes da sociedade civil organizada, escolhidos entre as associações de moradores, entidades civis, órgãos representativos de classe, clubes de serviços e movimentos populares organizados, e 1/3 por representantes do Poder Público, com mandato de 2 (dois) anos.

Cabe a este Conselho deliberar, no âmbito do Poder Executivo, quanto aos processos de elaboração, revisão, atualização, controle, monitoramento e avaliação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal.

4.3.2. Gabinete do Prefeito

Responsável pela promoção, acompanhamento e monitoramento dos programas e ações necessários à implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável e de Expansão Urbana do Município, compete ao Gabinete do Prefeito, entre outras, três atividades básicas:

- a) coordenar a formulação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual (LOA), ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento;
- b) acompanhar e monitorar as ações de implementação dos programas e projetos, por meio do Sistema Municipal de Informações que deverá utilizar um conjunto de indicadores destinados ao conhecimento da evolução e à avaliação dos resultados das ações implementadas, com vistas à tomada de decisões para eventuais correções de rumo e para a mensuração dos impactos;
- c) estruturar, manter e operar o Sistema Municipal de Informações, como subsídio para o planejamento e gestão, nos diferentes níveis e setores da dinâmica local.

O Gabinete do Prefeito exercerá as funções de Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

4.3.3. Secretarias Municipais e Demais Órgãos da Administração Direta, Indireta ou Fundacional

O Sistema de Planejamento e Gestão exigirá, também, a participação, como órgãos executores dos programas e projetos previstos no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, as Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Direta e Indireta ou Fundacional do Município.

4.4. Sistema Municipal de Informações

O Sistema Municipal de Informações deve ser estruturado com o objetivo de subsidiar com dados e informações sobre a população do Município, o território

municipal e as relações entre ambos, o processo de planejamento e gestão, com vistas a orientar a tomada de decisão nos diferentes níveis da atuação municipal, possibilitar a ação operativa dos órgãos executores e favorecer o monitoramento das ações.

4.5. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação

É preciso, ainda, estabelecer mecanismos de monitoramento, criados a partir da construção e/ou seleção de indicadores, provenientes dos dados e informações do Sistema Municipal de Informações. Esses mecanismos devem permitir a verificação objetiva de diferentes momentos do processo, para se avaliarem as mudanças na realidade local resultantes da implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

A forma, os indicadores e os tempos mais adequados para esse monitoramento serão definidos com base nos objetivos específicos de cada linha estratégica ou ação. No entanto, são recomendáveis observações antes e durante o processo de implementação das ações para os eventuais ajustes; uma outra logo após o término da execução, para verificação dos resultados e mais uma, algum tempo depois, para aferir os impactos resultantes das ações implementadas.

4.6. Participação Popular

Por fim, atualmente o Poder Público não tem mais como responder, isoladamente, por todo o processo de desenvolvimento municipal. É altamente importante a participação da iniciativa privada e da sociedade organizada no processo de desenvolvimento do Município e de seus núcleos urbanos.

Além do Conselho Municipal de Desenvolvimento, devem ser encontradas outras formas de participação e de estabelecimento de parcerias para a instauração de um pacto social, que possibilite levar adiante as diretrizes e estratégias propostas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da cidade –guia para implementação pelos municípios e cidadãos.** Brasília, 2001
- COMUNIDADE EM AÇÃO. **Diagnóstico participativo.** Ponte Alta do Tocantins : Projeto Comunidade em Ação / Fórum do DLIS, 2004.
- COURSON, Jacques de. **La prospective des territoires. Concepts, méthodes, résultats.** Paris : Ministère de l'Équipement, des Transports et du Logement – Colletions du CERTU, 1999.
- FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** 2ª ed. Brasília : Instituto de Política, 2000.
- GARCIA, Paulo e Orlando, Heloísa. Diagnóstico sócio-econômico do Parque Estadual do Jalapão e sua zona de entorno: avaliação preliminar. mimeo. Mateiros : Instituto Sociedade, População e Natureza e Conservation Internacional do Brasil, 2001.
- GASPARINI, Diógenes. **O estatuto da cidade.** 1ª edição. São Paulo : Editora NDJ Ltda., 2002
- JALAPA Assessoria Sócio Ambiental. **Plano de desenvolvimento sustentável – entorno do Parque Estadual do Jalapão.** mimeo. Mateiros : MMA, 2002
- MARCIAL, Elaine Coutinho e GRUMBACH, Raul José dos Santos. **Cenários prospectivos – como construir um futuro melhor.** Rio de Janeiro : FGV, 2002.
- MÉTODOS Assessoria & Capacitação. **Oficinas de planejamento. Relatório técnico.** mimeo. Métodos Assessoria & Capacitação, 2002.
- MONTEIRO, João de Paule e MONTEIRO, Cláudia. **Cooperação passo a passo. Como inovar em desenvolvimento aplicando a cooperação.** Brasília : Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002
- MUKAI, Toshio. **O estatuto da cidade. anotações à lei nº 10.257, de 10/07/2001.** São Paulo : Editora Saraiva, 2001.
- PNMT. **Oficina de monitoramento e replanejamento** – Ponte Alta do Tocantins : SEBRAE / SICTUR, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL. Lei Orgânica do Município.
- _____Lei nº 037/94, de 14 de setembro de 1994 – dispõe sobre aprovação de loteamento urbanos e chácaras no distrito de Palmeiras. Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, 1994.
- _____Lei nº 062/97, de 05 de fevereiro de 1997 – estabelece a Estrutura Administrativa parra o Município. Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, 1997.
- _____Lei nº 074/98, de 13 de abril de 1998 – dispõe sobre alteração da Estrutura Administrativa do Município de Ponte Alta do Tocantins. Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, , 1998.

- _____ **Lei nº 0019/2001, de 09 de novembro de 2001** – Plano Plurianual de governo do Município. Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2001.
- _____ **Lei nº 048/2003, de 08 de outubro de 2003** – Diretrizes orçamentárias para o orçamento anual de 2004. Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2003.
- _____ **Lei nº 050/2003, Orçamento Anual de 2004.** Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2003.
- _____ **Orçamento programa para 2004.** Ponte Alta do Tocantins : Prefeitura Municipal, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS. **Plano diretor do município de São Félix do Tocantins** – São Félix do Tocantins : Governo do Estado do Tocantins, Prefeitura Municipal de São Félix do Tocantins s, 2003.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEIROS. **Plano diretor de Mateiros – desenvolvimento urbano em apoio à gestão ambiental.** Mateiros : Governo do Estado do Tocantins, Prefeitura Municipal de Mateiros, 2003.
- SEDU. **Seminário sobre a lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 – parcelamento do solo urbano.** Brasília : Presidência da República – Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 1999
- SEPLAN – TO. **Atlas do Tocantins – subsídios ao planejamento da gestão territorial.** Palmas : Governo do Estado do Tocantins – Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente – Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico, 2003.
- SETUR – TO. Tocantins, Brasil – o coração da natureza. Palmas : Governo do Estado do Tocantins, Secretaria de Turismo, sd.
- _____ **Jalapão oásis do cerrado.** Palmas : Governo do Estado do Tocantins, Secretaria de Turismo, sd.